

Vidas Despedaçadas

um caso para rígidos controles internacionais de armas

As armas estão fora de controle

As armas matam, em média, mais de meio milhão de homens, mulheres e crianças a cada ano. Outros milhares são mutilados, torturados ou forçados a fugir de suas casas. A proliferação sem controle de armas fomenta violações de direitos humanos, aumenta o número de conflitos e intensifica a miséria. A hora para os líderes do mundo agir é agora.

Para confrontar esta crise, a Oxfam, a Amnesty International e a IANSA – International Action Network on Small Arms, lançaram em conjunto uma campanha internacional por controles eficientes de armas para que aumente genuinamente a segurança das pessoas em relação à ameaça da violência armada.

Você pode nos ajudar a acabar com este abuso hediondo. Visite e participe da maior e mais eficaz petição visual do mundo.

www.controlarms.org

controle de armas



Vidas Despedaçadas um caso para rígidos controles internacionais de armas

Vidas Despedaçadas

um caso para rígidos controles internacionais de armas

controle de armas

controle de armas



Agradecimentos

Este relatório foi escrito por Debbie Hillier, da Oxfam do Reino Unido, e por Brian Wood, da Amnesty International; e a publicação foi produzida por Roxane Philson. Oxfam e Amnesty International desejam agradecer sinceramente às muitas pessoas – funcionários, parceiros e outros peritos – que ajudaram na produção deste relatório.

Definições usadas neste relatório

Exceto quando especificado de outra maneira, a palavra “armas”, neste relatório, engloba **TODAS AS ARMAS CONVENCIONAIS** e, portanto, inclui as seguintes categorias:

▶ **“Armas de pequeno porte e armas leves”** (chamadas de “armas de pequeno porte” neste relatório).

As armas de pequeno porte são para uso pessoal; as armas leves são para uso de várias pessoas operando em grupo. Entre as armas de pequeno porte, estão os revólveres e pistolas automáticas; rifles e carabinas; sub-metralhadoras; fuzis automáticos; e metralhadoras leves. As armas leves incluem metralhadoras pesadas; lança-granadas; armamentos anti-aéreos portáteis e canhões anti-tanque; fuzis de precisão; lançadores portáteis de mísseis anti-tanques, sistemas de foguetes e sistemas de mísseis anti-aéreos; morteiros de calibres menores que 100mm; munição, projéteis e mísseis para todos os citados acima; granadas; minas terrestres; e explosivos¹.

▶ **“Armas pesadas”**, abrangem todo o equipamento militar convencional que não tenha sido citado acima; por exemplo, tanques, veículos blindados, helicópteros militares, aeronaves de combate, canhões de artilharia, lança-foguetes e morteiros com calibre acima de 100mm.

TRANSFERÊNCIA de armas, neste relatório, significa todas as formas de transferência de armas, incluindo auxílio e doações ou presentes, além das vendas comerciais, vendas intermediadas e produção legalizada.²

INTERMEDIÇÃO de armas, neste relatório, inclui as atividades destinadas a facilitar ou organizar ou concluir uma venda de armas. O termo também é usado para se referir aos que providenciam transporte e serviços financeiros para concluir uma compra e venda de armas.

Primeira edição: Amnesty International e Oxfam International, em 2003

© Amnesty International e Oxfam International 2003

Índice AI: ACT 30/001/2003

Código de estoque AI-Reino Unido: PB313

Idioma original: Inglês

Tradução: Lucia Speed

Revisão: Ricardo Lísias

Uma cópia desta publicação está disponível na British Library, Reino Unido.

Editado em conjunto por:

Amnesty International
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
London WC1X 0DW
Reino Unido

Oxfam International
Secretariado Internacional da Oxfam
Suite 20, 266 Banbury Road
Oxford OX2 7DL
Reino Unido

Todos os direitos reservados. Esta publicação tem direitos autorais garantidos, mas pode ser reproduzida por qualquer método, sem custos, para fins de defesa, campanha e ensino, mas não para revenda.

Os detentores dos direitos autorais solicitam que todos os usos acima descritos sejam informados para fins de avaliação de resultados. Para cópias em qualquer outra circunstância, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, é necessário obter autorização prévia por escrito de um dos editores e pode haver custos.

Esta publicação é distribuída para os editores por:

Amnesty International Reino Unido
99-119 Rosebery Avenue
London EC1R 4RE
Email: info@amnesty.org.uk

Oxfam
274 Banbury Road
Oxford OX2 7DZ
Email: oxfam@oxfam.org.uk

Para detalhes sobre órgãos locais, estoques ou representantes em todo o mundo, consulte o *website*:

Esta edição em português é uma tradução da edição original em inglês do relatório, produzida e publicada por Amnesty International/Oxfam, no Reino Unido.

Impresso por Information Press, Eynsham, Oxford.

Oxfam Reino Unido é registrada no Reino Unido como entidade sem fins lucrativos (no. 202918) e é membro da Oxfam International.

Índice

Sumário	4
1 Armas – segurança para quem?	8
Um papel limitado para as armas	8
Armas em excesso	9
Armas nas mãos erradas	18
2 O custo humano do abuso de armas	24
O direito à vida	24
As violações dos direitos civis e políticos	27
As violações dos direitos sociais e económicos	31
Retardando o desenvolvimento	34
3 Por que agir agora?	40
A nova “guerra contra o terror”	41
O número de baixas civis continua aumentando	44
Revólveres na sociedade: escapando ao controle	46
4 O bazar de armas	54
Uma indústria singular	54
Quem está comprando e vendendo armas?	58
Falhas nos controles nacionais de armas	60
5 Soluções em todos os níveis	70
Alguns passos na direção certa	70
Parem o vazamento e sequem a poça	72
Uma iniciativa internacional: o Tratado do Comércio de Armas	75
Iniciativas regionais: alicerces essenciais	78
Iniciativas nacionais: o dever do Estado de proteger seus cidadãos	79
Iniciativas locais: construindo comunidades mais seguras	82
6 A hora de agir é agora	86
Ação internacional	86
Ação regional	87
Ação nacional	87
Ação local	88
Apêndice 1:	
Os fundamentos legais para trabalhar com a regulamentação de armamentos	89
Observações	92

Sumário

“É como se estivéssemos enxugando o chão com as torneiras abertas. Leva cinco minutos para crivar alguém de balas, mas três horas e uma enorme quantidade de recursos para cuidar de cada pessoa”.

Dr. Olive Kobusingye, cirurgião especializado em traumas, em Uganda, 2001.³

As armas fomentam a pobreza e o sofrimento

Todo dia, milhões de homens, mulheres e crianças vivem com medo da violência armada. A cada minuto, um deles morre. Dos grupos armados do Rio de Janeiro e de Los Angeles às guerras civis da Libéria e da Indonésia, as armas estão fora de controle.

A proliferação descontrolada e o mau uso de armas por forças dos governos e grupos armados cobra um altíssimo preço em vidas perdidas, meios de subsistência perdidos e oportunidades perdidas de escapar da pobreza. Os países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina gastam em média US\$22 bilhões por ano em armas – uma quantia que poderia permitir que os mesmos países cumprissem suas Metas de Desenvolvimento do Milênio⁴ em termos de educação primária universal (estima-se que para isso seriam necessários 10 bilhões de dólares por ano), bem como de redução da mortalidade infantil e materna (estima-se que seriam necessários 12 bilhões de dólares por ano).⁵

Todos os dias, no seu trabalho pelo mundo, a Oxfam e a Amnesty International são testemunhas do abuso de armas que fomenta conflitos, miséria e violações de direitos humanos.

As armas estão fora de controle

O impacto da proliferação generalizada e do mau uso de armas é, hoje, crítico.

A “guerra contra o terror” deveria ter focado a vontade política de evitar que armas caíssem em mãos erradas. Em vez disso, desde os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, alguns fornecedores relaxaram seus métodos de controle para que pudessem armar novos aliados contra o “terrorismo”, sem levar em consideração o desrespeito desses aliados pelos direitos humanos e pelas leis humanitárias internacionais. Apesar dos danos que causam, ainda não há uma legislação internacional abrangente, a que todos se submetam, para controlar a exportação de armas convencionais.

Ao mesmo tempo, assistimos a uma mudança de longo prazo, à medida em que as armas estão se tornando parte integrante da vida – e, portanto, um instrumento cada vez mais comum de morte – em mais comunidades e cidades em todo o mundo.

Dos criadores de rebanhos do norte da Uganda aos grupos armados do Rio de Janeiro, o porte e o uso de armamentos cada vez mais letais estão se tornando regra.

A hora de agir é agora

Todos os governos do mundo têm a responsabilidade de controlar armas – tanto o porte delas dentro de suas fronteiras, para proteger seus próprios cidadãos, quanto sua exportação para além de suas fronteiras, para garantir o respeito aos direitos humanos e às leis humanitárias internacionais no âmbito mundial. Os governos mais poderosos do mundo, que também são os maiores fornecedores de armas, têm a maior parcela de responsabilidade pelo controle do comércio global. Os cinco

membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – França, Rússia, China, Reino Unido e EUA – respondem, juntos, por 88% da exportação mundial de armas convencionais; e essas exportações contribuem de maneira regular para que ocorram graves violações de direitos humanos.

É urgente o desafio para todos os governos. Eles precisam cooperar para controlar e limitar o fluxo de armas e a expansão da produção de armas. No mínimo, os países exportadores de armas não devem fornecê-las em lugares onde há um risco evidente de serem usadas para cometer violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais. Mas, para usar as palavras de Olive Kobusingye, um cirurgião que atende as vítimas de violência com armas de fogo em Uganda, não é o bastante enxugar o chão ou fechar as torneiras – é preciso lidar tanto com o comércio de armas quanto com a segurança em termos comunitários. Assim, é crucial que as comunidades afetadas por esse tipo de violência cooperem com a remoção de armas letais. Para conseguir isto, mulheres, homens e crianças devem receber proteção de forças legítimas de segurança que respeitem os direitos humanos.

Para os que dizem que nada pode ser feito para controlar o fluxo de armas, a Oxfam e a Amnesty International argumentam que há medidas possíveis. O Tratado de Minas Terrestres de 1977 foi realizado graças a uma combinação de governos ativos e apoio popular mundial. Embora o flagelo das minas terrestres ainda não tenha sido erradicado, nenhum país comercializou abertamente estas armas desde 1997. A mesma combinação de pressão pública e ação de governos solidários é necessária para garantir um Tratado de Comércio de Armas.

Os governos estão agindo com muita lentidão no que se refere ao controle de armas. A Amnesty International e a Oxfam, portanto, propõem ações urgentes e interligadas, do nível comunitário ao nível internacional, para controlar com maior eficácia sua proliferação e seu mau uso.

- ▶ **Nível internacional** Os governos são conclamados a chegar a um consenso em torno do Tratado de Comércio de Armas até 2006, para impedir que armas sejam exportadas para localidades onde serão provavelmente usadas para cometer graves violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais.
- ▶ **Nível regional** Os governos são conclamados a desenvolver e fortalecer acordos regionais de controle de armas, para garantir o respeito aos direitos humanos e às leis humanitárias internacionais.
- ▶ **Nível nacional** Os governos são conclamados a aumentar a capacidade do Estado de controlar a transferência de armas e sua própria responsabilidade por este controle, e proteger cidadãos da violência armada, em consonância com a legislação e as normas internacionais.
- ▶ **Nível comunitário** A sociedade civil e os órgãos locais dos governos são conclamados a tomar providências eficazes para aumentar a segurança no nível comunitário, reduzindo a disponibilidade de armas e sua demanda local.

Capítulo 1

Armas – segurança para quem?





Crianças brincam em um tanque russo incendiado, na estrada para Shelab, Eritreia, um memorial para o fim da luta pela libertação da Eritreia com a Etiópia

1: Armas – segurança para quem?

“O preço cobrado em vidas humanas pelas armas de pequeno porte ultrapassa muito o de todos os outros sistemas de armamentos – e na maioria dos anos ultrapassa enormemente as mortes causadas pelas bombas atômicas que devastaram Hiroshima e Nagasaki. Em termos da carnificina que causam, as armas de pequeno porte, na verdade, poderiam bem ser descritas como ‘armas de destruição em massa’. No entanto, ainda não há um regime global de não proliferação para limitar seu alastramento”.

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, 2000⁶

“O domínio das armas é o maior obstáculo para o estabelecimento da paz”.

Hamid Karzai, Presidente da Administração Interina do Afeganistão, novembro de 2002⁷

Com frequência excessiva, há mau uso das armas.

- ▶ Quando são usadas de acordo com a legislação internacional, as armas podem ter um uso legítimo. Mas com frequência excessiva, são usadas de maneiras que ferem os direitos humanos e a lei humanitária internacional.
- ▶ A disponibilidade das armas em si ajuda a fomentar a violência.
- ▶ Isto pode ser demonstrado claramente através da violência armada que ocorre depois que os conflitos foram oficialmente encerrados.
- ▶ As armas caem em mãos erradas – seja de forças de segurança abusivas dos Estados ou de outros grupos armados.
- ▶ Mais pessoas são mortas ou feridas por armas de pequeno porte do que por armas pesadas.

O fornecimento de armas é um problema internacional com conseqüências locais. A Oxfam e a Amnesty International são testemunhas dos abusos generalizados contra os direitos humanos, que podem ser direta ou indiretamente atribuídos à proliferação de armas. Da Costa do Marfim ao Camboja e à Colômbia, milhares de pessoas morrem ilegalmente a cada ano, e muitas mais são feridas por armas convencionais. As conseqüências indiretas para os direitos humanos são ainda mais amplas e profundas que isso. As armas em mãos erradas impedem o acesso a hospitais, terra produtiva, educação e mercados, com efeitos de curto prazo como desnutrição e altos índices de mortalidade infantil, bem como efeitos de prazo mais longo como analfabetismo, índices mais altos de epidemias de doenças, miséria e maus governos. A cultura da violência alimenta a si mesma. À medida em que conflitos e ausência de lei e ordem se instalam, os países descambam para o caos, ameaçando a democracia e a liberdade, e fazendo com que o desenvolvimento sofra uma freada brusca.

Quer sejam usadas ou não, as armas em mãos erradas não dão uma chance aos direitos humanos e ao desenvolvimento. Elas reduzem o espaço de negociação para a justiça e a paz, limitando incentivos à cooperação, à tolerância e ao comprometimento. Perde-se a confiança e relacionamentos são rompidos.

Um papel limitado para as armas

As armas têm um uso legítimo em nossa sociedade, mas esse uso tem que ser estritamente controlado. Os Estados têm o direito de recorrer às armas para garantir que a vida, a liberdade e a integridade física de todos os seus cidadãos serão protegidas contra ataques militares externos, ou ataques iminentes durante operações internas de aplicação da lei. Pelo mesmo princípio, as armas também podem desempenhar seu papel nas operações internacionais para manter e construir a paz. Muitos Estados retêm a exclusiva responsabilidade por proteger os civis e,

portanto, não os encorajam a portar armas ; alguns não permitem que cidadãos comuns usem certas armas.

Entretanto, nem os Estados, nem os grupos de oposição armada têm o direito de usar força ilimitada. Com base em uma crença fundamental no valor da humanidade, dois artigos significativos do direito internacional procuram proteger o indivíduo (ver Apêndice 1).

- ▶ A legislação internacional de direitos humanos é universal. Ela consagra o princípio do direito à vida e à segurança: toda pessoa tem o direito de não ser arbitrariamente privada de sua vida.
- ▶ O direito humanitário internacional se aplica em situações de conflito armado e busca regulamentar a conduta na guerra e reduzir o sofrimento dos civis.

Embora a Carta das Nações Unidas legitime o direito de um país de se armar em auto-defesa, também aplica princípios de desenvolvimento sustentável ao uso das armas, apelando “pelo estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, direcionando para os armamentos o mínimo possível dos recursos humanos e econômicos do mundo”. No entanto, com os exércitos de todo o mundo gastando uma quantia que chega a US\$839 bilhões por ano⁸, a combinação de “armas em excesso e sub-desenvolvimento”, citando uma frase que foi usada pela primeira vez há duas décadas, ainda é um problema real.

Armas em excesso

Em situações marcadas por conflito armado, crime e repressão do Estado, a disponibilidade de armas é um fator importante para a determinação do nível de violência. A presença de armas pode ser um poderoso catalisador em cenários voláteis.

A proliferação de armas facilita o aumento da violência armada. Em uma espiral sempre decrescente, a disponibilidade de armas pode criar um clima de medo: grupos e indivíduos inseguros se armam para proteção, e suas ações são percebidas como ameaças por outros, que reagem se armando também e, desta forma, cria-se uma demanda cada vez maior por armas. Não apenas em tempos de guerra, mas em “tempos de paz”, a presença e a disponibilidade de armas freqüentemente intensifica a violência gerada por protestos políticos, disputas entre vizinhos, crime e violência doméstica. À medida que as armas tornam-se mais sofisticadas – de pedras, arcos e flechas aos rifles automáticos – seu poder letal aumenta. Alguns poucos indivíduos bem armados podem causar mortes, ferimentos e medo em grande escala. A matança torna-se mais fácil; pode ser feita de uma distância maior, com mais autonomia e menos esforço.

O perigo da proliferação de armas talvez seja percebido com mais clareza quando a guerra acaba. Onde as armas ainda estão facilmente disponíveis, o fim da violência pode continuar tão esquivo como sempre.

Na paz e na guerra, há princípios internacionais que definem claramente como e quando as armas podem ser usadas, estabelecendo limites rígidos para seu uso.

“Foi depois do ataque que o vilarejo recebeu armas para se defender. Mas aí a ameaça para o vilarejo era ainda maior. Por que? Eles [os rebeldes] iam querer roubar as armas.” ’

Habitante do vilarejo de Yakawewa no Sri Lanka, 1998⁷

As tragédias causadas pelas transferências irresponsáveis de armas

Afeganistão

O Afeganistão sofreu 23 anos de conflito, que tiveram um efeito devastador sobre o país. Os EUA, assim como Paquistão, Irã e China, desempenharam um papel-chave ao armar várias forças que lutavam, tanto contra os russos quanto umas contra as outras. Os EUA forneceram ajuda militar aos Mujahideen no Afeganistão até 1991, ainda que milhares de civis afegãos estivessem sendo mortos, espancados, violentados e seqüestrados¹⁰. Algumas das armas fornecidas foram posteriormente usadas pelo Talebã e a Aliança do Norte – tendo ambos cometido graves violações de direitos humanos.

República Democrática do Congo (RDC)

Mais de três milhões de civis foram mortos ou morreram de fome e doença em consequência do conflito na RDC (antigo Zaire) desde agosto de 1998. Esse conflito tem se caracterizado por assassinatos ilegais, tortura e estupro de civis cometidos pelas forças de todas as partes envolvidas. Apesar desse rol de tragédias humanas, muitos países continuam enviando armas à RDC. O antigo governo zaireense recebeu armas de muitos países, incluindo Bélgica, China, França, Alemanha, Israel, Espanha, Reino Unido e EUA. Também já foram usadas no conflito armas leves e equipamento militar entregues pela Albânia, China, Egito, Israel, Romênia, Eslováquia, África do Sul e outros países aos governos de Ruanda, Uganda e Zimbábue.¹²

Em novembro de 2001, nos arredores de Kisangani, cenário de intensos combates que envolveram a morte de muitos civis,

“Primeiro eles cercaram pessoas nas ruas. Depois foram de casa em casa e prenderam os homens das famílias, exceto os muito idosos. Nada podia detê-los e eles não pouparam nenhuma casa. Em uma casa, a mãe de um jovem que estavam levando embora agarrou-se ao rapaz, dizendo que ela não deixaria que fosse sem ela. Começaram a espancar brutalmente a mulher com as coronhas de seus rifles. Ela morreu. Levaram o filho e o mataram a tiros. Executaram muitas pessoas.” Depoimento de uma menina de 15 anos que foi seguidamente estuprada por líderes de facções armadas em Cabul, Afeganistão, em 1994.

a Amnesty International encontrou provas do fornecimento militar de outros países na forma de cartuchos de munição para as seguintes armas: metralhadoras pesadas da Coreia do Norte, China e Rússia, revólveres russos, fuzis automáticos da África do Sul, armamento anti-aéreo chinês e lança-granadas automáticos da Rússia, Bulgária e Eslováquia.¹³

As rotas e métodos de entrega variam. Pilotos britânicos e empresas aéreas de transporte de carga não estão proibidos pelo governo do Reino Unido de fornecer armamentos de outros países para as forças armadas na RDC responsáveis por inúmeros abusos contra os direitos humanos. Além disso, entre 1993 e 1998, um período em que aumentaram rapidamente os conflitos violentos e as graves violações de direitos humanos, a Itália exportou armas, munição e explosivos no valor de quase US\$10 milhões para a RDC.¹⁴

As armas na violência pós-guerra

Com excessiva frequência, os problemas com que os países se deparam depois de um conflito armado são esmagadores e uma onda de violência ressurgiu: metade dos países recém-pacificados voltam à guerra dentro de uma década.¹⁶ Lidar com a proliferação das armas é um passo crucial para ajudar a prevenir o ressurgimento de tais conflitos.

Períodos de extrema violência dão origem a uma cultura de violência, através da qual a influência e o poder do exército permeiam áreas antes intocadas da sociedade, e a violência contamina os símbolos, as atitudes, os valores e as crenças que constituem uma “cultura”.¹⁷ O crime e a desordem aumentam¹⁸, em virtude principalmente da legitimização da violência¹⁹, em conjunto com a volta dos combatentes desempregados e da fácil disponibilidade de armas. Essas armas alimentam os sistemas de crime, contrabando e violência organizada que desenvolveram-se durante os períodos de insegurança.

Os estudos demonstram que, se as armas não forem removidas e meios de subsistência alternativos e viáveis não forem encontrados, o risco de lesões continuará alto, porque a disponibilidade constante de armas proporciona um meio violento de resolver diferenças.

- ▶ A Guatemala continua sendo um país muito violento. Embora os Tratados de Paz tenham sido assinados em 1996, uma pesquisa de 2000 revelou que 75% da população sentia que a insegurança estava aumentando e 88% notava um aumento acentuado na aquisição e proliferação de armas de fogo.²⁰ Mortes causadas por armas de fogo aumentaram de 69% de todas as fatalidades envolvendo armas em 1999 para 75% em 2000, e ferimentos por armas de fogo aumentaram de 52% para 60% de todos os acidentes.²¹
- ▶ O número de pessoas tratadas por lesões relacionadas a armas de fogo no Hospital Monkol Borei, noroeste do Camboja, mostra como a ausência de um desarmamento eficaz contribui para o retorno de níveis mais altos de conflito violento. Eram registrados 147 lesões causadas por armas em cada 100.000 pessoas, imediatamente antes do Acordo de Paz de 1991. Durante o período de transição, sob o controle da ONU, a estatística era de 71 para 1000.000. Cinco meses depois que a ONU deixou o país, sem ter desarmado totalmente a população, os números haviam subido para 163 por 100.000 pessoas.²²

Os fatos comprovam, portanto, que programas de desmobilização, desarmamento e reintegração são uma necessidade depois do fim oficial de um conflito armado. Os países frequentemente recebem um grande número de ex-combatentes; as armas devem ser retiradas das mãos dos ex-combatentes e destruídas e os meios de subsistência, restabelecidos. Em junho de 2003, acreditava-se haver 24 milhões de revólveres no Iraque, o suficiente para armar cada homem, mulher e criança, e podiam ser comprados por cerca de US\$10,00 cada; esse foi um dos fatores que contribuíram com o estado de insegurança e os delitos que ainda prevalecem no país.²³

“Há um consenso universal de que se as armas estiverem presentes, levarão ao conflito.”

Mervyn Patterson, representante-chefe da ONU no norte do Afeganistão, trabalhando em segurança com líderes locais, 2003¹⁵

O impacto das vendas irresponsáveis de armas



Foto Howard Davies/Oxfam

Camboja

Yem Para, de Phnom Penh, Camboja.²⁴

Yem Para levou vários tiros de alguém que conhecia. “Um dia nós discutimos. Eu estava com algumas outras pessoas, plantando legumes, e ele me deu um tiro na perna – minha perna esquerda, aqui acima do joelho. Depois me deu um tiro no peito e a terceira bala passou raspando pelo meu cabelo de tão perto. Ele usou um AK-47 e estava há uns 20 metros de distância, apenas, depois começou a se aproximar. Primeiro, todo mundo ficou com medo de intervir, mas quando ele acabou com a munição, os vizinhos vieram e o impediram de me espancar com a coronha da arma. Meus ferimentos ainda doem. Faz apenas cinco meses que tirei o pino de metal da perna. E agora só sou capaz de fazer aproximadamente a metade do que costumava fazer. Antes, eu podia levantar 50kg de arroz, mas agora só consigo levantar cerca de 10kg.”

▲ Carregamentos clandestinos da China e dos EUA para as facções anti-vietnamitas do Camboja começaram no final da década de 70. Acredita-se que cerca de 500.000 armas de pequeno porte permaneçam no Camboja – metade delas controladas pelo exército oficial e forças policiais e metade por homens das milícias, soldados desmobilizados e outros indivíduos.²⁵



Foto Business Islands

Ilhas Salomão

Sir Fred Soaki, Ex-Comissário de Polícia muito respeitado nas Ilhas Salomão e líder do Grupo de Monitoramento da Paz, foi assassinado em 10 de fevereiro de 2003 enquanto comia em um restaurante. Ele era famoso por sua neutralidade e por confrontar sem medo policiais indisciplinados e ex-militantes em suas tentativas de persuadi-los a entregar as armas em uma iniciativa apoiada pelo Programa de Desenvolvimento da ONU. O suspeito pelo crime, um policial, foi detido mas escapou da prisão.²⁶

▲ Milícias que usavam rifles da Segunda Guerra Mundial e revólveres de fabricação caseira saquearam depósitos policiais mal protegidos para obter fuzis automáticos de grande potência. Muitos desses fuzis vinham de Singapura. A Austrália havia anteriormente se recusado a vender armas para as Ilhas Salomão, temendo pelo seu possível impacto sobre o processo de paz. Os EUA concordaram em enviar armas no valor de US\$4 milhões em 1997, mas elas foram confiscadas pela Austrália e Nova Zelândia por solicitação do governo recém-eleito das Ilhas Salomão.²⁷

ORIENTE MÉDIO

ÁSIA



CAMBOJA

População: 11 milhões

Gastos com a defesa: 25,8%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 130

ILHAS SALOMÃO

População: 430 mil

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 123



Notas:
Os gastos com a defesa são a porcentagem dos gastos totais de um governo.
A colocação no Índice de Desenvolvimento Humano é um índice da maioria dos países, onde 1 (Noruega) é o país mais desenvolvido e 175 (Serra Leoa) é o país menos desenvolvido. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2003.
Outros dados obtidos do *The World Guide 2001/2002*, New Internationalist Publications Ltd, Reino Unido.



Foto Thiago Quiroga/Viva Rio

Brasil

Camila Magalhães Lima, de 16 anos, perdeu o movimento de suas pernas em 1998 quando, voltando para casa a pé da escola, foi atingida por uma bala perdida em um tiroteio entre ladrões e seguranças particulares.²⁸

“Eu tinha planos para o futuro; queria viajar pelo mundo, fazer um curso de modelo e continuar meu treinamento na ginástica. De um dia para o outro, meus sonhos se despedaçaram – tudo por causa da irresponsabilidade dos homens supostamente civilizados que só se sentem corajosos com um revólver nas mãos.”

▲ Nos últimos 10 anos, 300.000 pessoas foram assassinadas no Brasil, muitas em consequência da violência urbana e da proliferação generalizada de revólveres e armas de pequeno porte, que respondem por 63% de todos os homicídios no país.²⁹ Muitas das armas são fabricadas no Brasil, mas revólveres também são importados de outros países – pela ordem de importância, dos EUA, da Espanha, da Bélgica, da Alemanha, da Itália, da República Checa, da Áustria e da França.³⁰



Foto desfocada por razões de segurança pessoal

Colômbia

Marcos, de uma comunidade rural em Urabá, Colômbia.

“Eles [os paramilitares] começaram a nos molestar, pressionando-nos para que déssemos informações sobre os guerrilheiros. Quando vamos para a cidade, para comprar suprimentos, os paramilitares nos acusam de estar comprando para os guerrilheiros. Os guerrilheiros passam por essa região há anos. Nós não andamos armados. Só queremos tratar das nossas plantações, de nossos animais, cuidar do rio e da floresta.”³¹

▲ O conflito na Colômbia caracteriza-se por violações de direitos humanos cometidas por todas as partes. O fornecimento de armas para os guerrilheiros aumentou, incluindo grandes carregamentos vindos do Peru e da Venezuela, além das armas que entraram no país provenientes de outras forças contra-governistas da América Latina ao longo de muitos anos.³² Grandes quantidades de armas de pequeno porte também foram fornecidas às autoridades colombianas, nos últimos anos, pelos EUA, França, Alemanha, Espanha e África do Sul.³³

KOSOVO

População: 2,2 milhões

ISRAEL E OS TERRITÓRIOS OCUPADOS

População: 6 milhões

Gastos com a defesa: 20,9%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 22 (Israel) e 98 (Territórios Ocupados)

ÁFRICA

COLÔMBIA

População: 41,5 milhões

Gastos com a defesa: 19,9%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 64

BRASIL

População: 167 milhões

Gastos com a defesa: 3,9%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 65

AMÉRICA DO SUL

UGANDA

População: 21 milhões

Gastos com a defesa: 23,9%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 147

ANGOLA

População: 12,5 milhões

Gastos com a defesa: 36,3%

Colocação no Índice de Desenvolvimento Humano: 164

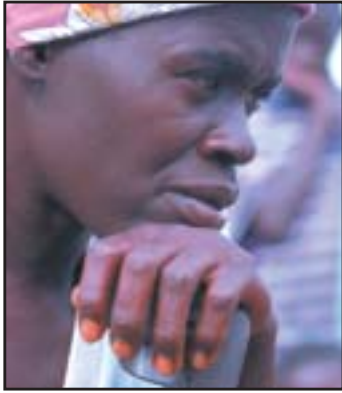


Foto Crispin Hughes/Oxfam

Angola

Rodrina Faustina, 42 anos, em um campo para pessoas refugiadas perto de Kuito, Angola.³⁴

“Esta não é a primeira vez que a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) ataca. Em outubro de 1990, eles vieram ao vilarejo roubando coisas. Tentei fugir, mas me deram um tiro na perna. Recebi primeiros socorros, depois me trouxeram ao hospital aqui em Kuito, e tiveram que amputar minha perna abaixo do joelho... Ficamos três dias em Kuito, depois voltamos para nosso vilarejo. As coisas ficaram mais difíceis agora... Ir até o rio com um balde de roupa para lavar usando muletas é muito difícil. E também ir cortar lenha para cozinhar, para ajudar meu marido. Lavar roupa, lavar louça, buscar água: todas essas coisas são difíceis.”

▲ Durante a Guerra Fria, a África do Sul, Portugal e países da OTAN desenvolveram estratégias para financiar e entregar recursos secretamente para a UNITA. As redes e muitos dos comerciantes e traficantes continuaram fornecendo recursos para a UNITA nos anos 90, apesar de um embargo de armas da ONU. As principais rotas de entrega eram pela África do Sul, Burkina Faso, RDC, República do Congo (Congo-Brazzaville), Zâmbia e Namíbia – com ou sem a conivência dos governos e, freqüentemente, com o envolvimento de cidadãos europeus.³⁵



Foto Richard Dunlea/Daily Express

Uganda

Charles Logwe, 46 anos, de Uganda, costumava comprar pequenas quantidades de armas no Sudão e vendê-las em Uganda. Em uma viagem, ele comprou 12 revólveres, quatro para si mesmo e oito para outras pessoas, e ganhou um bom dinheiro vendendo sua mercadoria.

“É muito fácil. Karamojong e Acholi casam-se com sudaneses e vice-versa, então sempre tem alguém com um motivo para ir e vir.”

Então, seu tio e seu irmão levaram tiros em uma emboscada e seu irmão perdeu uma perna. “Quando os vi, e a outros, com ferimentos tão terríveis espalhados pelos seus corpos, pensei muito e fiquei muito triste, e vi que não deveria vender armas novamente.”³⁶

▲ O governo do Sudão tem sido uma fonte extremamente importante de armamentos para o Exército de Resistência do Senhor (ERS), um grupo rebelde do norte de Uganda, fornecendo fuzis AK47 e G3, armamentos anti-tanques (incluindo fuzis de precisão B10), morteiros 81 mm e 82 mm, e minas terrestres.³⁷ Em 2002, o governo sudanês retirou seu apoio ao ERS em troca do fim do apoio do governo de Uganda aos rebeldes sudaneses.



Foto AI

Kosovo

Petrija Piljević, uma sérvia de 57 anos que vivia em Kosovo, foi seqüestrada por três homens usando uniformes do Exército da Libertação de Kosovo (ELK) em 28 de junho de 1999. Seus vizinhos viram quando ela foi levada de seu apartamento em Priština, chorando e gritando. Quando seu corpo foi devolvido à família em agosto de 2001, consta que ela tomara dois tiros no peito, à queima-roupa. O assassinato seguiu o padrão dos muitos horrendos abusos contra os direitos humanos cometidos pelo ELK e as forças sérvias no conflito de Kosovo.



Foto AP

Israel e os Territórios Ocupados

Israel e os Territórios Ocupados encontram-se em um ciclo vicioso de violência armada desde que começou a recente intifada em setembro de 2000. Desde o início da intifada, mais de 2.100 palestinos foram mortos pelo exército israelense, incluindo cerca de 380 crianças.⁴⁰ O grupos armados palestinos mataram cerca de 750 israelenses, a maioria civis, incluindo mais de 90 crianças. Em 10 de outubro de 2000, Sami Fathi Abu Jazzar, de onze anos, morreu em consequência de ferimentos na cabeça e seis outros palestinos ficaram feridos quando soldados israelenses abriram fogo contra uma multidão de cerca de 400 pessoas, principalmente crianças em idade escolar. Três semanas depois, um homem e uma mulher israelenses foram mortos e dez transeuntes feridos com a explosão de um carro que levava explosivos em uma rua lateral do mercado de Mahane Yehuda no centro de Jerusalém.⁴¹

▲ No final da década de 90, um tráfico considerável de armas nos Balcãs foi organizado por grupos armados de oposição de etnia albanesa e seus simpatizantes, especialmente nas comunidades da diáspora albanesa na Alemanha, Áustria e Suíça.³⁸ As redes de armamentos desenvolveram-se desde meados da década de 90 e distribuíram armas de pequeno porte entre as comunidades de etnia albanesa em Kosovo, antiga República Iugoslava da Macedônia, e sul da Sérvia, para uso dos grupos armados albaneses de oposição. Segundo um relatório de 1999, a polícia da Macedônia estimou que algo entre 20.000 e 30.000 armas de pequeno porte encontravam-se escondidas na região oeste do país, por membros do ELK e seus simpatizantes.³⁹

▲ As armas usadas pelos grupos armados palestinos vêm de diversas fontes: os morteiros parecem ser de fabricação doméstica; alguns são aparentemente contrabandeados da Jordânia e do Egito; e outros, segundo fontes da polícia local, são comprados de mercadores ilegais israelenses de armas de pequeno porte.⁴² Israel, além de produzir suas próprias armas, incluindo o fuzil automático Galil e as metralhadoras Uzi, foi a maior receptora na década de 90 dos rifles militares exportados pelos EUA, incluindo os M-16.⁴³

“Não foi difícil entregar meu revólver, porque sou um soldado disciplinado. Mas receio que ainda existam muitas armas aqui e que muitos civis também tenham armas. Também eles precisam ser desarmados.”

Domingos Bastos, soldado desmobilizado da UNITA, província de Huambo, Angola, 2003⁴⁴

Não são apenas as armas pequenas que são deixadas para trás. Minas terrestres, artefatos não-deflagrados das bombas de fragmentação e outros dispositivos não-deflagrados permanecem até bem depois do final oficial do conflito, causando entre 15.000 e 20.000 novas baixas por ano, com enormes perdas de vidas e deficiências permanentes. As bombas de fragmentação têm sido uma das principais causas de morte e ferimentos no Iraque. A presença de minas terrestres e dispositivos não-deflagrados inibe o acesso às casas e ao campo, impedindo as pessoas de recomeçarem suas vidas e reconstruírem seu país.⁴⁵

As armas em mãos erradas

Se um grande número de mãos armadas representa o risco de aumento da violência, as armas em mãos erradas representam um risco maior ainda de que sejam usadas para cometer abusos contra os direitos humanos.

Em 2002, houve mais de 40 situações de conflito envolvendo violência armada de intensidades variadas em todo o mundo.⁴⁶ Em praticamente todos estes conflitos, as forças envolvidas – forças dos Estados ou grupos armados – são responsáveis por abusos contra os direitos humanos e as leis humanitárias internacionais. Mas as forças dos Estados também usam freqüentemente suas armas autorizadas para cometer abusos em tempos de paz. Agentes de aplicação da lei estão investidos de poder e equipados com armas, mas em alguns países eles recebem salários que mal chegam para suprir suas necessidades de subsistência. Com freqüência, eles recebem treinamento limitado e, às vezes, nenhum. Em alguns países, a extorsão armada e a corrupção por parte das forças de segurança e dos agentes que aplicam a lei são comuns, e prossegue sem punição dos sistemas judiciários corruptos.

Leis, regulamentos e cursos de treinamento para a polícia e outros agentes de aplicação da lei freqüentemente ignoram as regras elementares de consenso internacional para sua conduta – incluindo os Princípios Básicos para o Uso da Força e de Armas de Fogo da ONU;⁴⁷ o Código de Conduta para Agentes de Aplicação da Lei da ONU e o Padrão Mínimo de Regras para o Tratamento de Prisioneiros da ONU. Na África do Sul, quase 10.000 agentes de segurança não haviam sido treinados para o nível de trabalho que eles desempenhavam; em 1999, três quartos de todos os agentes de segurança possuíam apenas o grau mais baixo de qualificação, que capacitava os policiais a andarem armados e entrar em serviço depois de apenas cinco horas de treinamento com armas de fogo.⁴⁸

No Timor-Leste, o rápido desenvolvimento de um serviço policial profissional depois do fim de longos anos de conflito foi reconhecido como uma meta crucial. Entretanto, o treinamento policial tem sido inadequado e faltam mecanismos eficazes de supervisão e responsabilidade pelos atos cometidos. O número de queixas

sobre ataques e uso excessivo de força por parte da polícia está aumentando. Em dezembro de 2002, por exemplo, duas pessoas morreram em consequência de tiros e 16 outras foram feridas na capital, Dili, quando a polícia, segundo consta, usou força excessiva contra manifestantes. Os policiais foram equipados com gás lacrimogêneo, cassetetes e pistolas austríacas Glock, e há planos de armar um número selecionado de policiais nas Unidades de Intervenção Rápida com sub-metralhadoras de modelo alemão, MP5.⁴⁹

Em toda a América Latina, o rápido crescimento e o poder cada vez maior das empresas de segurança particular é motivo de preocupação. Segundo o governo da Guatemala, há cerca de 116 empresas de segurança particular no país, empregando 35.000 agentes; uma força não-oficial maior que todo o exército, e duas vezes maior que o número de policiais. Em El Salvador, menos da metade dos 17.000 seguranças particulares haviam passado por um curso de treinamento de cinco dias, como exige a lei.⁵¹

O fornecimento internacional de armas para aqueles responsáveis por graves abusos contra os direitos humanos sinaliza que o comportamento desses grupos é tolerado, até mesmo apoiado, pela comunidade internacional. Os carregamentos de armas para os responsáveis por tais abusos pode até encorajar novas atrocidades ao reforçar a impunidade em que eles operam.

O papel das armas pequenas em particular

Embora este relatório trate da necessidade de controlar todas as armas convencionais, deve-se enfatizar que as armas de pequeno porte têm um papel especial ao contribuir para a miséria e o sofrimento. As armas de pequeno porte estão presentes em todos os países do mundo. São usadas em cada um dos conflitos – e usadas exclusivamente na maioria deles. Desempenham um papel-chave nos abusos cometidos contra os direitos humanos internacionais e o direito humanitário internacional – através de seu uso direto ou da ameaça de seu uso. Um maior número de lesões, mortes, deslocamentos, estupros, seqüestros e atos de tortura são infligidos ou cometidos com armas de pequeno porte do que com qualquer outro tipo de arma. Na Colômbia, estima-se que nove em cada dez atrocidades cometidas contra civis por todos os grupos armados envolvem o uso de armas de pequeno porte.⁵⁴

Existem aproximadamente 639 milhões de armas de pequeno porte hoje no mundo, produzidas por mais de 1.135 empresas em pelo menos 98 países. Oito milhões de novas armas são produzidas a cada ano. Quase 60% das armas pequenas estão em mãos civis.⁵⁵ Pelo menos 16 bilhões de unidades de munição militar foram produzidas só no ano de 2001 – mais de duas balas militares para cada homem, mulher e criança no planeta.⁵⁶

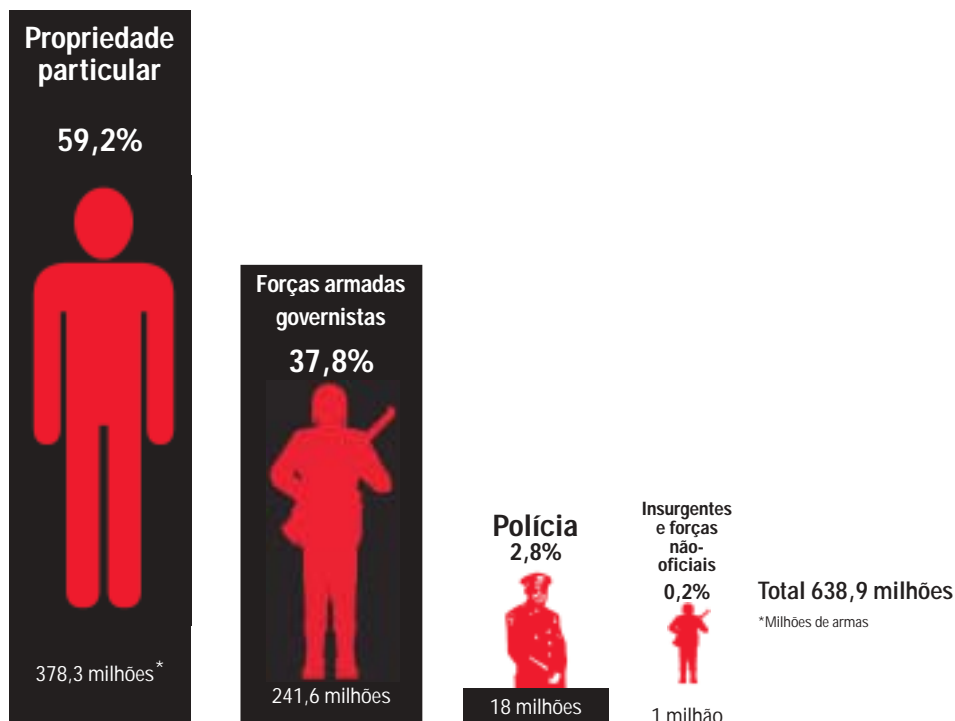
O Kalashnikov é o padrinho dos fuzis automáticos. Estima-se a produção total entre 70 e 100 milhões, constituindo quase 80% do número total de fuzis automáticos no mundo.⁵²

“Eu preferia ter inventado uma máquina que as pessoas pudessem usar e que ajudasse os fazendeiros em seu trabalho – por exemplo, um cortador de grama.”

Mikhail Kalashnikov, 2002⁵³

Quem possui as armas de pequeno porte do mundo?

Fonte: Small Arms Survey 2002, dados de 31/12/01.



As armas de pequeno porte são leves, fáceis de operar e – obviamente – letais.

- ▶ Os revólveres são pequenos o bastante para caber dentro de um bolso, baratos e, com frequência, facilmente disponíveis. Algumas armas pequenas nos EUA são tão baratas e fáceis de ocultar que são chamadas de “Saturday Night Specials” (especiais para os sábados à noite); estas são tipicamente pequenas, calibre 25, aproximadamente, e podem ser encontradas por preços tão baixos quanto US\$ 75,00. A polícia frequentemente usa pistolas 9mm, que podem acertar com precisão a uma distância de cerca de 50 metros, e carabinas semi-automáticas, que segundo se diz podem acertar com precisão a uma distância de mais de 200 metros. Entretanto, em muitos países, policiais e paramilitares andam armados com fuzis de precisão muito mais perigosos e de alta velocidade, como os AK-47.
- ▶ Os fuzis de precisão são simples e duráveis, com apenas poucas partes móveis; seu uso requer pouco treino e eles podem continuar funcionando por 20 a 40 anos, ou mais, com um mínimo de manutenção. Também são altamente portáteis, fáceis de ocultar e relativamente baratos. Um AK-47 dispara até 30 tiros em menos de três segundos, sendo cada bala potencialmente letal a distâncias acima de um quilômetro.

► Lança-foguetes que se apóiam nos ombros e sistemas portáteis de defesa aérea podem ser operados por apenas duas pessoas. Tem um poder destrutivo avassalador. Alguns são mísseis “dispare e esqueça”, que encontram seus alvos através de sistemas infra-vermelhos, com alcance de um a oito quilômetros. Incluem os sistemas de míssil Stinger dos EUA, usados com efeitos devastadores no Afeganistão, e o míssil Strela, disparado contra uma aeronave civil israelense em novembro de 2002 no Quênia. Os lança-foguetes mais simples, como o RPG-7 russo, podem abater helicópteros e penetrar a couraça de tanques com 330mm de espessura, a distâncias de até 500 metros.

As armas de pequeno porte estão tão presentes que estima-se que exista uma delas para cada 10 pessoas – homens, mulheres e crianças – no mundo. Os números variam grandemente, mesmo entre regiões: de 5,8 pessoas por arma no Paquistão para 180 no Bangladesh.⁵⁷

Os quatro principais fuzis automáticos do mundo

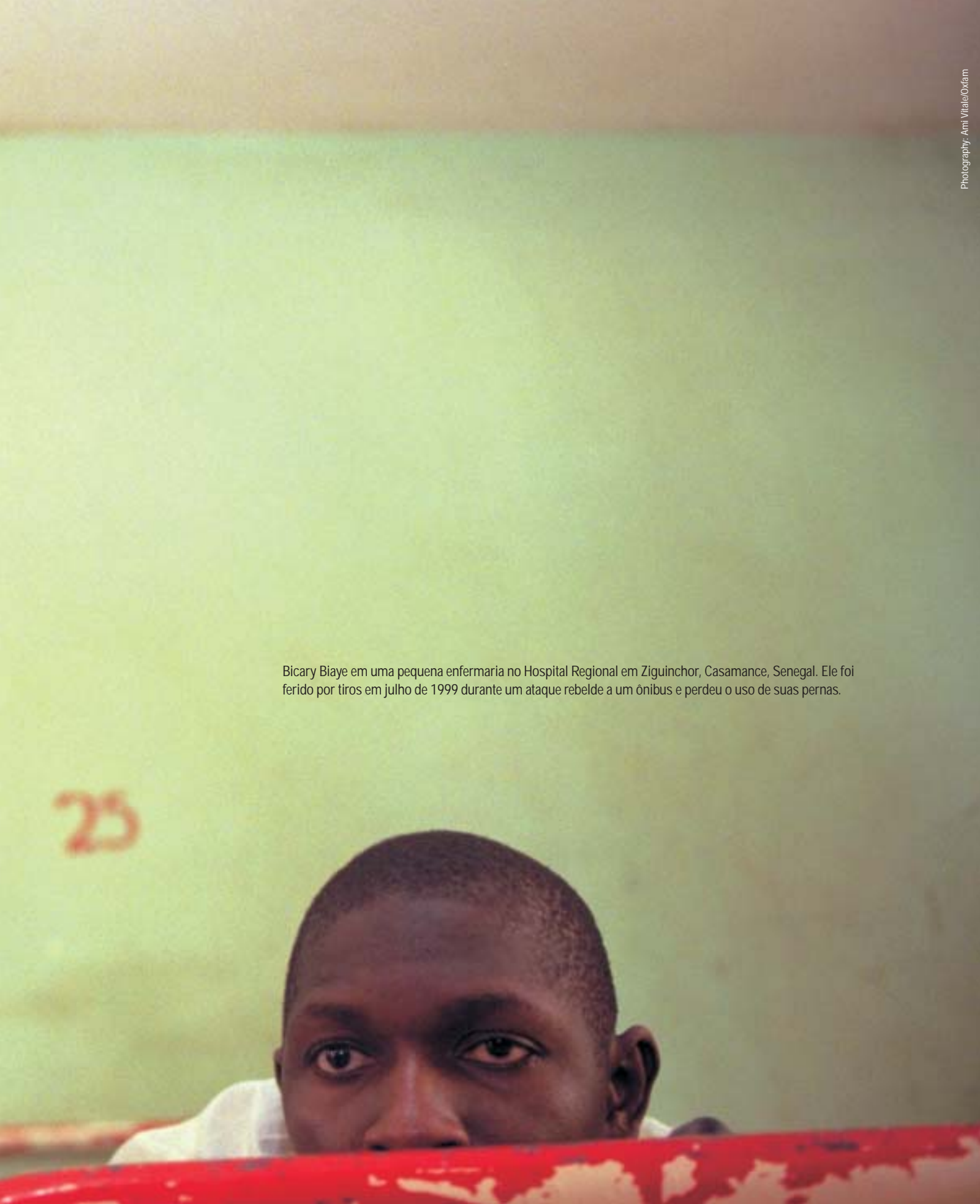


O país citado é o país original de produção, mas agora eles também são fabricados em outros países.
Fonte: Small Arms Survey 2001

Capítulo 2

O custo humano do abuso de armas

24



Bicary Biaye em uma pequena enfermaria no Hospital Regional em Ziguinchor, Casamance, Senegal. Ele foi ferido por tiros em julho de 1999 durante um ataque rebelde a um ônibus e perdeu o uso de suas pernas.

2: O custo humano do abuso de armas

“A que altura vocês esperam que gritemos? Quanta dor e sofrimento vocês acham que conseguimos suportar? Quantas cabeças e braços serão cortados por mísseis antes que alguém nos dê ouvidos?”

Emily Baker, cujo marido morreu nos combates na Libéria, 2003⁵⁸

O custo real das armas é alto demais.

- ▶ Em seu trabalho, Amnesty International e Oxfam são testemunhas do uso de armas para cometer sérios abusos contra os direitos humanos e o direito internacional humanitário – quer seja em conflitos, no crime, na aplicação da lei, na repressão do Estado ou na violência doméstica.
- ▶ O mau uso de armas coloca em perigo os direitos fundamentais das pessoas, incluindo o direito à vida.
- ▶ Os efeitos indiretos, freqüentemente ignorados, são imensos. As armas são mal usadas para negar às pessoas o acesso à terra, aos mercados, às escolas e aos hospitais, assim contribuindo para aumentar a desnutrição e as doenças.
- ▶ A longo prazo, esses efeitos aumentam a miséria e retardam o desenvolvimento.

As armas são um fator-chave para facilitar, prolongar e intensificar conflitos e violência armada. As armas são usadas arbitrariamente e indiscriminadamente para matar ou ferir, para ameaçar pessoas e mandá-las embora de seus lares; o fluxo de armas possibilita e sustenta conflitos nos quais as baixas civis aumentam. Em um nível mais profundo, o mau uso de armas pode obstruir as possibilidades de desenvolvimento e interferir com os direitos das pessoas a um modo decente de subsistência, aos serviços de saúde e à educação.

Estima-se que mais de 500.000 civis em média morram por ano em consequência do mau uso de armas convencionais: uma pessoa a cada minuto.⁵⁹

O direito à vida

No tempo levado para ler esta página, mais uma pessoa provavelmente será morta em algum lugar do mundo e pelo menos duas outras terão sofrido ferimentos graves em decorrência do uso de armas.

Conflito armado: a fácil disponibilidade de armas tende a aumentar a incidência de violência armada, prolongar guerras e possibilitar abusos graves e generalizados contra os direitos humanos.⁶⁰ Em algumas situações, o crescente fornecimento de armas funciona como *gatilho* para o conflito. Por exemplo, é opinião geral que os carregamentos de armas para a Ruanda, vindos principalmente da China, França, África do Sul e Egito, nos meses tensos que antecederam a guerra civil em 1994, encorajaram e facilitaram o genocídio que veio a ocorrer, ainda que a maioria das atrocidades tenha sido cometida por pessoas usando ferramentas agrícolas.⁶¹ A importância das armas é maior como *combustível* para manter um conflito de longo prazo, responsável não tanto pelo início das guerras, mas pela sua continuação. Os conflitos armados não podem continuar sem o fornecimento de armas ou, onde as armas já forem abundantes, sem munição.⁶² Por exemplo, helicópteros de ataque fornecidos por negociantes alemães e belgas de armas foram usados em 1997 pelas forças do governo para varrer de tiros as áreas residenciais de Brazzaville, República do Congo, matando milhares de civis.⁶³

Depois de um bombardeio da coalizão liderada pelos EUA no Iraque, usando bombas de fragmentação em al-Hilla, mais de 200 pessoas ficaram feridas, cerca de 80% das quais eram civis. Uma testemunha ocular descreveu como “os ferimentos eram horríveis e profundos, uma série de manchas vermelhas nas costas e coxas ou rosto, pedaços das bombas de fragmentação deflagradas enterrados a três centímetros ou mais na carne... Pacientes relataram que os explosivos caíam ‘como uvas’ do céu”.⁶⁵

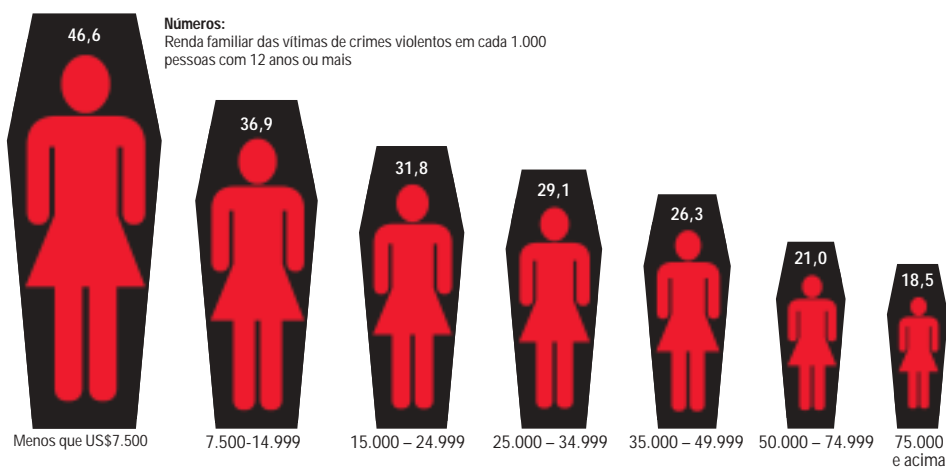
Além dos conflitos armados: em sociedades permeadas pelo crime, a fácil disponibilidade das armas está ligada ao nível de violência armada.⁶⁶ Embora haja um debate sobre a melhor maneira de corrigir a cultura de violência que frequentemente prevalece em tais sociedades, essa preocupação básica não pode ser ignorada. Estudos realizados por países desenvolvidos (os dados raramente estão disponíveis em outras regiões) mostram uma consistente e clara correlação entre a posse de revólveres em casa e os índices de mortalidade. Essa ligação é mais claramente percebida no caso de suicídios e mortes acidentais, e especialmente entre os jovens.⁶⁷ Por vezes, é a polícia e outros agentes de aplicação da lei que cometem os crimes armados e violam os direitos humanos. No Brasil, a polícia de muitas regiões foi ligada aos “esquadrões da morte”, responsáveis por centenas de assassinatos, inclusive de crianças, que permanecem há muito impunes. Investigações federais em 2002 revelaram que todos os níveis das autoridades do estado do Espírito Santo foram infiltrados pelo crime organizado, com conseqüentes aumentos de violações sistemáticas de direitos humanos, incluindo execuções sumárias cometidas pela polícia.⁶⁸

“Vi corpos no chão enquanto corria com meus filhos. Os atiradores [do helicóptero] disparavam contra nós, então não pude parar para ver se estavam vivos. Os atiradores também dispararam mísseis que incendiaram a aldeia.”

Yak Gatdet Kok, de Nhialdiu, no sul do Sudão, 2001⁶⁴

As pessoas pobres têm maior probabilidade que as ricas de se tornarem vítimas de crimes violentos.

Fonte: US National Criminal Victimization Survey, 2001.



“O bombardeio foi muito intenso. Acertaram principalmente alvos militares, mas a força das explosões era muito grande. Foi terrível para as crianças e as pessoas com problemas cardíacos. Meus filhos costumavam correr para mim, eu podia sentir seus corações disparados como uma pequena ave capturada nas mãos.”

Gholam Rassoul, motorista em Herat, Afeganistão, 2002⁷⁰

“Eu tinha 14 anos quando comecei a trabalhar armado. Eles [o grupo do narcotráfico] me deram minha primeira arma. Deixaram comigo para que eu fizesse a segurança... Veio deles, mas é minha para carregar.”

Um garoto no narcotráfico [um “soldado”] nas favelas do Rio de Janeiro, 2002⁷¹

A violência organizada e generalizada pode custar tantas vidas quanto um conflito armado explícito. Nos últimos 14 anos, quase 4.000 pessoas com menos de 18 anos foram mortas por revólveres no estado do Rio de Janeiro, Brasil.⁷⁸

O número de mortes causadas por armas pequenas varia imensamente entre os diferentes países, de 0,01 mortes a cada 100.000 pessoas em Hong Kong, a 30 para cada 100.000 em El Salvador, a 55 para 100.000 na Colômbia. Os riscos também variam dentro dos países: o índice médio de homicídios com armas de fogo em todo o Quênia, por exemplo, é de 10-15 para cada 100.000 pessoas, ao passo que no nordeste e noroeste do país, onde as armas são facilmente disponíveis, o índice sobe para 580 a cada 100.000.⁶⁹ Tais estatísticas não têm como transmitir a realidade do sofrimento humano causado por essas armas.

- ▶ São homens, especialmente jovens, os criminosos e as vítimas mais comuns da violência com armas, tanto em tempos de guerra quanto na “paz”. No Rio de Janeiro, Brasil, homens jovens têm probabilidade 24 vezes maior que as mulheres de morrer por tiros. Na Colômbia, eles têm probabilidade 14 vezes maior de morrer de ferimentos por bala de revólver.⁷²
- ▶ Não obstante, muitas mulheres têm sido mortas ou feridas por tiros e bombardeios em conflitos armados. Mulheres e meninas constituíram uma grande parcela das vítimas quando as forças armadas levaram em veículos centenas de milhares de refugiados dos acampamentos na região dos Grandes Lagos em 1996 e deliberadamente os executaram em massa.⁷³
- ▶ Os jovens não são poupados. Crianças tornaram-se alvos em guerras do narcotráfico, em assassinatos políticos e que envolvem quadrilhas, em guerras internacionais e civis e como vítimas de brutalidade policial. Em Honduras, pelo menos 1.817 crianças de rua foram assassinadas nos últimos cinco anos.⁷⁴ Entrevistas com um grupo de crianças croatas refugiadas em 1992 revelaram que 85% já passara por tiroteios, 67% por ataques com obuses e 24% por bombardeios.⁷⁵
- ▶ Nem são poupados os idosos. Em Kosovo, de fevereiro de 1998 a junho de 1999, o índice de mortalidade causada por violência armada para homens com 50 anos ou mais foi quase 10 vezes maior que para mulheres da mesma faixa etária, e mais de três vezes maior que para homens em idade militar (15 a 49 anos), o que sugere que as forças sérvias podem ter tido como alvo especificamente os chefes de família para enfraquecer a integridade social e cultural da sociedade local.⁷⁶

A morte e os ferimentos causados em número tão grande de pessoas, muitas delas jovens, têm conseqüências profundas para o desenvolvimento: reduz o número de pessoas que ingressam na força de trabalho, desvia recursos familiares e sociais para os cuidados com aqueles que tornaram-se incapacitados por violência com armas de fogo, e força governos a redirecionar fundos dos serviços sociais para a segurança pública.⁷⁷

Violações de direitos civis e políticos

As armas são frequentemente usadas para violações diretas dos direitos à vida e à integridade física e mental, mas também são o meio usado para coagir a cometer quaisquer outros abusos. O uso ameaçador de armas por parte de forças de segurança, grupos armados ou outros em posições de autoridade coloca aqueles que estão sujeitos ao seu controle em uma posição muito vulnerável, com frequência literalmente à sua mercê.

Tortura e detenções arbitrárias

Violações acontecem quando pessoas são detidas, quer seja em delegacias, em centros de detenção ou em prisões. As estatísticas causam choque. Entre 1997 e 2000, a Amnesty International recebeu denúncias de tortura ou maus-tratos cometidos por agentes do Estado em mais de 150 países. Em mais de 70, as infrações eram generalizadas ou persistentes. Em mais de 80 países, consta que as pessoas morriam em consequência do tratamento recebido nas mãos daqueles que eram a autoridade. As evidências sugerem fortemente que a maioria das vítimas era de pessoas suspeitas ou condenadas por delitos criminais. A maioria dos torturadores era de policiais que usaram ameaças armadas e violência para subjugar suas vítimas.⁸⁰

Às vezes, os torturadores usam armas que são supostamente mais “seguras” que as tradicionais armas de fogo: “Nós os vimos aplicar choques ao detido [haitiano] com um campo elétrico, também com uma pistola elétrica.(...) O detido haitiano tomou choques umas três vezes. Enquanto levava os choques, ele estava algemado, as mãos nas pernas, deitado de lado no chão.” Esse depoimento foi uma das muitas perturbadoras denúncias de tortura ou maus-tratos feitas por pessoas presas pelo Serviço de Imigração e Naturalização dos EUA (*US Immigration and Naturalization Service – INS*) e detidas na Instituição Corregedora de Jackson County, na Flórida, entre agosto de 1997 e julho de 1998.⁸¹

Violência sexual

A violência sexual armada está horrendamente presente em ambientes fortemente armados. As armas podem ser usadas para facilitar estupros sistemáticos – um crime de guerra, usado para acelerar a expulsão de grupos de cidadãos através da degradação das mulheres e da disseminação de terror, medo e humilhação. A violência sexual contra homens também pode ser significativa, mas poucos dados sobre esse tipo de abuso foram compilados até agora e acredita-se que a maioria dos casos não seja denunciada.

Mulheres e meninas são estupradas sob a mira de revólveres quando saem de casa para buscar lenha e água ou quando realizam outras tarefas do cotidiano; também estão vulneráveis em prisões ou campos de refugiados, sem lugar algum para se

"Começaram a me espancar e a me aterrorizar com um Kalashnikov. Colocaram um pneu em volta do meu pescoço e me disseram que me queimariam se eu não confessasse. Eu confessei, mas não era verdade."

Samuel Nsengiyumva, 14 anos, preso no Burundi e acusado de roubar o revólver de um soldado⁷⁹

"Os renamo estavam apontando armas para nós, de modo que se não fizéssemos essas coisas – dormir com eles e cozinhar para eles – nos matavam."

Uma refugiada moçambicana⁸²

"Alguns dos homens que voltam do front... cometem abusos contra as mulheres, batem em seus filhos, dormem com metralhadoras debaixo dos travesseiros, estupram suas esposas quando elas estão dormindo, destroem a mobília, gritam, praguejam, cospem, acusam."

Uma mulher em Belgrado, na Sérvia, uma das fundadoras do SOS Hotline para mulheres, 1992⁸⁹

esconderem. Segundo consta, pelo menos 15.700 mulheres e crianças em Ruanda, e 25.000 na Croácia e na Bósnia foram estupradas em períodos de conflito armado; os números reais podem ser bem mais altos.⁸³ Isso pode ter implicações sobre a infecção por HIV: os soldados freqüentemente têm um índice de infecção muito mais alto que o da população civil e o sexo forçado tem maior probabilidade de levar à transmissão.⁸⁴

A violência doméstica, às vezes armada, cometida por parceiros e amigos íntimos, aumenta durante conflitos, já que as punições contra a violência masculina são amenizadas e a vulnerabilidade social e econômica das mulheres aumenta.⁸⁵ Os comportamentos ameaçadores são espantosamente semelhantes em muitos países: incluem matar o cachorro da casa como aviso ou tirar e começar a limpar uma arma durante uma discussão.⁸⁶ Quarenta por cento das mulheres que entraram em contato com o SOS *Hotline* em Belgrado durante a guerra na antiga Iugoslávia disseram que haviam sido ameaçadas com armas e um estudo de 10 meses na Irlanda do Norte revelou que a crescente disponibilidade de armas significava que formas mais perigosas de violência eram usadas contra as mulheres em suas casas.⁸⁷

Em situações onde não há conflito, vários estudos sugerem que o risco de uma mulher ser assassinada por um parceiro íntimo aumenta com a disponibilidade de armas de fogo.⁸⁸ Onde estão facilmente disponíveis, as armas de fogo são o instrumento escolhido quando homens matam suas parceiras. Nos EUA, 51% das vítimas femininas de homicídio são mortas a tiros, segundo o Centro de Violência Policial em 1999. Em consonância com outros estudos internacionais, uma pesquisa realizada pela Aliança para Controle de Armas na África do Sul em 1999 sugere que mais mulheres levam tiros em casa, em atos de violência doméstica, do que nas ruas por estranhos ou por invasores.

O impacto psicológico

As lesões físicas exigem mais atenção, mas a carga psicológica de um ataque armado é grave e duradoura, embora freqüentemente ignorada. Psiquiatras na Croácia, trabalhando com mulheres que foram estupradas, cujos parentes haviam morrido ou que haviam sido deslocadas, acreditam que levará de duas a três gerações até que passem os efeitos psicológicos da guerra.⁹⁰ Quatro em cada cinco mulheres estupradas em 1994, em Ruanda, continuam sofrendo de trauma psicológico.⁹¹

Ex-combatentes podem apresentar ataques de pânico e comportamento agressivo,⁹² bem como desespero e impotência como resultado de sua incapacidade de sustentar e proteger suas famílias. As crianças têm suas próprias cargas psicológicas particulares, que com freqüência são praticamente ignoradas.⁹³ Uma pesquisa custeada pelo UNICEF revelou que 75% das crianças nos Territórios Ocupados Palestinos sofrem de problemas emocionais causados por sua experiência no conflito, sendo que a repetida exposição ao som de bombardeios e tiros foi citada como a principal causa de danos psicológicos.⁹⁴

Forçados a fugir

No final de 2002, cerca de 22 milhões de pessoas em todo o mundo eram refugiados dentro dos seus próprios países. Cerca de 13 milhões eram refugiados e solicitantes de asilo buscando proteção fora de seus países.⁹⁶ A maioria da população deslocada consistia em mulheres e crianças.⁹⁷ Estimativas indicam que 4,3 milhões de pessoas foram deslocadas em 2002, a maioria na África.⁹⁸ No Sudão, mais de quatro milhões de pessoas estão deslocadas; acredita-se que 85% dos habitantes do sul do Sudão foram deslocados pelo menos uma vez nos últimos 15 anos.⁹⁹ Na Colômbia, mais de 250.000 pessoas foram deslocadas a cada ano, nos últimos cinco anos – em 2002, estima-se que tenham sido 350.000.¹⁰⁰

Em outros lugares, grupos armados e governos colocam limites nos movimentos da população: postos de controle impedem a passagem livre, fronteiras são fechadas, passes são solicitados, civis são “aconselhados” quanto ao melhor momento para viajar. Estas restrições impedem o acesso a alimentos, trabalho, comércio básico, educação e atendimento médico. O direito de circular com liberdade é especialmente vital para gestantes e para doentes e feridos.

Aqueles que estão em campos de refugiados podem não escapar do medo e da violência armada, pois muitos campos contam com presença militar cada vez maior. Os campos são por vezes usados como centros de tráfico de armas (por exemplo, o campo de Dadaab no nordeste do Quênia, usado como ponto de recepção para as armas que chegam da Somália); ou como fonte de recrutamento para forças rebeldes (por exemplo, campos na África Ocidental e Central). Com frequência excessiva, governos e a comunidade internacional falharam e não minimizaram esse risco proporcionando proteção adequada para refugiados.

Em meados de 2000, a Guiné abrigou cerca de 350 mil refugiados de Serra Leoa e 150 mil da Libéria, todos fugidos dos conflitos em seus respectivos países. A partir de setembro de 2000, contudo, com um total colapso da segurança ao longo das três fronteiras, a Guiné transformou-se de local de refúgio em local de violência. Segundo a Amnesty International, campos de refugiados em todo o país foram atacados por grupos políticos armados e inúmeros refugiados foram mortos, espancados, estuprados, torturados e seqüestrados enquanto fugiam de um campo para outro, tentando se manter longe da violência. Outros foram presos, torturados ou mortos pelas forças de segurança. Quando viajavam, enfrentavam postos de controle e barreiras de estrada militares ou civis, onde eram humilhados, ameaçados e forçados a pagar subornos ou entregar alimentos e outros bens. Refugiados que fugiam a pé de um campo para outro tinham que passar por tantos postos de controle que literalmente não tinham mais dinheiro ou bens. Em pelo menos um caso, helicópteros armados voaram baixo sobre um campo de refugiados e lançaram artilharia perto do campo, resultando em mortos e feridos civis, em ataques que aparentemente eram uma tentativa de assustar os refugiados para que partissem.¹⁰¹

“Quando os aviões começaram a nos sobrevoar, achamos que era só uma demonstração. Mas então eles começaram a jogar bombas perto de nós. Ficamos surpresos e assustados. Todo mundo correu para salvar a própria vida. Todos os nossos bens, qualquer coisa que possuíssemos, foram deixados para trás. Não sabíamos onde estavam alguns parentes. Encontramo-nos uns aos outros nesse centro de evacuação”

Morador de um centro de evacuação em Pagalungan, Mindanao, Filipinas⁹⁵

“Em outubro de 2000, helicópteros armados voaram muito baixo sobre o campo de Kalia para nos assustar. Eles estavam lançando artilharia, mas não disparando contra pessoas. Três mulheres grávidas abortaram e uma das mulheres e uma criança morreram. (...) Havíamos fugido da Guerra e no local onde nos refugiávamos também havia Guerra.”

Refugiado de Serra Leoa em um campo na região de Forécariah, Guiné¹⁰²

“Fui levado em 1995, quando tinha 10 anos... Fomos levados ao Sudão para treinamento, e depois de dois ou três meses, recebi uma arma. Foi assim que aprendi a usá-la... Eu tinha medo de tentar fugir, se me pegassem, me matariam... Eu tive que matar outras crianças, senão elas teriam me matado.”

Jack (nome fictício), seqüestrado pelos rebeldes do Exército da Libertação do Senhor em Uganda, 2000¹⁰⁵

Outra realidade negligenciada é a conexão entre a venda de armas e o deslocamento de milhares de pessoas em consequência de abusos contra os direitos humanos. Os governos de países mais ricos podem estar dispostos a vender armas a países que cometem graves violações de direitos humanos e, no entanto, raramente acolhem solicitantes de asilo destes mesmos países. Na União Européia (UE), mais de um milhão de solicitações de asilo foram apresentadas entre 2000 e 2002; o número mais alto veio do Iraque, seguido pela República Federal da Iugoslávia, Afeganistão e Turquia.¹⁰³ As forças armadas em todos esses países receberam armas de Estados da UE durante as décadas de 80 e 90.¹⁰⁴

Seqüestros e tomadas de reféns

Homens, mulheres e crianças são seqüestrados sob a mira de armas e forçados a lutar ou trabalhar para seus seqüestradores. Em Uganda, o Exército da Libertação do Senhor seqüestrou mais de 20.000 crianças desde 1986; as crianças formam grande parte do contingente de soldados do ELS. As que são flagradas tentando fugir são sumariamente executadas, o que serve de aviso para as outras.¹⁰⁶ Entre 10.000 e 17.000 mulheres e crianças foram seqüestradas no sul do Sudão; mesmo agora, no começo de 2003, milícias do governo e aliados seqüestraram homens e meninos civis com propósitos militares, enquanto mulheres e crianças eram levadas para cidades controladas pelo governo nos campos de petróleo nos arredores de Bentiu, onde as mulheres foram forçadas a trabalhar e a fornecer serviços sexuais.¹⁰⁷

Os civis também são feitos reféns e trocados por resgates pelas forças armadas. Grupos guerrilheiros e paramilitares seqüestraram mais de 1.400 pessoas durante o ano de 2002 na Colômbia.¹⁰⁸

“Desaparecimentos”

Armas de pequeno porte são usadas em milhares de “desaparecimentos” em todo o mundo. Pessoas são capturadas por forças governistas ou seus aliados paramilitares, que depois negam ter qualquer conhecimento sobre os detidos. A maioria é encontrada morta, vítima de execuções extrajudiciais. As famílias enfrentam a freqüentemente longa agonia de não saber o que aconteceu com seus parentes.

Recentemente o mundo viu provas da hedionda dimensão de tais abusos no Iraque. Na Chechênia, calcula-se que pelo menos 540 chechenos desapareceram sem deixar pistas desde o começo do segundo conflito, de 1999 a 2001¹⁰⁹; o destino e o paradeiro de aproximadamente 20.000 pessoas da antiga Iugoslávia são desconhecidos até hoje.¹¹⁰

Silenciando as oposições

Ativistas políticos, jornalistas, sindicalistas e manifestantes pacíficos são com frequência atacados por forças governistas ou outras, que buscam privá-los de sua liberdade de expressão e de associação. Sindicalistas da Colômbia foram ameaçados, atacados e assassinados, e “desapareceram”. A maioria dos responsáveis por esses abusos não foi punida. Entre 10 de janeiro e 15 de outubro de 2002, 118 sindicalistas foram mortos.¹¹¹ As armas também são usadas por forças governistas, seus representantes ou outros grupos políticos para dirimir as pressões por mudanças democráticas; desta forma, elas prejudicam especialmente a democracia e o bom governo. Em 2002, a violência maculou o período que antecedeu as eleições locais no Zimbábue, em setembro¹¹²; e aproximadamente 732 pessoas foram mortas em Kashmir do anúncio das eleições até o fechamento das urnas em outubro.¹¹³

Violações de direitos sociais e econômicos

O direito internacional reconhece que os Estados compartilham as responsabilidades pela proteção e satisfação dos direitos econômicos e sociais básicos. Quando os Estados transferem armas para países, sabendo que ao fazê-lo provavelmente retardarão os esforços para satisfazer as necessidades de atendimento de saúde, educação, habitação ou um padrão básico de vida – todos direitos humanos fundamentais – podem estar contribuindo para a contínua negação desses direitos.

Obstruindo a assistência

A violência armada, real e ameaçada, impede que a ajuda chegue aos que necessitam desesperadamente dela. Partes em guerra podem bloquear propositadamente a assistência humanitária, usando o acesso à comida e aos suprimentos médicos como tática militar. Algumas vezes, trabalhadores assistenciais, suas comitivas, seus escritórios e suas agendas são alvos específicos. Cento e oitenta funcionários civis de agências humanitárias foram mortos em atos de violência entre 1997 e 2001, a maioria dos quais morreu em consequência de emboscadas a veículos, realizadas por bandidos ou grupos rebeldes.¹¹⁶ Uma das primeiras respostas a esse tipo de perigo é suspender os programas humanitários e de desenvolvimento, e retirar os funcionários, o que causa o fim do auxílio às comunidades necessitadas.

Nos anos de 2001 e 2002, a Oxfam do Reino Unido suspendeu temporariamente a ajuda de emergência em nove países, retirou importantes funcionários de administração duas vezes, teve funcionários hospitalizados duas vezes e encerrou completamente um programa, além de tomar outras medidas de segurança. A suspensão, mesmo que temporária, de um programa de socorro que entrega alimentos, água, saneamento ou produtos básicos de saúde tem efeitos óbvios e diretos. É igualmente importante a perda de proteção: quando agentes humanitários

“A vida mudou completamente por causa da guerra. Nossas escolas foram fechadas. Agora a escola mais próxima fica a cerca de 20 quilômetros daqui. Em consequência, muitos abandonaram os estudos. Agora não fazemos nossas colheitas nem outros trabalhos de plantação sem consultar a polícia. No passado, tínhamos reuniões de plantadores para decidir essas questões, agora temos reuniões com a polícia!”

Morador de vilarejo em Welikanda, Sri Lanka, 1998¹¹⁴

A Indonésia, segundo maior receptor bruto de assistência do exterior, gasta quase a mesma quantia de dinheiro em suas forças militares quanto a que recebe como auxílio.¹¹⁵

“Para sobreviver, planto repolho e alho-poró e vendo-os no mercado... É comum haver um alerta militar ou um tiroteio e o mercado esvazia em minutos. Muitos dos meus repolhos são roubados no campo – ninguém pode dormir todas as noites em seu campo.”

Dikosi, engenheiro agrícola, em Dele, República Democrática do Congo, 2000¹¹⁸

Um terço dos países gasta mais com seu exército do que em serviços de atendimento de saúde.¹²¹

se retiram, as forças civis e militares sabem que os observadores da comunidade internacional partiram e já não podem testemunhar quaisquer violações de direitos humanos ou da lei humanitária internacional.

A violência armada prejudica a chegada de auxílio e afeta os mecanismos para o fornecimento de assistência. Em meados da década de 80, uma terrível seca atingiu boa parte da África e as guerras em andamento na Angola, Etiópia, Moçambique e Sudão transformaram a seca em uma onda de escassez de alimentos que levou mais de um milhão de vidas. Os danos causados por bombardeios nos estoques de suprimentos enviados em socorro pelo *World Food Program* (Programa Mundial de Alimentos) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha agravaram as dificuldades de enviar alimentos para o Afeganistão no final de 2001.¹¹⁷

Obstruindo os movimentos

Governos e grupos armados limitam os movimentos do povo: postos de controle impedem a passagem livre, fronteiras são fechadas, passes são solicitados, civis são “aconselhados” quanto às melhores ocasiões para viajar. Essas restrições colocam obstáculos para o acesso ao alimento, ao trabalho, ao comércio básico, à educação e ao atendimento de saúde. O direito de livre movimentação é particularmente crucial para mulheres grávidas e pessoas doentes e feridas.

Obstruindo os meios de subsistência

Os meios de subsistência e de sustento de uma família são afetados quando grupos armados saqueiam comunidades em busca de suprimentos ou impedem as pessoas de comercializá-los. Com seus bens reduzidos, as pessoas são cada vez menos capazes de lidar com choques externos; os distúrbios repetidos representam uma grave ameaça para estocar alimentos. A renda cai para tal nível que as pessoas têm que reduzir o número de refeições e vender seus bens para sobreviver.

- ▶ Na Nicarágua, o exército distribuiu fuzis AK-47 aos fazendeiros de café para sua própria proteção, mas muitos foram roubados e usados contra os fazendeiros a quem supostamente protegeriam. Os plantadores de café em Matagalpa informaram que houve um aumento de 10,5% nos custos de produção em 1999, em virtude das medidas adicionais de segurança necessárias para combater este e outros tipos de violência armada.¹¹⁹
- ▶ No oeste da Tanzânia, ladrões usaram armas dos campos de refugiados para roubar de pescadores do Lago Vitória seus peixes, dinheiro e redes. Sem os meios de trabalho para viver, os pescadores despejam agrotóxicos no lago para matar os peixes, que bóiam até a superfície e então podem ser recolhidos e vendidos nos mercados locais. Isso vem causando poluição ambiental, problemas de saúde e agravando a miséria das comunidades pesqueiras.¹²⁰

Obstrução ao atendimento de saúde

A insegurança armada é uma ameaça para a saúde. Problemas graves não podem ser tratados se as pessoas não conseguem acesso aos serviços de saúde. Ferimentos por arma de fogo foram a principal causa de lesões e mortes, de 1994 a 1999, em Gulu, Uganda, e no entanto apenas 13% dos feridos puderam chegar a uma instalação de atendimento de saúde dentro de uma hora e apenas 40% dentro de seis horas. A maioria dos gravemente feridos não sobrevive se não receber tratamento dentro de duas horas.¹²³ A mortalidade materna e infantil – indicadores-chave nas Metas de Desenvolvimento do Milênio – aumentam acentuadamente em contextos de violência armada. Quando 200 tropas atravessaram o distrito de Boga, na RDC, funcionários e duas mulheres aguardando cirurgias cesarianas fugiram do hospital. Mais tarde os funcionários souberam que as duas haviam morrido em casa, agonizando no trabalho de parto.¹²⁴

O padrão de atendimento nos serviços de saúde cai quando eclodem lutas e conflitos. As instalações de saúde tornam-se alvos; equipamentos são destruídos ou saqueados, como aconteceu no Iraque no início de 2003, quando ambulâncias de hospitais em Mosul foram roubadas por indivíduos armados.¹²⁵ O número de funcionários qualificados cai, porque eles fogem do país, como na Bósnia, ou são mortos e feridos, como em Ruanda. Um alto índice de lesões por arma de fogo que precisam de tratamento hospitalar também aumenta a demanda por recursos. O trabalho rotineiro de saúde é prejudicado, pois os recursos são direcionados para aqueles com lesões mais urgentes relacionadas às armas e levados para hospitais mais perto da linha de combate¹²⁶ ou até mesmo para serviços dentro do mesmo hospital.¹²⁷

Doenças transmissíveis que podem ser relativamente bem controladas em tempos de paz tornam-se responsáveis por grande mortalidade, porque os programas de vacinação são impossíveis durante períodos de conflito armado e a maior movimentação de pessoas oferece oportunidades de infecção. Desde que a guerra começou na República Democrática do Congo em 1998, houve um acentuado aumento de doenças como cólera, sarampo, poliomielite, peste e meningite. Na Croácia e na Bósnia, os índices de tuberculose aumentaram 50% e foram relatados surtos de hepatite na Bósnia.¹²⁸

Obstrução da educação

O conflito e o crime armado atrapalham a educação. Escolas são fechadas em resposta ao perigo, às depredações e à falta de professores; às vezes elas servem a outros propósitos, como abrigo para pessoas desalojadas. Em cidades grandes do Brasil, não é raro que as aulas sejam interrompidas ou escolas fechadas por causa de tiroteios em disputas de território do narcotráfico ou confrontos com a polícia.¹²⁹ Em Djugu, nordeste da República Democrática do Congo, disputas armadas resultaram na destruição de 211 das 228 instalações de ensino e mais de 60% dos estudantes e

“Acontecem coisas como quando o centro de saúde estava no meio de um fogo cruzado entre quadrilhas. Ou como quando as quadrilhas posicionaram atiradores escondidos em pontos-chave, que atiravam em pessoas que chegavam nos centros de saúde ou que saíam. Tudo isso amedronta nossos funcionários; uma vez atiraram no carro do médico. Outra, os funcionários tiveram que ficar para dentro, por causa de um tiroteio do lado de fora.

Um funcionário da saúde em Medellín, Colômbia, 2001¹²²

professores abandonaram a educação.¹³⁰ Mais da metade das crianças em idade escolar no Brasil relataram que era fácil conseguir armas de fogo perto da escola e, destas, cerca de 70% disseram que revólveres são usados em incidentes violentos na escola.¹³¹

Uma média de US\$22 bilhões por ano é gasta em armas pelos países da África, Ásia e América Latina – uma quantia que poderia de outra forma permitir que os mesmos países satisfizessem as Metas de Desenvolvimento do Milênio de conseguir educação primária universal, bem como as metas de reduzir a mortalidade infantil e maternal.¹³³

Atraso do desenvolvimento

As armas em mão erradas têm um impacto grave e imediato sobre os direitos pessoais, econômicos, sociais, civis e políticos, o que acarreta efeitos de logo prazo que impedem o desenvolvimento. Desenvolvimento significa garantir a possibilidade de escolha às pessoas, aumentando suas capacidades e criando um ambiente onde possam desenvolver plenamente seus potenciais e viver de maneira produtiva e criativa; mas isto não pode acontecer quando as pessoas vivem com medo do mau uso de armas, quer seja pelo Estado ou não. O desenvolvimento humano depende de paz e segurança pessoal e, portanto, o desenvolvimento sustentável é uma vítima da insegurança. Os índices de baixo desenvolvimento andam de mãos dadas com a insegurança e o conflito.

As Metas de Desenvolvimento do Milênio¹³⁴ originaram-se do Encontro de Cúpula do Milênio em setembro de 2000, quando os Estados-Membros da ONU reafirmaram seu compromisso de trabalhar por um mundo em que o desenvolvimento sustentável e a erradicação da miséria tenham a mais alta prioridade. As metas concentram os esforços da comunidade mundial na obtenção de melhorias significativas, mensuráveis, nas vidas das pessoas. No entanto, para os países lançados no ciclo de miséria e conflito, elas parecem estar totalmente fora de alcance.

Países em guerra civil de 1997 a 2001

“As armas pequenas estão destruindo nossas vidas e nossos meios de subsistência, e não estão servindo para nada de bom. Os níveis de miséria aqui são os mais altos do país, e a infiltração está agravando nossa miséria. Sem armas, seríamos muito felizes – apenas com nossas lanças para cuidar de nossos animais.”

Hassan Odha, Agente de Programa de Desenvolvimento Comunitário, norte do Quênia, 2002¹³²



56% dos países de baixo desenvolvimento



30% dos países de desenvolvimento médio



2% dos países de alto desenvolvimento

O nível de desenvolvimento dos países é definido aqui pelo Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, que é um índice composto que incorpora indicadores relacionados a renda, educação e expectativa de vida.¹³⁵

Fonte: Dan Smith, *Atlas of War and Peace, Earthscan*, Londres, 2003

Um ciclo vicioso



**Development and peace*, Paul Collier em *Global Future*, primeiro trimestre de 2003

***The global menace of local strife*, *The Economist*, 24 de maio de 2003

O total de despesas do Paquistão com sua defesa consome atualmente um terço de seu produto interno bruto. Com o pagamento de dívidas contraídas para financiar compras de armas do exterior, este número sobe 50%.¹³⁶

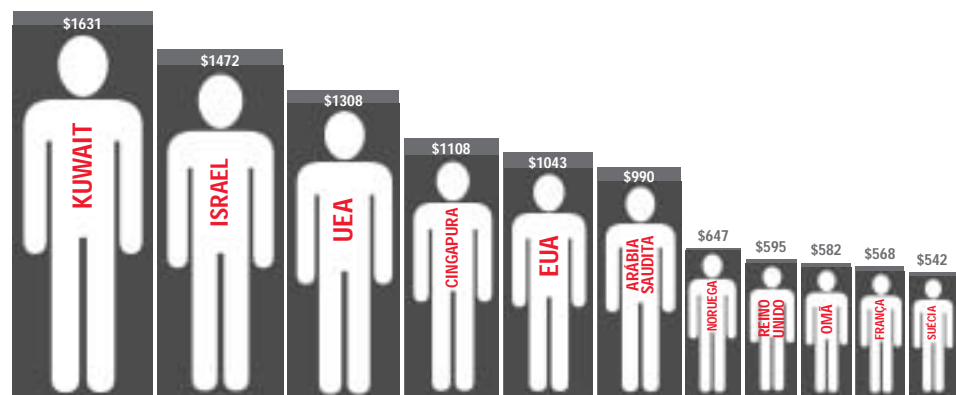
O custo em oportunidades dos gastos militares

Embora a maioria das pessoas aceite que algum gasto militar é inevitável, é preciso reconhecer que esse gasto compete com muitos aspectos das despesas civis – em infraestrutura, educação, atendimento de saúde, proteção ambiental, a polícia e assim por diante. Em países em desenvolvimento, os gastos com a defesa têm impacto negativo sobre a taxa de crescimento econômico.¹³⁷ Em economias mais avançadas, não há consenso em que gastos mais altos com o exército sejam positivos para a economia;¹³⁸ alguns economistas acreditam que a redução nos gastos militares podem melhorar o desempenho econômico, especialmente quando as quantias economizadas são redirecionadas.¹³⁹

Depois de um conflito, os governos tendem a continuar gastando bastante com o exército, para se proteger de futuras insurgências. Os gastos militares consomem, em média, 2,8% dos orçamentos dos governos antes do conflito, 5% durante o conflito e 4,5% na primeira década depois de uma guerra civil. No entanto esses gastos hipotecam o desenvolvimento de um país: pesquisas mostram que o dinheiro poderia frequentemente ser melhor gasto em atendimento de saúde e educação, sinalizando as intenções do governo pela paz e encorajando investimentos privados.¹⁴⁰

Embora com certeza existam razões não-econômicas de se gastar com defesa e ameaças reais que esses gastos têm a finalidade de confrontar, há muitos casos em que o dinheiro não é empregado nem por razões legítimas, nem para fins de defesa.

- ▶ A África do Sul concordou, em 1999, em comprar armamentos no valor de US\$6 bilhões (incluindo fragatas, submarinos, aeronaves e helicópteros). O polêmico acordo tem sido, desde então, matéria de um longo escrutínio parlamentar e outros inquéritos oficiais, bem como de um processo judicial impetrado por uma organização não-governamental questionando a legitimidade do acordo sob a constituição sul-africana.¹⁴² Esse dinheiro pagaria o tratamento de todos os cinco milhões de doentes de AIDS com terapia combinada durante dois anos.¹⁴³



Países que gastam mais com armas per capita

Fonte: Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002.

- ▶ A Tanzânia gastou US\$40 milhões em uma sistema civil/militar de controle de tráfego aéreo em 2001 e 2002. Segundo peritos, o preço do sistema foi excessivo e inadequado para seu uso¹⁴⁴ e o dinheiro gasto de maneira inapropriada em um país onde 46% da população é subnutrida e onde £28 milhões poderiam ter proporcionado atendimento básico de saúde para 3,5 milhões de pessoas.

Perdas na economia e na infraestrutura

Os ganhos econômicos perdem-se com a instabilidade que se instala em países gravemente afetados pela violência armada. O comércio e a produção são abalados, o turismo desaparece e a administração do Estado, da infraestrutura e dos recursos nacionais pode ser dificultada. Um estudo detalhado estimou os custos da guerra no Sri Lanka até 1998 em assustadores US\$20,8 bilhões – dos quais 23% eram gastos relacionados à guerra, 9% relacionados aos danos e 67% originaram-se da perda de produção.¹⁴⁶ Na África, estima-se que as perdas econômicas em virtude de guerras sejam de US\$15 bilhões por ano.¹⁴⁷

- ▶ A violência armada faz com que a mão-de-obra qualificada e as pessoas com alto nível de educação fujam e que os investimentos financeiros sejam retirados, deprimindo a atividade econômica, com impactos especialmente prejudiciais sobre os sem-terra e a população urbana de baixa renda.¹⁴⁸
- ▶ A infraestrutura sofre um duro golpe. Durante a Guerra do Golfo em 1991, bombas foram lançadas sobre locais usados para fins civis e militares, incluindo as instalações de fornecimento elétrico que eram vitais para operar os sistemas de água e esgoto do Iraque.¹⁴⁹
- ▶ O investimento estrangeiro direto é reduzido porque o conflito violento não é algo que a maioria dos investidores está disposta a tolerar. Em Moçambique, o investimento estrangeiro direto chegou a US\$12 milhões por ano durante a guerra e US\$443 milhões por ano imediatamente após a guerra.
- ▶ O mercado negro se aquece em detrimento da economia nacional. Um importante estudo liga o colapso do *Baht* tailandês no final da década de 90 ao influxo de lucros ilegais de comerciantes de armas que usaram o mercado de ações e bens para a lavagem do dinheiro ganho.¹⁵⁰

O excessivo desvio de recursos – para financiar compras de armas e para mitigar os problemas causados diretamente pela violência armada – reduz a capacidade dos países de promover o desenvolvimento e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Quase a metade dos países com as mais altas despesas com defesa apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. A Angola e a Eritréia gastam mais de 20% de seu produto interno bruto com o exército.¹⁴¹

Os gastos em serviços de saúde para atender os efeitos da violência chegaram a 1,3% do produto interno bruto no México, 1,9% no Brasil, 4,3% em El Salvador e 5% na Colômbia.¹⁴⁵

Capítulo 3

Por que agir agora





Menino com metralhadora de brinquedo abre caminho entre os destroços nos arredores de sua casa em Shanghai, os quais estão sendo retirados para a construção de modernos arranha-céus.

3: Por que agir agora?

“O preço caiu. Costumava ser seis vacas por um fuzil AK. Agora você consegue uma arma nova por um touro e seis cabras.”

Charles Logwe, ex-comerciante de armas no norte de Uganda, 2001¹⁵¹

A situação é muito grave.

1. A “guerra ao terror” modificou os fundamentos das políticas de alguns governos. Mais armas estão sendo exportadas sem levar muito em conta o histórico dos países receptores em matéria de direitos humanos e leis humanitárias internacionais, e para países com os quais alianças foram formadas unicamente com base na existência de um inimigo comum.
2. As baixas civis são cada vez mais graves e as armas modernas agravam ainda mais esta tendência.
3. A posse de armas está se tornando cada vez mais generalizada e destrutiva em muitas sociedades.
 - ▶ Revólveres estão ligados a idéias de masculinidade, de colocar mulheres em desvantagem, de militarização comunitária e exacerbação das culturas de violência.
 - ▶ A violência aumenta com o maior número de pessoas usando armas e os controles tradicionais se desmantelam.
 - ▶ Os efeitos do crime armado organizado, especialmente o narcotráfico, são semelhantes aos causados por uma guerra. Vidas de crianças são despedaçadas.
4. O fornecimento de armas está ficando ainda mais fora de controle – ver Capítulo 4.

Nem o mau uso de armas, nem o conflito armado são novidade. Em várias formas, ambos existem há milênios, então por que apelar por ação agora? O fato é que o abuso global de armas atingiu um ponto crítico. As armas pequenas, as “armas de destruição em massa” que são usadas todos os dias, estão sendo subestimadas. A “guerra contra o terror”, ironicamente, fomentou a proliferação de armas. Além disso, as forças governistas e os grupos armados que têm fácil acesso às armas e um desrespeito pela vida humana estão cada vez mais usando civis como alvos. Tudo isso está acontecendo em um contexto de mudanças nas sociedades, onde as armas desempenham um papel cada vez maior na vida da população de países em todo o mundo.

A “guerra contra o terror”

A maioria dos governos identificou o “terrorismo” internacional e as armas de destruição em massa como graves ameaças que precisam ser combatidas. Só é possível lidar com essas questões em consonância com o direito internacional. A luta contra eles não deve ser realizada às custas de uma campanha mais ampla pela paz e pela justiça.

Em um tempo em que se permitiu que o “combate ao terrorismo” dominasse a agenda internacional, poderíamos esperar que houvesse um renovado interesse no controle de armas e nos esforços para impedir que as armas chegassem àqueles que cometem abusos. No entanto, aconteceu o contrário.

Países europeus, e outros, alegam basear seus critérios para exportação de armas no respeito pelos direitos humanos; os EUA têm uma lei específica – conhecida como as Emendas Leahy – para proibir a ajuda e o treinamento militares para unidades específicas de forças estrangeiras de segurança que cometem abusos contra os direitos humanos.¹⁵³ No entanto, esses princípios estão sendo ignorados na luta contra o “terrorismo”.

Os Estados de maior poder econômico do mundo constituem o Grupo dos Oito (G8): Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Federação Russa, Reino Unido e EUA. Em junho de 2002, o G8 designou US\$20 bilhões para uma “parceria global” para impedir que terroristas adquirissem armas de destruição em massa. Mas o G8 omitiu-se ao não lidar com a proliferação de armas convencionais, incluindo armas pequenas, para Estados e grupos armados que eles sabiam que iriam usá-las para cometer abusos e aterrorizar populações civis.

Na verdade, o Reino Unido, EUA, França, Alemanha, Canadá e Itália aprovaram o envio de imensos carregamentos de armas para a Arábia Saudita, sabendo que as autoridades neste país não permitem qualquer crítica ao Estado, que todos os partidos ou organizações políticas na Arábia Saudita são ilegais e que milhares de presos políticos ou religiosos foram arbitrariamente detidos ao longo dos anos.¹⁵⁴

Na esteira dos ataques em 11 de setembro de 2001, o governo dos EUA aumentou maciçamente seu apoio militar em dezenas de países. Entre os favorecidos por esse apoio estão forças armadas que cometeram graves violações contra os direitos humanos e foram identificadas no próprio relatório de direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA como tendo um histórico “ruim” ou pior que isso em direitos humanos. Entre os países receptores estão a Armênia, o Azerbaijão, o Afeganistão, a Colômbia, a Geórgia, Israel, Nepal, Tadjiquistão, Turquia e Iêmen. Nos casos de Azerbaijão, Índia, Paquistão, Tadjiquistão e Iugoslávia, sanções foram retiradas. Em alguns outros países, foi preciso relaxar restrições.

“A América encoraja e espera que governos em toda parte ajudem a remover os parasitas terroristas que ameaçam seus próprios países e a paz no mundo... Se os governos precisarem de treinamento ou recursos para honrar este compromisso, a América os ajudará.”

Presidente dos EUA,
George W. Bush, 2002¹⁵²

No ano que se seguiu aos ataques de 11 de setembro, a assistência em segurança e outras relacionadas prestada pelos EUA ao Uzbequistão aumentou em US\$45 milhões.¹⁵⁵ No Paquistão, aumentou astronomicamente, de US\$3,5 milhões para US\$1,3 bilhões. Enquanto isso, continuam as violações sistemáticas de direitos humanos – incluindo tortura, mortes sob custódia e execuções extrajudiciais – cometidas por membros das forças de segurança e paramilitares desses países. Em março de 2002, a Administração dos EUA introduziu uma lei suplementar emergencial de autorização para suspender restrições contra Indonésia e Colômbia, apesar das denúncias de que continuam os abusos contra os direitos humanos naqueles países.¹⁵⁶

Atiçando as fogueiras do conflito na Colômbia

Em 2000, o governo dos EUA aprovou o Plano Colômbia: um amplo programa de ajuda militar, totalizando mais de US\$1,3 bilhões, a maior parte deles destinada ao exército colombiano, apesar de seu péssimo histórico em matéria de direitos humanos e da contínua preocupação internacional sobre os vínculos entre as forças de segurança e os grupos paramilitares.¹⁵⁸

A despeito do rol de provas de que armas

são usadas para cometer graves violações contra os direitos humanos, a Administração dos EUA prorrogou o período de treinamento militar e policial para a Colômbia, e ganhou o apoio do Congresso para ajuda militar direta nas operações colombianas contra rebeldes armados, redirecionando seu enfoque de “contra o narcotráfico” para “contra o terrorismo” e possibilitando o fornecimento de uma quantidade ainda maior de armas.¹⁵⁹

Aliados próximos dos EUA, como o governo do Reino Unido, parecem ter decidido fazer o mesmo. O valor das armas britânicas liberadas para exportação para a Indonésia subiu de £2 milhões em 2000 para mais de £40 milhões em 2002, aumentando em 20 vezes.¹⁵⁷

Os graves abusos contra os direitos humanos cometidos pelas forças armadas aliadas na “guerra contra o terror” contra as populações civis recebem pouca atenção. Armas e apoio militar estão sendo oferecidos como incentivo geopolítico, com pouca ou nenhuma condição de proteger os direitos humanos.¹⁶⁰ Na verdade, os EUA não investigaram nem agiram quando seus aliados afegãos, a Aliança do Norte, foram implicados em crimes de guerra em que talebãs capturados morreram asfixiados em contêineres lacrados de transporte em Kunduz.¹⁶¹ Este é um claro sinal de que os direitos humanos são secundários na luta contra o “terrorismo”. No caso do Uzbequistão, medidas foram tomadas para aumentar o monitoramento dos direitos humanos e o Congresso exige relatórios sobre o uso que as unidades uzbeques fazem do apoio norte-americano. Entretanto, segundo a Human Rights Watch, desde então o Departamento de Estado “exagerou na melhora dos direitos humanos para poder manter o apoio externo”, minando desta forma a iniciativa e reforçando a mensagem de que os direitos humanos são negociáveis.¹⁶²

Desculpas para abusos cometidos com armas

As improváveis alianças formadas pelo governo dos EUA sob o comando do presidente George W. Bush foram baseadas na falsa lógica de que “inimigo de inimigo meu é meu amigo”. Esta política grosseira não leva em consideração os longos ciclos de vida da maioria dos sistemas de armamentos, e a necessidade de uma avaliação muito cuidadosa das probabilidades de que as forças armadas garantam a manutenção do Estado de Direito. Ainda com base nessa lógica, a venda de armas dos EUA aos vizinhos do Iraque aumentou no período que antecedeu a guerra, e transações importantes, incluindo algumas congeladas há muito tempo, foram concluídas.¹⁶⁴

Grandes potências na fabricação e exportação de armas que pertencem ao G8, como a China, tiveram um papel importante no fornecimento de armas, direta ou indiretamente, aos regimes que só na teoria honram os direitos humanos e o direito internacional. O Iraque invadiu o Kuwait em 1990 com armas compradas de todas as principais potências de armamentos.¹⁶⁵ Durante a guerra Irã-Iraque na década de 80, o governo dos EUA forneceu aos iraquianos inteligência e consultoria militar; também assegurou que os iraquianos tivessem armamentos militares e, em um caso, usou uma empresa chilena para fornecer bombas de fragmentação. As relações diplomáticas entre os EUA e o Iraque foram restabelecidas, apesar do “uso quase diário de armas químicas” na época.¹⁶⁶

Fabricar e financiar alianças militares unicamente com base em um inimigo comum e sem respeito pelos direitos humanos pode surtir efeito oposto ao pretendido. Desde a década de 80, a administração norte-americana forneceu amplos carregamentos de armas e apoio militar ao governo e aos grupos armados de oposição no Afeganistão, em Angola, na República Democrática do Congo, no Iraque e na Somália – e em todos esses países as forças armadas estavam cometendo graves violações dos direitos humanos enquanto recebiam apoio militar norte-americano, e todos foram posteriormente acusados por governos norte-americanos de “dar guarida a terroristas”, ou as forças armadas em questão foram acusadas pelos EUA de serem “terroristas”. Anos depois, no Afeganistão e na Somália, as armas recebidas e as técnicas aprendidas foram usadas contra as forças armadas norte-americanas – um fenômeno conhecido como “blowback”. Forças dos EUA foram atacadas com sistemas Stinger de mísseis no Afeganistão em 2001, que haviam sido anteriormente fornecidos pelo Órgão Central de Inteligência dos EUA às forças afegãs mujahideen que lutavam contra o exército soviético nos anos 80.¹⁶⁷

O fornecimento de armas nestas situações acumula problemas para o futuro – cria corridas regionais por armas, proporciona uma fonte de armas que possivelmente serão adquiridas por grupos armados, e enfraquece as normas internacionais de direitos humanos. O fornecimento de armas deve passar a ser dependente de fatores estabelecidos e imutáveis, como um alinhamento institucionalizado estrito com os direitos humanos e as leis humanitárias internacionais, e deve ser separado de uma política externa de curto prazo que não leva em consideração essas questões de prazo mais longo.

“Mudanças rápidas estão acontecendo em todo o mundo, especialmente desde o 11 de setembro, e muitos países estão reavaliando o equilíbrio das potências militares ao seu redor e sentindo a necessidade de aprimorar seus sistemas.”

Major General Avraham Rotem,
perito israelense em defesa, 2003¹⁶³

“Eles dizem que estão procurando rebeldes, mas é o povo que acaba sendo sempre o alvo.”

Estudante de 26 anos, Aceh, Indonésia, 2003¹⁶⁸

O preço pago pelos civis continua aumentando

Os impactos diretos e indiretos da guerra e da violência já atingiram um ponto crítico e se tornarão mais significativos ao longo dos próximos 20 anos, impondo uma carga intolerável sobre as comunidades pobres. Em 2020, o número de mortos e feridos em consequência de guerras e violência ultrapassará o número de mortes causadas por doenças como o sarampo e a malária, se não houver uma ação imediata em conjunto para reverter as tendências atuais.¹⁶⁹

A maioria das guerras atuais acontece internamente nos países. Os conflitos frequentemente envolvem várias forças armadas diferentes, às vezes divididas em etnias. Eles geralmente envolvem forças irregulares combatendo em áreas civis. O número de baixas civis mostra o impacto dessas tendências. As estimativas mais otimistas são de que os civis constituíram 14% do total de baixas na Primeira Guerra Mundial. Esse número subiu 67% na Segunda Guerra Mundial e aumentou ainda mais em muitas das guerras de hoje.¹⁷¹

Na República Democrática do Congo e na Colômbia, por exemplo, a distinção entre civis e combatentes é com frequência prejudicada pelas ações das forças do governo e das forças armadas ilegais. Os civis são usados como cobertura para operações militares e paramilitares, como escudo contra ataques aéreos ou de artilharia, e como fornecedores de subsistência, abrigo e gratificação sexual – na maioria das vezes, sob a ameaça de uma arma. Também são atacados em assassinatos de represália e sofrem com a impossibilidade de receber assistência material. Os combatentes tendem a usar a infraestrutura, telecomunicações e logística civis para fins militares – dificultando muito a distinção entre alvos civis e militares.

Os “diamantes de conflito” e o tráfico de armas para a África

O comércio de diamantes-por-armas na Libéria e na República Democrática do Congo envolve redes complexas de aviação, mercadores de armas e agentes responsáveis por seu transporte. De acordo com as investigações da ONU em 2000 e 2001, dois dos maiores traficantes eram Victor Bout, um comerciante russo nos Emirados Árabes Unidos, e Sanjivan Ruprah, cidadão do Quênia na Libéria.¹⁷²

Um carregamento em novembro de 2000 consistiu em sub-metralhadoras de fabricação eslovaca, cujo destino oficial era a Guiné; mas o avião que o transportava – um

Ilyushin controlado por Victor Bout – viajou, em vez disso, para a Libéria.¹⁷³ Na volta, o avião parou em Kisangani, onde Sanjivan Ruprah conseguira uma concessão de 4.000 km² de diamantes das autoridades da República Democrática do Congo. O avião também pegou um carregamento de sub-metralhadoras em Uganda, destinadas à Libéria, em um negócio que envolveu Sanjivan Ruprah.¹⁷⁵ Ele tentou vender seus diamantes na Bélgica, onde foi preso em fevereiro de 2002 pelas autoridades belgas por falsificação e por usar um passaporte falso.¹⁷⁶

“São os que têm armas de guerra que continuam mantendo o povo da Somália refém do ciclo de violência.”

Presidente do Conselho de Segurança da ONU, o Embaixador da Guiné, Mamady Traoré, março de 2003¹⁷⁰

A privatização letal do conflito

Nas guerras civis, as forças envolvidas estão se voltando cada vez mais ao saque de recursos naturais e à extorsão de civis para custear o conflito ou até como principal razão para continuar o conflito. As forças armadas vivem às custas dos civis, usando de violência e ameaças terríveis, forçando as comunidades a providenciar abrigo, alimento, dinheiro, recrutas e serviços sexuais.

Diamantes em Angola e Serra Leoa; petróleo no Sudão e em Angola; cobre na Papua Nova Guiné; madeira no Camboja e na Libéria; *coltan* (columbita + tantalita), ouro e outros minérios na República Democrática do Congo: estes recursos são explorados e vendidos pelos governos e comandantes militares locais em troca de suprimentos militares e ganho financeiro pessoal. Às vezes um governo desesperado hipoteca seus futuros estoques de preciosos recursos naturais para conseguir financiamento imediato de armas e munição. Em Ruanda, antes do genocídio, as plantações de chá foram hipotecadas na compra de armas do Egito.¹⁷⁸ Na República do Congo, antes dos massacres de Brazzaville em 1997, a futura produção de petróleo foi vendida para obter armas.¹⁷⁹

Em aproximadamente um quarto dos cerca de 40 conflitos armados em todo o mundo em 2001, o controle dos recursos naturais desempenhou um importante papel, gerando pelo menos US\$12 bilhões por ano.¹⁸⁰ Nessas situações, o poder econômico e o poder armado andam de mãos dadas, um reforçando o outro, deixando exploradores poderosos acima da lei.

Relatórios do Painel de Peritos da ONU para a Libéria, que monitoram o cumprimento do embargo de armas da ONU, identificaram o papel das exportações de madeira no financiamento desta guerra trágica, na qual os dois lados continuam cometendo abusos contra os direitos humanos dos civis. Além disso, consta que as empresas madeireiras facilitaram o transporte de armas.¹⁸¹

Em muitas dessas guerras, a capacidade de influenciar os contendores é extremamente limitada. À medida em que eles desenvolvem meios independentes de financiamento e se libertam do controle ideológico externo que caracterizou a era da Guerra Fria, eles importam-se menos com o que observadores de fora pensam ou dizem e sentem-se livres para cometer impunemente graves violações dos direitos humanos e das leis humanitárias internacionais. Cortar a fonte de armas e/ou acabar com o comércio de recursos é uma das únicas maneiras de influenciar seu comportamento.

“Nossos diamantes estão sendo trocados por armas e estão voltando para nós pelos fundos. Se eu estivesse no poder, ninguém jamais comercializaria armas em meu país, porque eu vi a guerra. Apelo às pessoas que vendem armas aos nossos irmãos para que eles nos destruam, que parem de fazê-lo.”

Chefe Mohammed Koroma, Boajibu, Serra Leoa, 2001¹⁷⁷

Empresas militares particulares

As empresas militares particulares, contratadas para desempenhar diretamente serviços militares em nome de governos ou forças de oposição, desempenham um papel crítico e crescente no fornecimento de armas e no apoio a regimes em todo o mundo. As empresas particulares estão com frequência localizadas em pontos ideais para importar armas, com vínculos com governos, intermediadores, empresas de carga aérea e fabricantes de armas. Uma empresa forneceu armas para os dois lados do conflito em Serra Leoa.¹⁸² A quantidade e a influência das empresas particulares cresce e muitos acreditam que a “guerra contra o terror” só irá acelerar esta tendência.

Nos últimos anos, o governo dos EUA contratou ou autorizou frequentemente consultores militares particulares para treinar forças policiais e tropas militares estrangeiras. Segundo um detalhado estudo, empresas norte-americanas treinaram forças militares em mais de 24 países durante a década de 90, incluindo Angola, Bolívia, Bósnia, Colômbia, Croácia, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Haiti, Kosovo, Libéria, Nigéria, Peru, Ruanda e Arábia Saudita.¹⁸³ O governo dos EUA não tomou nenhuma medida adequada para assegurar que, especialmente no que se refere ao uso de armas, os cursos de treinamento promovessem o estrito respeito aos direitos humanos e às leis humanitárias internacionais.¹⁸⁴

“Não temos brinquedos para brincar... então fazemos um revólver com alguns pedaços de pau... e é assim que brincamos. Posso desmontar o T56 do meu pai. Às vezes meu pai me pede para limpar a arma dele. Agora sou muito bom em desmontar e montar outra vez a arma... Minha maior ambição é entrar para o exército...”

Criança do Sri Lanka, 1998¹⁸⁵

As armas na sociedade – cada vez mais fora de controle

A cultura da violência armada está se tornando onipresente em tempos de paz e nos momentos de conflito. É assunto de debate decidir quem veio primeiro, a arma ou a cultura de violência, mas está claro que ambas se reforçam mutuamente. Em culturas onde é tradicional portar armas, os homens substituíram as armas tradicionais, como arcos e flechas, por revólveres; homens de outras culturas estão adotando armas agora. Nos dois casos existe a perspectiva de um alarmante crescimento da violência. Podem os homens viver sem as armas? Eles querem isso?

Homens, mulheres e armas

O poder das armas nas culturas tradicionais e industrializadas está inseparavelmente ligado à noção de masculinidade. A maioria das armas pertence a homens e são usadas por eles; nos EUA apenas 9% das mulheres possuem armas, em contraste com 42% dos homens, enquanto no Canadá 85% dos proprietários de armas são homens.¹⁸⁷ A maioria dos exércitos não inclui mulheres (embora o exército da Eritreia e os Tigres de Tamil sejam famosos por recrutarem mulheres), e com frequência as mulheres são excluídas de funções que usam armas de fogo nos serviços de segurança.

As noções convencionais sobre masculinidade atribuem aos homens o papel de protetor e defensor, e em muitas culturas este papel passou a ser simbolizado pela posse de uma arma que se tornou símbolo de poder e status masculinos, com um toque de glamour, atraente tanto para mulheres quanto para homens. Por exemplo, no Brasil, a expressão “Maria AK-47” é comumente usada para descrever mulheres que são atraídas por homens em virtude das armas que eles carregam, em outra versão da expressão “Maria gasolina”, que se refere às mulheres que escolhem homens com base em seus carros.¹⁸⁸

Nas culturas tradicionalmente armadas – incluindo, por exemplo, regiões da Albânia, do Afeganistão, de Uganda e da Somália – a arma torna-se uma extensão do indivíduo masculino. Kalashnikovs são para os homens das tribos do Iêmen “aquilo que os bonés de beisebol são para os americanos”.¹⁸⁹ As armas podem tornar-se parte integrante da vida de meninos em tais culturas:

- ▶ Em um nascimento, tiros são disparados para o ar em comemoração e as pessoas gritam com alegria: “Ganhamos uma arma a mais!”¹⁹⁰
- ▶ Quando um menino recebe sua primeira arma, ele se torna um homem: na cerimônia de maioridade dos acholi, em Uganda, esfregam cinzas no corpo do menino e todos abençoam a arma.¹⁹¹
- ▶ No norte do Quênia, meninos estão abandonando a escola para tornarem-se moran (guerreiros).¹⁹²
- ▶ Na Somália, as armas são tão centrais que pais colocam em seus filhos homens nomes como “Uzi” ou “AK”.¹⁹³

Nos lugares onde as armas são vistas como algo glamouroso e excitante, e conferem grande status ao seu portador, não surpreende que isso seja absorvido pelas crianças. Segundo alguém que trabalhou com jovens no norte de Londres, “As crianças saem da escola falando de armas. A mentalidade é muito mais cruel agora. Eles não falam sobre dar uma surra uns nos outros. Eles falam sobre matar uns aos outros. O fato é simplesmente que com uma arma você é alguém, você se garante. Sem ela, você é um homem morto”.

O poder das armas é tanto simbólico quanto real: nem sempre precisam ser usadas para causar impacto. A posse e o uso de armas reforçam as desigualdades existentes entre os sexos, fortalecendo a posição dominante dos homens, mantendo a subordinação das mulheres através da violência e da ameaça. As mulheres são vistas como objetos, que podem ser conseguidos por aqueles que portam armas, porque as armas conferem poder, e poder garante o acesso às mulheres mais belas, também elas um símbolo de poder.¹⁹⁴

A violência masculina contra mulheres e meninas é freqüentemente maior nas culturas que usam armas: as armas tornam-se uma extensão do poder físico masculino, facilitando e exacerbando a violência e a coerção doméstica e sexual.

“Os homens que atiraram nessas meninas acham que estão acima da lei. Eles carregam armas como se fossem jóias masculinas – para ser ‘gangsters’ – e acabam por usá-las. A não ser que encontremos um jeito de fazer com que sintam incluídos, eles vão continuar matando e mutilando – porque eles não têm nenhum código de valores além de nomes de marcas”.

Funcionário de universidade em Birmingham, Reino Unido, depois do assassinato de duas meninas, janeiro de 2003¹⁸⁶

“As mulheres escondem as armas pequenas dos adolescentes e de seus maridos; as mulheres estão tentando convencer as crianças de que armas são perigosas”.

Fatuma Omar, Somalilândia, 2001¹⁹⁶

Discussões violentas em casa acabam sendo com frequência mais letais para mulheres e meninas quando os homens têm armas. Enquanto meninos entrevistados na África do Sul sentem que as meninas preferem homens que têm armas, meninas da mesma comunidade disseram que os meninos usam armas para coagi-las às relações sexuais.¹⁹⁵

Reduzir a influência e a disponibilidade de armas é um dos pontos mais importantes para lidar com a violência doméstica e garantir às mulheres seu direito fundamental de segurança pessoal.

Crianças usando armas

Crianças¹⁹⁸ que pertencem a grupos armados e forças de combate têm suas infâncias destruídas; com frequência, são traumatizadas, despreparadas e inadequadas para uma vida “normal”. Quando crescem, pode ser extremamente difícil conseguir um emprego, formar uma família e encontrar um lugar estável na sociedade. Jovens são particularmente vulneráveis, porque podem não ter conhecido nenhum outro meio de vida diferente de uma cultura de armas, não têm nenhuma outra estrutura social para usar como referência e, portanto, têm mais dificuldade para evitar que sejam absorvidos por ela. Eles se vêem alienados da sociedade, mal preparados para recomeçar suas vidas, mas sempre podem recorrer ao meio de vida que conhecem melhor – a violência.

Uma das razões pela qual tantas crianças estão envolvidas em conflitos armados e na criminalidade armada é a simplicidade e a facilidade do uso de armas de pequeno porte e armas leves: os fuzis semi-automáticos de hoje são leves e simples o bastante para ser desmontados, remontados e usados por uma criança de 10 anos.

- ▶ Estima-se que existam 300.000 crianças-soldado em conflitos em todo o mundo, nas forças armadas oficiais e nos grupos armados de oposição, sendo que o maior número delas está na África e na Ásia. Acredita-se que Myanmar tenha o maior número de crianças-soldado do mundo, com até 70.000 garotos servindo ao exército nacional.¹⁹⁹
- ▶ Milhares de outros pertencem aos grupos armados criminosos, onde as condições podem ser surpreendentemente parecidas. Segundo algumas estimativas, pelo menos 25.000 crianças pertencem às quadrilhas de El Salvador,²⁰⁰ e 5.000 a 6.000 crianças usam armas só na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.²⁰¹ Segundo a Organização Panamericana de Saúde, somente 25% das crianças que pertencem à quadrilhas concluíram o ensino fundamental.²⁰²

“Quero tirar essas coisas muito, muito ruins do meu coração. Quero voltar para a escola. Quero nascer de novo como criança”.

Solomon, 16 anos, Libéria¹⁹⁷

Aumenta o número de proprietários de armas

A posse de armas e a cultura de violência são significativas em sociedades pós-conflito, onde a violência tornou-se legitimizada, e em ambientes urbanos, onde mais e mais criminosos, quadrilhas e forças particulares de segurança andam armados, aumentando a pressão sobre os indivíduos particulares para que adquiram armas para a própria proteção. A mídia arca com parte da responsabilidade: tanto por glorificar as armas, quanto por, às vezes, exagerar os perigos e exacerbar os medos.²⁰⁵

A posse civil de armas, legal ou ilegal sob as legislações de cada país, está aumentando em muitos lugares, sendo que a China e o sul da Ásia estão se tornando os principais centros de posse de armas.²⁰⁶ Alguns países, como o Reino Unido e a Austrália, endureceram suas leis sobre armas depois de incidentes específicos de violência relacionada a armas, mas o número crescente de casos de crime armado sugere que a posse ilegal não foi grandemente afetada.

As armas podem vir a ser tão centrais para as comunidades que seu papel ultrapassa o propósito original. Na África do Sul, os AK-47 foram usados como moeda e descritos como “Cheques de Soweto”; na Geórgia, as armas eram uma moeda de troca mais estável que os rublos no começo da década de 90: um professor de inglês foi pago em granadas por aulas ministradas a uma senhora idosa.²⁰⁷

O número de armas pertencentes a civis ultrapassa facilmente o de armas em mãos oficiais.²⁰³

“No meu vilarejo, todo homem tem uma arma, uma arma sua. Agora, se você não tem uma arma para você, então 'Yu nogat nem' – você não tem um nome no vilarejo. Sua mulher pode ser estuprada. Podem te roubar. Podem fazer qualquer coisa com você”.

Francis Danga, Pápua Nova Guiné, 2000²⁰⁴

1967



1986



2001



Disponibilidade cada vez maior reduz preços das armas

A Segundo Joshua Katta, chefe pokot em Kolowa, Quênia.

Fonte: Karl Vick, *Small arms global reach uproots tribal traditions*, Washington Post, 8 de julho de 2001.

“Dê tudo ao seu amigo, exceto seu carro, sua mulher e sua arma”.

Ditado iraquiano, citado por jornalistas no Iraque, 2003²⁰⁸

“Antes, a questão das armas não era um problema, e havia ataques, mas nunca mortes. Mas quando as pessoas têm armas – uma corrida às armas acontece como demonstração de poder. Se a comunidade vizinha adquire armas, outros também adquirem”.

Francis Komen, vice-comissário distrital em Isiolo, norte do Quênia, 2002²⁰⁹

Cresce a violência em áreas pastoris

Estão acontecendo mudanças fundamentais no meio de vida tradicional das comunidades pastoris²¹⁰ na África Oriental por causa da fácil disponibilidade de armas. O roubo de gado faz parte dessa cultura, mas há regras: por exemplo, os ladrões anunciam sua presença com tambores e cantos, nunca por emboscada, e permitem que os homens se rendam e vão embora; mulheres e crianças sempre são poupadas. No entanto, agora que grande quantidade de armas está disponível, essas tradições estão se perdendo. Em um caso no norte do Quênia há alguns anos, jovens da tribo *pokot* portando fuzis AK-47 atacaram seus vizinhos, os *marakwet*. Quarenta e sete

pessoas foram mortas, a maioria das quais eram mulheres e crianças; escolas, casas e lojas queimaram até o chão. Nunca antes se ouvira falar de tamanha brutalidade e destruição.

O poder e a autoridade costumavam pertencer aos idosos dos vilarejos, mas estes agora os concedem a quem carrega armas. Entre os outrora pacíficos *marakwet*, muitos adotaram o costume *pokot* de usar colares de contas para glorificar a violência: contas brancas significam pessoas mortas pelo usuário. E certamente ninguém está falando em abandonar as armas depois desse ataque.²¹²

Armas, crime e a ligação mortal com as drogas

A criminalidade armada está aumentando em muitas cidades do mundo. No Reino Unido, o uso de armas de fogo aumentou 35% em 2002;²¹⁴ homicídios com armas de fogo não são comuns, mas seu número aumentou nos últimos anos, especialmente nas grandes cidades.²¹⁵ Três quartos das armas de fogo apreendidas pela polícia em Londres eram pistolas de ar comprimido, convertidas pelas quadrilhas em pistolas de calibre 22 e 38, e foram fornecidas por uma empresa britânica vendendo produção fabricada na Alemanha.²¹⁶ Na África do Sul, a posse ilegal de armas está aumentando. Todos os tipos de crime envolvendo armas de fogo aumentaram e os homicídios com armas de fogo, em proporção ao número total de homicídios, está aumentando a cada ano, de 41% em 1994 para 49,3% em 2000.²¹⁷ Nos EUA, os homicídios por armas vêm diminuindo depois de um ápice em 1993, mas essa tendência pode estar novamente revertendo, e a atividade de gangues e a violência com armas estão ressurgindo em algumas cidades.²¹⁸

A violência está aumentando à medida em que os criminosos adquirem armas mais letais. Na Holanda, incidentes envolvendo armas de fogo aumentaram de 8 para 15 por dia, de 1994 a 1999, e criminosos estão substituindo seus revólveres por armas muito mais poderosas, como metralhadoras.²¹⁹ Na América Central, o crime e a violência armados estão aumentando, com criminosos usando armas de estilo militar que sobraram de guerras civis passadas.²²⁰

Quase oito milhões de novas armas de pequeno porte são fabricadas a cada ano, a maioria indo parar nas mãos de civis – como uma torneira aberta ao máximo, despejando novas armas na poça mundial.²¹³

Em casos de extrema violência urbana, como em partes do Brasil e em outras regiões, a luta entre facções de um mesmo território e com a polícia aumentou de tal modo que o número de mortos e feridos é comparável – ou pior – que uma guerra oficialmente declarada.²²¹

As drogas ilícitas militarizam comunidades. O cultivo, processamento e distribuição de drogas estabelecem e concentram o poder nas mãos dos envolvidos; eles criam um ambiente dominado por armas, que são usadas para proteger e manter os interesses dos poderosos envolvidos, para resolver discórdias e para extorquir “impostos”. Isso acontece tanto em áreas rurais, onde fazendeiros cultivam as plantas freqüentemente por pressão econômica, quanto em áreas urbanas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde traficantes de drogas governam grandes áreas das cidades. Um grande aumento do número de assassinatos com armas de fogo foi observado em partes dos EUA e do Brasil no início da década de 90, refletindo o aumento de guerras entre quadrilhas pelo mercado de *crack*.²²³

Os grupos armados, com freqüência, têm ligação estreita com o narcotráfico. Estima-se que 95% do ópio do mundo venha de países devastados pela guerra;²²⁴ as drogas financiaram grupos armados no Afeganistão e em Myanmar, para citar apenas dois países. Armas e drogas freqüentemente viajam pelas mesmas rotas, em direções opostas, usando os mesmos operadores, intermediários e carregadores. A receita das drogas financiam a compra de armas, munição, equipamento militar, uniformes e outros itens; às vezes armas são trocadas diretamente por drogas. O Triângulo Dourado, uma área de fronteira entre a Tailândia, Myanmar e Laos, conhecida pela produção de ópio e metanfetamina (“speed”), ganhou uma nova reputação como porto seguro, através do qual grupos rebeldes locais traficam rifles AK-47 e M-16, granadas lançadas por foguetes e até mesmo mísseis terra-ar.²²⁵

Há casos de órgãos que aplicam a lei fazendo mau uso de armas numa tentativa de solucionar o narcotráfico. Em fevereiro de 2003, o primeiro ministro da Tailândia anunciou uma “guerra contra as drogas”. O efeito da campanha do governo contra o narcotráfico foi criticado como uma política que consiste, na prática, em atirar para matar qualquer pessoa que se acredite estar envolvida no comércio de drogas.²²⁶ Três semanas depois, a Amnesty International manifestou grande preocupação quanto às centenas de denúncias de suspeitos traficantes de drogas serem mortos pelas forças tailandesas de segurança: “É triste constatar que depois de 10 anos de uma significativa melhora no histórico de direitos humanos da Tailândia, o governo tenha agora dado um grande passo para trás”.

“Os narcóticos estão indo para o norte, mas as armas e munição ilegais estão vindo para o sul”.

Ronald Gajraj, Ministro do Interior da Guiana, 2002²²²

“Eu tenho medo. Mas o objetivo é fazer que o membro da outra gangue sinta mais medo de mim. Se estou carregado [usando uma arma], então estamos quites.”

Membro de gangue na Califórnia, EUA, 2003²²⁷

Capítulo 4

O bazar de armas

A photograph showing two assault rifles, possibly AK-47s, resting on a wooden table in a market stall. The rifles are positioned vertically, with their barrels pointing upwards. In the background, a man in a light-colored shirt is partially visible, looking towards the camera. The setting appears to be an outdoor market in Darra, Pakistan.

Armas à venda. Homem examina armas à venda no Bazar de Darra, Paquistão.



4: O bazar de armas

“Do meu ponto de vista é preciso parar esses fabricantes. As potências mundiais, Grã-Bretanha, França, EUA e outros, podiam ajudar. As armas não são fabricadas para os animais escondidos no arbusto. Lança-foguetes não são feitos para os animais no arbusto... Vocês as estão fabricando para matar quem? Para me matar e para matar você!”

Peter Rashid, Boajibu, Serra Leoa, 2001²²⁹

De 1998 a 2001, os EUA, Reino Unido e França ganharam mais com a venda de armas para países em desenvolvimento do que gastaram para prestar-lhes assistência.²²⁸

“É tão fácil conseguir uma arma quanto um maço de cigarros.”

Evan Jean Lolless, 34 anos, cumprindo prisão perpétua por assassinato nos EUA, 1997²³¹

A falta de controle sobre armas permite que alguns lucrem às custas da miséria de outros.

- ▶ Enquanto a atenção internacional está voltada para a necessidade de controlar as armas de destruição em massa, o comércio de armas convencionais continua operando em um vácuo jurídico e moral.
- ▶ Mais e mais países começam a produzir armas de pequeno porte, muitos com pouca capacidade ou vontade de regulamentar seu uso.
- ▶ Membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – EUA, Reino Unido, França, Rússia e China – dominam o comércio mundial de armas.
- ▶ A maioria dos controles nacionais de armas está repleta de pontos falhos ou mal chegam a vigorar.
- ▶ As principais fraquezas são os controles ineficientes sobre a intermediação, a produção licenciada e o “uso final” das armas
- ▶ As armas chegam às mãos erradas através de controles ineficientes sobre a posse de armas de fogo, a administração de armas e o mau uso de armas por parte de agentes autorizados a portá-las.

Enquanto a atenção mundial está concentrada na necessidade de controlar armas de destruição em massa, o comércio de armas convencionais continua inabalado, sem controle global. É preciso lidar tanto com o comércio sancionado pelo Estado, quanto com o comércio ilegal de armas, para evitar o uso irresponsável de armas e o custo horrendo de vidas humanas que dele resulta.

Uma indústria singular

O valor monetário das exportações internacionais autorizadas de armas é relativamente pequeno em termos globais, chegando a cerca de US\$21 bilhões por ano – o que representa a metade de 1% de todo o comércio mundial, e menos da metade do valor do mercado global de café. No entanto, essas estatísticas negam completamente o significado internacional do comércio de armas. Primeiro, ao contrário de outras indústrias, muitos dos produtos fabricados e vendidos são projetados especificamente para matar e ferir seres humanos. Segundo, os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – China, França, Federação Russa, Reino Unido e EUA – estão firmemente embrenhados nesse negócio e lucrando com ele. Em termos do valor financeiro da venda de armas convencionais, em 2001 (o ano mais recente para o qual há dados disponíveis) eles eram os cinco maiores exportadores de armas do mundo, juntos responsáveis por 88% das exportações de armas convencionais. Os EUA dominam a indústria, contribuindo com quase a metade (45%) de todas as armas exportadas no mundo.²³⁰

Grande indústria opera em um vácuo de controle global

A indústria de armas difere das outras de muitas maneiras. Segundo a *Transparency International*, a indústria de armas é a segunda com maior probabilidade de envolver subornos: um relatório do Departamento de Comércio dos EUA alega que o setor de defesa responde por 50% de todas as denúncias de suborno, mesmo que constituam menos de 1% de todo o comércio. A corrupção generalizada e práticas comerciais duvidosas são, talvez, um resultado do segredo que cerca as transações, da complexidade dos contratos e do fato de que a indústria é dominada por um pequeno número de grandes negócios.²³² Além disso, a indústria freqüentemente recebe um nível muito mais alto de subsídios oficiais, com os governos promovendo ativamente as vendas da defesa de uma maneira inédita em outros setores: ministros de alto escalão de governos freqüentemente fazem seu *lobby* diretamente com importadores em potencial.

Exportação de armas e empregos

Muitos governos que exportam armas – inclusive o do Reino Unido²³³ – mencionam freqüentemente a importância da indústria da defesa para a economia nacional, mostrando claramente que a restrição da exportação de armas, através de uma política responsável de exportação de armas, seria economicamente prejudicial. Entretanto, pesquisas britânicas recentes sugerem que isso está longe de ser verdade.²³⁴

► Um estudo de 2001, envolvendo economistas do Ministério da Defesa, sugere que uma redução de 50% nas exportações de armas, no que diz respeito ao valor, levaria a um modesto ajuste único nos custos da economia do Reino Unido de algo em torno de £2 bilhões – £2,5 bilhões. Haveria uma perda inicial de cerca de 49.000 empregos, mas à medida que a

economia se ajustasse, cerca de 67.000 novos empregos seriam criados.²³⁵

► Uma pesquisa de 2002 sugere que uma política responsável de exportação de armas necessitaria de uma redução de 27,5% na exportação de armas, pelo valor, o que causaria um ajuste único nos custos ao redor de £1,1 bilhão – £1,4 bilhão, com uma perda inicial de 27.000 empregos compensada pela eventual criação de 37.000 novos empregos.²³⁶

Os dois estudos mostram claramente que o impacto financeiro de uma política responsável de exportação de armas é relativamente modesta e embora alguns empregos sejam inicialmente perdidos na indústria da defesa, mais empregos serão criados em outros setores a longo prazo.

A característica mais significativa da indústria de armas é que ela fabrica produtos e fornece serviços que matam e mutilam. Seria de se esperar, portanto, um alto grau de controle, proporcional à essa responsabilidade – os governos e as indústrias trabalhando juntos para garantir que estas armas fossem usadas e vendidas de maneira responsável. No entanto, o comércio de armas é diferente de todos os outros, operando

fora da jurisdição da Organização Mundial de Comércio, dos parâmetros da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD*), e dos limites do regime de não-proliferação de armas. O controle fica nas mãos de governos individuais que podem não estar dispostos ou não ser capazes de garantir práticas responsáveis.

Armando as Filipinas

No final de 2001, os EUA ofereceram ao governo das Filipinas equipamentos militares no valor de mais de US\$100 milhões de dólares – incluindo helicópteros e aviões de transporte, e 30.000 fuzis M-16 – para combater diversos grupos armados. As transferências foram acordadas como parte da “guerra contra o terror” do governo dos EUA. O exército americano também forneceu treinamento de contra-insurgência. Esse treinamento não incorpora salvaguardas rígidas para os direitos humanos e nas Filipinas são fracos os sistemas que levam militares a responder por seus crimes. A consequência é que a assistência militar dos EUA pode exacerbar padrões de violações de direitos humanos, agravando as tensões locais e prolongando o conflito armado na região central de Mindanao.²³⁷

Já existe um próspero mercado ilegal de armas de pequeno porte nas Filipinas e há temores de que a injeção de equipamento militar dos EUA – que inclui armas de pequeno porte – pode contribuir para uma maior proliferação destas armas. Através de perdas, roubos ou vendas ilegais, munição pertencente às forças do governo filipino vão parar às vezes nas mãos de grupos armados criminosos e políticos. Em Mindanao, por exemplo, mais de 70% da população possui uma ou mais armas. Metralhadoras podem ser compradas por até US\$375,00 e revólveres por apenas US\$15,00. Os homicídios envolvendo armas de pequeno porte chegam a 82% do total.²³⁸

Aumentando a produção em países menos desenvolvidos

A Federação Russa tem uma grande indústria de defesa com sistemas centralizados, o que deveria significar exportações relativamente bem controladas – no entanto, não existem critérios judiciais no país para garantir que as armas não sejam exportadas para lugares onde poderão ser usadas para cometer violações dos direitos humanos e das leis humanitárias internacionais.²³⁹ Em economias não tão bem regulamentadas, como as de muitos países em desenvolvimento que produzem armas, a produção está geralmente sujeita a um controle ainda menos severo.

Pesquisas recentes identificaram 1.135 empresas fabricantes de armas de pequeno porte e munição em pelo menos 98 países; estes números aumentam o tempo todo. Entre 1960 e 1999, dobrou o número de países produzindo armas de pequeno porte

e o número de empresas que as fabricam aumentou quase seis vezes. Embora parte desse aumento possa ser explicado pela privatização de indústrias estatais, criação de novos países-Estados e melhores registros na década de 90, a profusão de empresas e países produtores de armas representa um claro desafio para os que defendem rígidos controles.

A produção “artesanal” não é controlada

Do outro lado da balança, a produção doméstica ou “artesanal” de armas é generalizada, nos países desenvolvidos assim como nos países em desenvolvimento. Embora a produção seja bem menor que a oficial, o impacto em certos lugares é altamente significativo.

Algumas das armas produzidas dessa maneira são bastante básicas: por exemplo, bombas caseiras na Irlanda do Norte, pistolas grosseiras feitas com molas de colchão e encanamento de metal em Honduras e na Índia,²⁴² e granadas lançadas por tubos caseiros fabricados a partir de oleodutos na Colômbia.²⁴³ Outras armas são muito mais sofisticadas e às vezes de qualidade surpreendente. O grupo palestino *Hamas* produz um armamento anti-tanques chamado “*Al Bana*”: um foguete 95mm com TNT na parte dianteira, disparado por um tubo plástico de um metro de comprimento.²⁴⁴ Na Colômbia, o mercado está saturado de *hechizas* (armas de fabricação caseira) de alta qualidade e preços competitivos, produzidas principalmente em Cali e Pereira, e custando aproximadamente um terço do original no mercado negro: um revólver Walter PPK pode custar US\$350 no mercado negro, mas uma cópia de fabricação caseira custaria apenas US\$100).²⁴⁵ A maior parte da produção artesanal é de revólveres, mas grupos rebeldes no Sri Lanka e na Colômbia já improvisaram tanques construídos com tratores ou escavadeiras, com cabines protegidas por placas blindadas e metralhadoras fixadas no topo.²⁴⁶

Proliferação de armas sem controle

A ausência de mecanismos de controle, aliada à presença de falhas na legislação ou aplicação dos controles, significa que as armas viajam com excessiva facilidade pelo mundo, chegando a regiões e países de conflito com péssimos históricos de direitos humanos ou altos níveis de crime organizado. A maioria das armas usadas em situações assim não são de produção local. As armas, especialmente as de pequeno porte, não respeitam fronteiras nacionais. Uma das principais características do comércio de armas é a forma como elas passam do setor sancionado pelo Estado para a esfera ilegal. O limite entre os dois é extremamente frágil e permeável.

“Somos três irmãos trabalhando juntos. Herdamos nosso negócio de nosso pai, que o herdou de nosso avô. Nosso avô era conhecido em toda a região por fabricar excelentes rifles de caça... Com os 31 filhos que temos ao todo, precisamos de 17kg de arroz por dia para alimentar toda a família. Portanto, não vamos abandonar o comércio por nada nesse mundo.”

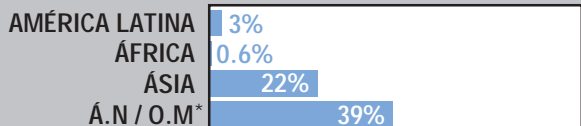
Sr. Dante, produtor ilegal de armas em Bamako, Mali, 2003²⁴¹

Em Gana, gasta-se seis meses para o cultivo de milho ou cassava, mas apenas de um a cinco dias para a fabricação de uma arma.²⁴⁷

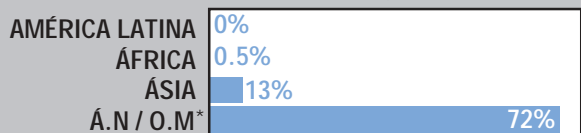
Quem está comprando e vendendo armas? Os maiores exportadores, em relação ao valor

Exportação de armas

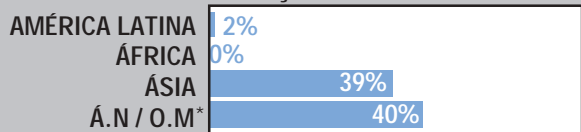
EUA \$14 bn



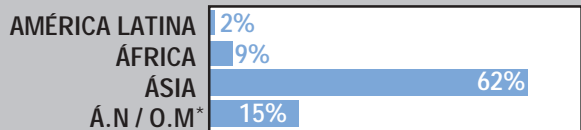
REINO UNIDO \$4.6 bn



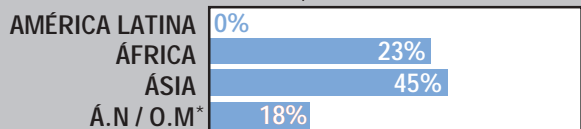
FRANÇA \$3.4bn



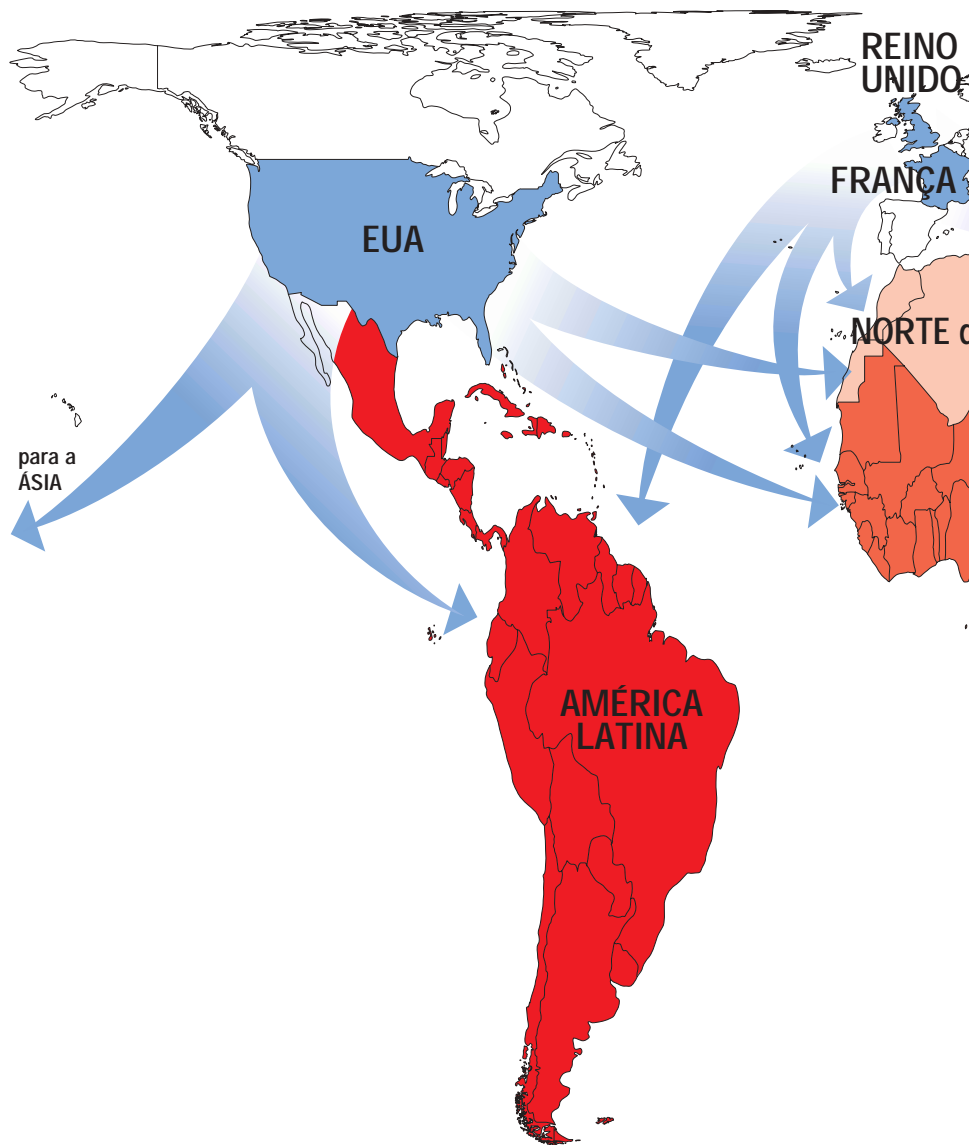
RÚSSIA \$3.4bn

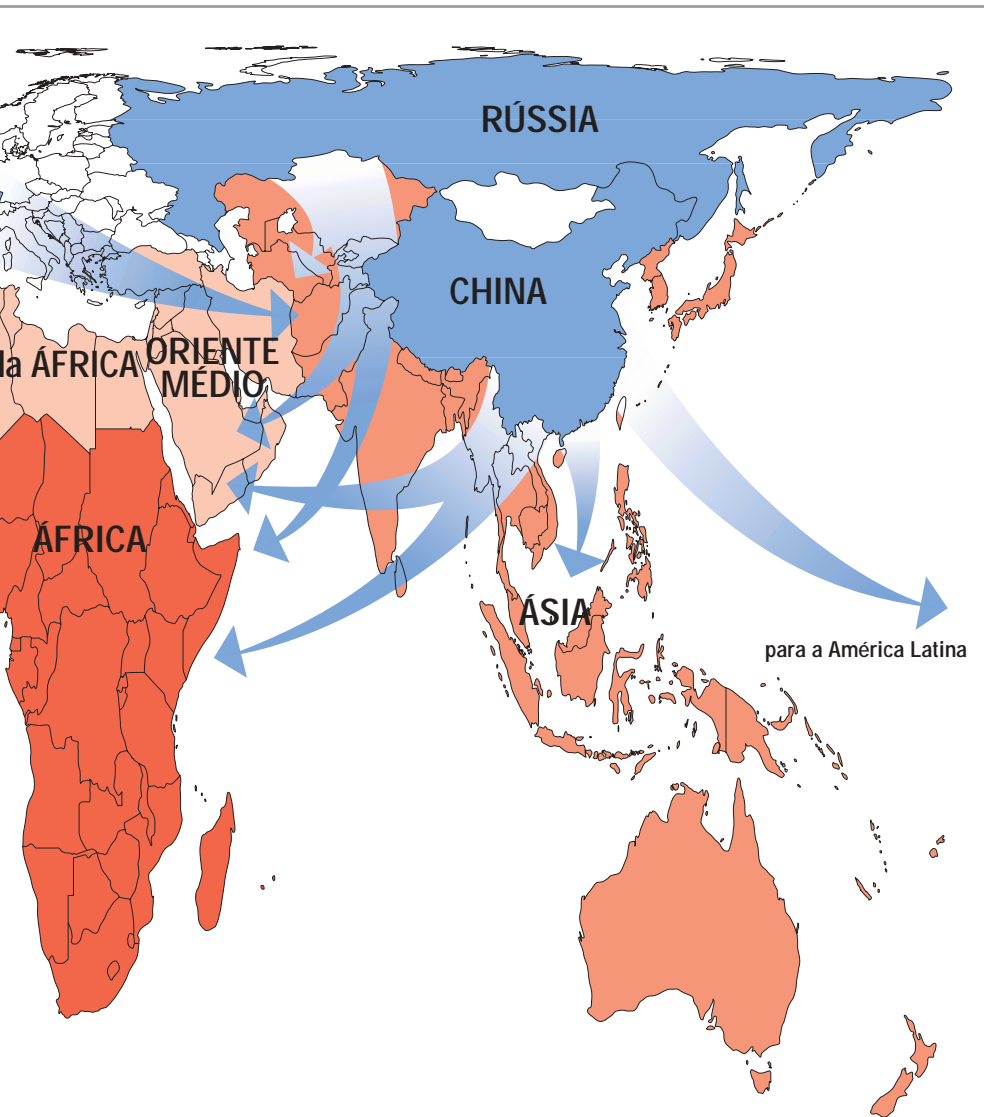


CHINA \$0.5bn



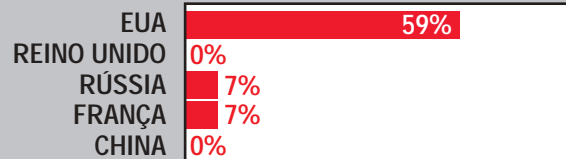
* A.N / O.M. = ÁFRICA DO NORTE e ORIENTE MÉDIO



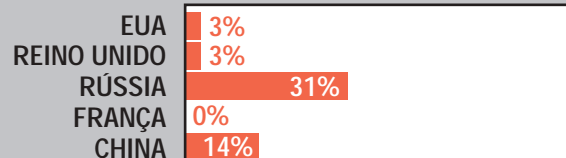


Importação de armas

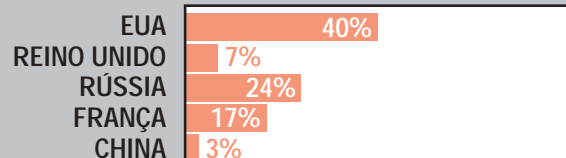
AMÉRICA LATINA \$0.7 bn



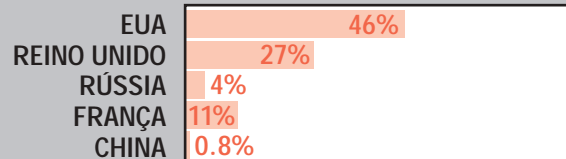
ÁFRICA \$0.9bn



ÁSIA \$8bn



Á.N / O.M* \$12bn



Nota: Estes são dados anuais médios, de 1998-2001. Todos os dados em US\$, 2001.

Fonte: Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1994-2001, Richard F Grimmet, 2002, Relatório para o Congresso.

Segundo as melhores estimativas, 80 a 90% do comércio mundial de armas de pequeno porte começa no comércio sancionado pelo Estado.²⁴⁹

“Líderes locais, regionais e mundiais têm que aceitar o fato de que não podemos deixar o mercado livre regular o comércio internacional de armas. Não devemos enriquecer às custas do comércio da morte. Em vez disso, temos que nos dar conta de que o comércio de armas é mais freqüentemente um amigo de ditadores e um inimigo do povo. Chegou a hora de escolher vidas humanas em vez de armas.”

Dr. Oscar Arias, prêmio Nobel da Paz²⁴⁸

“Não podemos ter as duas coisas. Não podemos ser ao mesmo tempo os campeões mundiais da paz e os líderes mundiais no fornecimento de armas.”

Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA, durante a campanha presidencial, 1976²⁵⁰

Falhas nos controles nacionais de armas

Governos nacionais promulgam e aplicam legislações para controlar a produção, a exportação, as vendas nacionais, a administração e o uso de armas. Com excessiva freqüência, tais legislações são tristemente falhas, repletas de erros, caracterizam-se por amplas lacunas entre a política e a prática – e como resultado permitem fácil acesso aos armamentos letais.

A transferência de armas

Em virtude das ligações com a segurança nacional e a política externa, há um amplo consenso internacional de que a exportação e a importação de armas devem ser sujeitas à autorização dos governos. No entanto, a falta de meios adequados de controle significa que o desvio de armas do setor sancionado pelos Estados para a esfera ilegal é muito comum. Além disso, uma autorização governamental de venda pode ser mais influenciada pela importância econômica ou geopolítica da transação do que por quaisquer preocupações do subsequente impacto das armas, como demonstram os exemplos a seguir.

- ▶ Com a fragmentação da União Soviética, os Estados recém-criados herdaram instalações de produção de armas num momento no qual a necessidade de câmbio externo e de empregos era uma prioridade nacional que sobrepujava as preocupações quanto ao uso que as armas teriam.
- ▶ Mais recentemente, para que a Índia atingisse sua meta de tornar-se exportadora de armas, o governo escolheu abandonar sua lista negra para exportação desse tipo de produto.²⁵⁴
- ▶ República Checa, Eslováquia, Bulgária, Romênia e Polônia, todas modernizando seus sistemas e seus recursos nos preparativos para tornarem-se membros da OTAN, estão despejando tanques velhos e artilharia pesada da Guerra Fria no mercado militar, tornando mais armas disponíveis para as regiões de conflitos violentos.²⁵⁵

Governos responsáveis exigem um **certificado de usuário final** (*end use certificate*), identificando o receptor das armas exportadas e o propósito para o qual elas são compradas. Na prática, os desvios são comuns, porque o sistema é fácil de contornar – ou por causa da complacência do órgão licenciador, ou por causa de práticas desonestas ou corruptas na produção do certificado. Por exemplo:

- ▶ O governo canadense proibiu a venda de armas para o exército colombiano, devido ao risco de que elas possam ser usadas para violar direitos humanos. No entanto, uma falha na lei permitiu que 33 helicópteros militares canadenses fossem enviados para a Colômbia, através dos EUA, entre 1998 e 2000. O Canadá não exige certificados de usuário final para exportações para os EUA, e os EUA não fornece garantias de que não haverá re-exportação.²⁵⁷

Situação dos controles internacionais de armas

Armas convencionais, e especialmente armas de pequeno porte, matam mais civis que qualquer outro tipo de arma, incluindo as armas de destruição em massa, de modo que seria de se esperar um rígido controle sobre sua proliferação.

MAS os controles de proliferação de armas concentram-se em armas de destruição em massa; não existe praticamente nenhuma regulamentação sobre a transferência de armas convencionais.

Quase todas as armas são fabricadas legalmente e só mais tarde são transferidas para o mercado ilegal, de modo que seria de se esperar **rígidos controles internacionais sobre o comércio sancionado pelos Estados** de armas.

MAS muitos dos controles sobre armas convencionais que existem concentram-se sobre as transferências ilegais.

Existem alguns **controles de obrigações globais sobre o comércio de armas convencionais**, mas não muitos.

► Os embargos internacionais de armas são mecanismos úteis para limitar o fluxo de armas para áreas de conflito, mas são mecanismos de reação e não de prevenção, e sujeitos a influências políticas.
► Existe um pequeno número de restrições sobre armas específicas que podem causar sofrimento indiscriminadamente, com minas terrestres.²⁵¹

E existem apenas alguns poucos acordos internacionais para controlar a exportação de **armas pesadas como tanques e aeronaves**.

Não existem tratados globais e o único instrumento regional é aplicado na Europa, que tem um Código de Conduta de obrigação política que se aplica às exportações sancionadas pelos Estados de todas as armas, bem como vários outros instrumentos.²⁵²

Como as **armas de pequeno porte** matam o maior número de civis, seria de se esperar maiores controles relacionados a essas armas.

Em resposta aos crescentes receios, começou um processo na ONU para considerar o problema das armas de pequeno porte e vários instrumentos regionais foram criados:
► O Protocolo de Armas de Fogo da ONU lida com a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo para o crime organizado; já foi acordado mas ainda não entrou em vigor.
► Várias regiões iniciaram atividades e/ou controles para prevenir a proliferação de armas, notadamente na África Ocidental e nas Américas – ver Capítulo 4.
Os programas regionais de armas de pequeno porte têm sido desapontadores, em parte devido à ausência de disposições relacionadas aos direitos humanos e ao direito humanitário internacionais. Não obstante, não há dúvidas de que foi iniciada um novo debate global.
Além disso, organizações da sociedade civil que trabalham para acabar com a proliferação e o mau uso de armas de pequeno porte uniram-se, formando a Rede Internacional de Ação para Armas de Pequeno Porte (*International Action Network on Small Arms – IANSA*) para trabalhar em conjunto por maior progresso e por mudanças mais radicais.

“A facilidade com que potenciais adversários podem adquirir armas convencionais avançadas nos trará novos desafios nas guerras convencionais.”

Donald Rumsfeld, Secretário da Defesa dos EUA, junho de 2001²⁵³

“Nós [a Pakistan Ordnance Factories] fornecemos certificados de usuário final da Alemanha para acobertar carregamentos para o Kuwait.”

Executivo da Pakistan Ordnance Factories, 1992²⁵⁶

“Elas [as vendas do Reino Unido para Angola e Uganda] fazem com que nossas alegações de uma política ética fracassem. O governo tem sido hipócrita em relação a essa questão. Estamos falando de quatro milhões e meio de vidas africanas [na República Democrática do Congo] perdidas nos últimos cinco anos e as empresas britânicas estão lucrando com isso. O governo tem sangue nas mãos por isso.”

Norman Lamb, Membro do Parlamento, Reino Unido, 2003²⁵⁹

▶ Apesar das garantias de Israel de que “nenhum equipamento de origem britânica é usado nas atividades das forças de defesa nos Territórios”, tanques Centurion britânicos modificados foram usados pelas tropas israelenses na Cisjordânia e na Faixa de Gaza em 2002.²⁵⁸

A **intermediação** de armas, via países atravessadores, é uma das principais maneiras pela qual armas caem em mãos erradas. São os intermediadores, apoiados por transportadores e financiadores, que organizam as transferências entre vendedores e compradores. Os intermediadores, transportadores e financiadores de armas estiveram implicados no fornecimento de armas para as regiões mais afetadas por conflitos e por crises de direitos humanos, incluindo as submetidas a embargos da ONU – Afeganistão, Angola, RDC, Iraque, Ruanda, Serra Leoa e África do Sul, para citar apenas alguns poucos.

A maior parte da legislação de exportações de armas não trata plenamente do problema da intermediação, transporte ou financiamento internacionais de armas; nos lugares em que há legislação em vigor, os intermediários inescrupulosos podem simplesmente se mudar “off shore” para outro país com controles menos rígidos. As transferências bancárias eletrônicas e os paraísos fiscais fizeram com que as movimentações financeiras internacionais ficassem muito mais fáceis de organizar, e mais difíceis de rastrear. Os transportadores escapam de serem detectados viajando de avião por rotas em circuitos, por vários aeroportos, à noite ou em baixas altitudes para evitar radares; às vezes números de registro são alterados e registros são feitos em lugares diferentes dos de origem.²⁶⁰

A tecnologia de armamentos é exportada quando uma empresa armamentista permite a produção de suas armas em outro país, sob **licença**. Ao estabelecer acordos de produção licenciada com países que têm um histórico de repressão interna e violações de direitos humanos, ou países em conflito, a legislação de controle de exportações que não permitiria uma transferência direta para aquele país é efetivamente contornada. Com frequência, o fabricante original tem pouco controle depois que um acordo foi obtido: a fábrica Arsenal, na Bulgária, continuou produzindo fuzis Kalashnikov durante 14 anos depois de ter expirado seu acordo de licença de produção.²⁶³

Pequenas quantidades de armas contrabandeadas através de fronteiras por indivíduos (atividade conhecida como o “**comércio de formigas**”) são frequentemente compradas legalmente e passadas adiante para outros. Isso acontece no Paraguai, onde um turista pode, de maneira perfeitamente legal, comprar duas armas, possibilitando a entrada de um volume significativo de armas para os países vizinhos.²⁶⁶

Desta forma, armas são **recicladas** de um conflito para outro e entre Estados com controles pouco rígidos, através da posse de civis. No final de 2002, grandes estoques de munição excedente foram transportados de avião da Albânia – depois de uma coleta de armas e munição – para Ruanda, supostamente para serem usadas no leste da RDC.²⁶⁷ Países despedaçados pela guerra, como Afeganistão, Somália, Angola e Albânia, podem ser uma fonte fácil de armas ilegais.

Intermediação de armas – uma típica transação ilícita de armas envolvendo vários países²⁶²

Os intermediadores de armas da *Guatemala* e do *Panamá* organizaram um carregamento de 3.117 fuzis automáticos AK-47 e 2,5 milhões de unidades de munição para um grupo armado ilegal na *Colômbia*, compradas da polícia da *Nicarágua*. Os intermediadores alegaram que estavam comprando as armas para a polícia do Panamá.

O negócio foi intermediado por dois cidadãos israelenses, que alegavam ser representantes oficiais da indústria de armas do governo israelense na Guatemala, e por um empresário israelense residente no Panamá. Oficiais nicaraguenses não verificaram o usuário final das armas; o Panamá alega não saber nada sobre

o negócio. Mais tarde, foi descoberto que a ordem de compra do governo usada para adquirir as armas era, na verdade, uma ótima falsificação.

Para que não fosse detectado, o navio panamenho pegou os AK-47 no porto nicaraguense de El Bluff, uma pequena entrada na costa Atlântica raramente usada por qualquer pessoa, exceto pescadores. No registro oficial do navio, as armas foram anotadas como bolas de plástico de crianças. O navio evitou o Panamá e atracou no distante porto de Turbo, norte da Colômbia. Caminhões carregaram os 14 contêineres e desapareceram dentro das densas florestas de Urabá.

“Quase sempre nossos carregamentos eram AK [fuzis automáticos Kalashnikov] novinhos em folha e a munição. É uma operação bem comum para nós. (...) Sabemos que está havendo uma guerra. Não estamos envolvidos nela, porque na verdade somos apenas pilotos de carga. (...) Para mim, é tudo carga. Mas claro que, ah, esse, ah, algumas coisas não são muito boas.”

Capitão Brian “Sport” Martin, que voou com armas de Ruanda e de Uganda, na cidade tomada por rebeldes, Kisangani, na República Democrática do Congo, 2000²⁶¹

Uma das principais causas da crescente disponibilidade de armas de pequeno porte nos mercados mundiais durante a década de 90 foi a transferência indiscriminada de armas padrão dos membros do antigo Pacto de Varsóvia para os países mais pobres.²⁶⁸ Algumas vezes, essa tendência foi acelerada pela conversão para armamentos adequados ao padrão da OTAN.²⁶⁹

Ao serem questionados sobre sua incapacidade de impedir transferências irresponsáveis de armas, alguns países usaram abertamente o seguinte argumento, de moral questionável: “Se nós não as vendermos, outros o farão”. Quando perguntaram a Tony Blair, Primeiro Ministro do Reino Unido, por que seu país estava vendendo peças para aeronaves F16 que seriam vendidas a Israel, quando havia evidências claras de que essas armas estavam sendo usadas diretamente contra civis, ele respondeu: “O que aconteceria se nós [nos recusássemos a vender as peças] não é que as peças não seriam fornecidas, mas sim que você veria todas as outras indústrias da defesa do mundo correndo para tomar o lugar que deixáramos vago”.²⁷⁰ Ainda que isso fosse verdade, não seria moralmente correto: nunca é a política correta, ou a melhor, vender armas para os que cometem abusos com elas. Os EUA e o Reino Unido, entre outros, armaram o Iraque nos anos 80, quando havia claras evidências de que o governo iraquiano era culpado de violar os direitos humanos de seus próprios cidadãos. Por que ninguém está aprendendo essas lições do passado?

Produção licenciada: contornando a legislação de exportações

Empresas em pelo menos 15 países (Áustria, Bélgica, República Checa, França, Alemanha, Israel, Itália, Portugal, Rússia, África do Sul, Cingapura, Suécia, Suíça, Reino Unido e EUA) estabeleceram acordos para permitir a produção de armas de pequeno porte e munição sob licença em outros 45 países.²⁶⁴ Esta difusão de produção ao redor do mundo, freqüentemente em países com fracos controles de exportação

de armas, aumenta muito o risco de armas caírem em mãos de indivíduos que cometem abusos. Por exemplo, Otokar, na Turquia, produz veículos com 70% dos componentes do *Land Rovers* britânicos. O governo britânico classifica os componentes como “civis”, no entanto, com algumas modificações eles se tornam veículos blindados e têm sido vendidos na Argélia e no Paquistão.²⁶⁵

Com freqüência, governos poderosos que alardeiam seu respeito pelos direitos humanos e oferecem programas de assistência para países mais pobres, também autorizam fornecimentos de armas que minam o estado de direito. O Reino Unido, por exemplo, é um dos principais fornecedores de revólveres para a polícia jamaicana, que apresenta um dos mais altos índices de assassinatos cometidos por policiais per capita do mundo – 600 mortes que não foram adequadamente investigadas desde 1999. Armas de pequeno porte da Itália foram fornecidas para a polícia e as forças de segurança da Argélia, da República Democrática do Congo, do Quênia, da Nigéria, de Serra Leoa e da Turquia, apesar das evidências claras de que armas são usadas para o uso excessivo da força, torturas e violações de direitos humanos.²⁷¹

Não é a produção de armas em si que é questionável, mas a venda para usuários irresponsáveis e a ausência de controles para impedir que as armas cheguem até eles. O custo humano dessas vendas é evidente. Os produtores de armas realmente querem o sangue de civis em suas mãos?

Outros controles nacionais

As regulamentações nacionais sobre a **posse de armas de fogo** variam amplamente de um país para outro, desde nenhum controle até uma absoluta proibição. Até os EUA, a nação mais fortemente armada do mundo, têm muitas leis nacionais e estaduais para controlar o mau uso de armas: por exemplo, os civis não têm permissão para comprar fuzis automáticos militares.²⁷³ No entanto, tais restrições são freqüentemente muito inadequadas: elas contêm falhas significativas ou não são aplicadas. Na Colômbia, por exemplo, até mesmo pessoas com antecedentes criminais podem obter facilmente permissões para uso de armas se elas subornarem as pessoas relevantes.²⁷⁴

Aqueles que são **usuários autorizados de armas** com frequência são fornecedores de armas. Há muitos casos de polícia, exército ou empresas particulares de segurança vendendo ou alugando suas armas para ganho pessoal. Na Colômbia, elementos corruptos da polícia obtêm armas através de confisco e podem tentar vendê-las de volta para os donos originais.²⁷⁶ Em áreas rurais, como algumas regiões pastoris da África Oriental, o governo pode reconhecer que não consegue oferecer segurança para seu povo, então arma seguranças particulares ou reservistas da polícia, vindos das populações locais, para proteger suas comunidades. As pessoas raramente recebem treinamento ou orientação adequados sobre como devem usar as armas e essas geralmente não são distribuídas equitativamente entre diferentes grupos étnicos, o que cria medo e tensão.

A má **administração de armas** significa que usuários sem autorização podem adquirí-las. Imensas quantidades de armas são roubadas de depósitos do exército ou da polícia. Na Geórgia, estoques russos foram saqueados sistematicamente em 1991 e 1992, em parte devido a uma crença de que tais atos eram oficialmente sancionados quando a propriedade soviética foi nacionalizada.²⁷⁷ Armas são roubadas de lojas licenciadas e de indivíduos particulares; na África do Sul, onde as duas principais fontes de armas de fogo ilegais são a perda e o roubo de proprietários licenciados e do Estado, 80 revólveres eram registrados por dia como perdidos ou roubados em 1998.²⁷⁸ Nas Ilhas Salomão, a *Malaita Eagle Force* saqueou depósitos de armas da polícia duas vezes em 2000, obtendo uma quantidade suficiente de fuzis automáticos M18 para cometer, com a conivência policial, violações generalizadas de direitos humanos contra civis desarmados da Ilha Guadalcanal.²⁷⁹

Países fornecedores não estão dispostos a ajudar os que recebem suas armas

O Rio de Janeiro é um dos estados mais violentos do Brasil, um país com um dos índices mais altos de mortes relacionadas a armas de fogo em todo o mundo. De onde vêm essas armas? Das 225.000 armas confiscadas pela polícia no estado do Rio de Janeiro em 50 anos, a maioria era de produção doméstica, embora possam ter deixado o Brasil e entrado no país novamente via Paraguai. Das armas produzidas fora do Brasil, os países de origem (em ordem decrescente) foram os

seguintes: EUA (cerca de 12.700), Espanha (cerca de 10.100), Bélgica, Argentina, Alemanha, Itália, República Checa, Áustria, França, China, Israel, Rússia e Suíça.

Em julho de 2002, o Brasil solicitou cooperação internacional para localizar as rotas das armas, com o objetivo de cortar seu fluxo para o estado, famoso por sua criminalidade. Até agora, tem havido um silêncio ensurdecedor de todos os países envolvidos, com exceção da Argentina e da Alemanha.²⁷²

“Os soldados da Geórgia costumavam dar balas para as crianças brincarem e se você lhes desse um pouco de vodka ou cigarros, eles lhe entregariam qualquer coisa – um revólver pequeno ou uma granada.”

Georgi, 14 anos, proveniente de Abkhazia, na Geórgia, mas refugiado na ocasião, 2000²⁷⁵

“O Iraque recebe um fluxo constante de peças sobressalentes para seu sistema de inteligência, apesar dos 12 anos de embargos supostamente rígidos. Saddam Hussein ainda possui sistemas de radar que funcionam e aviões que voam, o que não poderia acontecer sem manutenção constante. Isso chega ao Iraque através de uma rede complicada de intermediários, mas os materiais e a perícia vêm da antiga URSS.”

Pavel Felgenhauer, perito militar independente, outubro de 2002²⁸¹

Armas rompem embargo e chegam ao Iraque²⁸³

Durante a década de 80, empresas do Canadá, China, França, Alemanha, Grécia, Reino Unido e EUA forneceram tecnologia militar e de "dupla utilidade" para empresas e forças armadas do Iraque.²⁸⁵ Em 1990, depois que o Iraque invadiu o Kuwait, um embargo de armas da ONU foi imposto. Apesar disso, o Iraque continuou recebendo carregamentos ilegais de armas, muitas

vindas dos Estados recém-independentes na Europa Oriental e Central. Por exemplo, consta que artilharia, veículos militares e munição foram fornecidos pela República Federal da Iugoslávia, artilharia e munição, pela Bósnia e veículos blindados, pela Bulgária, a despeito das evidências de ataques militares indiscriminados usando esse equipamento contra civis iraquianos.

Durante **conflitos**, as armas são passadas entre combatentes de diferentes partes quando se ganha e se perde território, depósitos de armas são tomados e retomados, e armas são abandonadas no campo de batalha. Por muitos meses, armas dos esconderijos talebãs descobertas pelas forças dos EUA no Afeganistão foram distribuídas livremente para as milícias locais.²⁸⁰ Quando os conflitos chegam ao fim e acordos de paz são assinados, as armas freqüentemente não são recolhidas dos combatentes e removidas da sociedade; em vez disso, elas passam para a posse de civis; este foi notadamente o caso em Moçambique, no Camboja e nos arredores dos dois países. Na Bósnia, sete anos depois do fim da guerra e depois de amplos exercícios de coleta de armas, pacificadores da OTAN disseram que a maioria das casas possuía alguma arma dos tempos de guerra.²⁸¹ Um milhão de armas ilegais ainda estão circulando na região dos Balcãs.²⁸²

Em suma, está claro que a ausência de controle significa que as armas chegam com facilidade excessiva às mãos de quem comete abusos contra os direitos humanos e a lei humanitária internacional – quer seja o indivíduo que comete abusos, um agente de um governo repressor, um criminoso, um marido violento ou um membro de um grupo político armado. Alguns dos métodos de transferência descritos acima são “legítimos” sob as leis nacionais dos Estados envolvidos – ou porque não existe uma lei para controlar a transferência ou porque ela tem falhas; mas o fato das transferências não serem proibidas não as torna moralmente corretas e bem podem ser ilegítimas sob a legislação internacional.

Capítulo 5

Soluções em todos os níveis





Programa de desarmamento UNAMSIL, em Serra Leoa. Um contêiner cheio de armas destruídas, vindas dos rebeldes e de grupos anti-governistas.

5: Soluções em todos os níveis

“Arma Não! Ela Ou Eu.”

Slogan de campanha feminina contra armas no Brasil

Soluções existem – mas e a vontade política de aplicá-las?

- ▶ Em algumas regiões, a política de armas melhorou, mas a prática ainda é desastrosamente inadequada.
- ▶ O processo de armas de pequeno porte da ONU segue dois passos adiante e um passo para trás.
- ▶ Para evitar futuros abusos é necessário interromper o fluxo de novas armas e drenar a poça de armas que já estão em uso nas comunidades que sofrem.
- ▶ Um Tratado do Comércio de Armas é urgentemente necessário para proibir todas as transferências de armas que poderiam levar a violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais.
- ▶ Controles nacionais e regionais de armas precisam ser melhorados para acabar com tais transferências.
- ▶ Os governos precisam ser mais responsáveis ao proporcionar proteção para seus cidadãos contra a violência armada.
- ▶ Os governos e a sociedade civil precisam trabalhar juntos para melhorar a segurança no nível comunitário.

O mundo chegou a um ponto crítico. Milhões de armas estão em circulação. Elas podem ser encontradas em praticamente qualquer lugar do mundo. São freqüentemente usadas para cometer graves violações dos direitos humanos e das leis humanitárias internacionais. Milhões de pessoas estão sofrendo as conseqüências. A ação dos governos é necessária agora. Os governos têm obrigação de proteger seus próprios cidadãos, mas também de fazer o que puderem para impedir abusos contra os direitos humanos e os crimes de guerra em outros países. Para isso é preciso trabalhar para interromper o fluxo e acabar com o abuso de armas.

Alguns passos na direção certa

Ao longo dos últimos cinco anos, o problema da proliferação *ilícita* de armas de pequeno porte foi reconhecido e o quadro político começou a mudar, no âmbito internacional, através da iniciativa da ONU. Entretanto, os progressos têm sido irregulares e o comércio de armas sancionado pelos Estados tem sido ignorado.

- ▶ Há quase dez anos atrás, 52 dos Estados mais poderosos que exportam armas assinaram os **Princípios que Regem as Transferências de Armas Convencionais**. No entanto, as práticas destes Estados – todos membros da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (*Organization for Security and Co-operation in Europe -OSCE*) – estão longe de cumprir as orientações acordadas.

- ▶ Mais recentemente, o **Código de Conduta da União Européia sobre Exportações de Armas** estipulou que armas não devem ser exportadas para países onde haja um risco claro de que possam ser usadas para repressão interna ou onde tenham ocorrido graves violações de direitos humanos. Entretanto, as evidências citadas em diversos relatórios independentes sugerem que essa promessa não está sendo totalmente cumprida.
- ▶ Desde 2001, países da OSCE vêm desenvolvendo “**Orientações de Boa Conduta**” para a exportação e o controle de armas de pequeno porte e armas leves.²⁸⁶

Ainda não há leis vigentes ou requisitos de regulamentação que obriguem Estados que exportam armas a respeitar os direitos humanos ou as leis humanitárias internacionais ao autorizar a transferência de armas ou serviços de treinamento militar, de segurança ou policial para outros países. Mesmo onde há critérios de direitos humanos para consultar, eles são freqüentemente interpretados de modo pouco rígido. Especialmente quando estão considerando propostas de exportações, os governos não prestam atenção adequada ao longo ciclo de vida da maioria dos tipos de armas e equipamentos de segurança e tecnologia – e, portanto, ao risco prolongado de abusos.

O que é necessário, é um comprometimento genuíno de todos os governos para colocar em vigor leis novas e potentes de controle de armas, coerentes com as normas do direitos humanos e das leis humanitárias internacionais, o que colocará um fim a sua cumplicidade com o abuso de armas de pequeno porte.

A ONU e as armas de pequeno porte

Houve dois passos à frente em direção à obtenção de controles internacionais sobre armas de pequeno porte desde 2000, ambos tratando do comércio ilegal de armas. Primeiro, o Protocolo de Armas de Fogo da ONU foi acordado. Isso diz respeito à fabricação e tráfico ilícito de armas por organizações do crime. Em março de 2003, o Protocolo havia sido assinado por 52 Estados, mas ratificado por apenas três; assim, é provável que ainda demore alguns anos antes que comece a vigorar.²⁸⁸ Segundo, um Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilegal de Armas de Pequeno Porte e Armas Leves em Todos os seus Aspectos foi acordado em uma conferência da ONU em julho de 2001. Depois de uma reunião de implantação em 2003 na qual não houve consenso para prosseguir, haverá outra em 2005, seguida por uma conferência de revisão em 2006. O Programa de Ação contém várias disposições positivas, como medidas específicas contra as quais será possível monitorar o progresso em questões como a coleta e destruição de armas, e a administração de estoques.

Entretanto, a Conferência de 2001 da ONU não obteve mais que alguns poucos comprometimentos e foi de muitas maneiras uma oportunidade perdida. Os governos dos EUA e da Rússia uniram-se aos da China e a alguns do Movimento

“Essas armas [de pequeno porte e leves] prolongaram ou agravaram conflitos, produziram enormes fluxos de refugiados, solaparam o estado de direito e deflagraram uma cultura de violência e impunidade. Em suma, o acúmulo excessivo e o comércio ilegal de armas de pequeno porte está ameaçando a paz e a segurança internacionais, esmagando as esperanças de desenvolvimento social e econômico, e colocando em perigo as perspectivas da democracia e dos direitos humanos.”

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, 2002²⁸⁷

Não-Alinhado para enfraquecer significativamente o Programa de Ação da ONU. Especificamente, eles impediram a conferência de tratar do mau uso de armas, especialmente no que se refere a agentes do Estado, apesar das avassaladoras evidências dos problemas causados por esse mau uso.²⁸⁹ O Programa de Ação não menciona os direitos humanos, há poucas referências à lei humanitária internacional e também não estabelece nenhum mandato para a negociação de um instrumento a que se submetam todos os países.

Em relação à ameaça global, os progressos têm sido obtidos de maneira frustrantemente lenta. O primeiro passo da ONU em direção a uma reforma no comércio de armas de pequeno porte e armas leves não pode continuar sendo o único no sentido de controlar o fluxo global de armas convencionais.

“A maioria das armas usadas em crimes foram originadas de vendas legais.”

Steve Steel, US Federal Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms, Dallas, 1997²⁹⁰

Parem o fluxo e sequem a poça

A proliferação excessiva e sem controle de armas deve ser combatida com as seguintes medidas:

- ▶ Impedir o fluxo de armas usadas para cometer abusos, através de controles mais rígidos sobre a movimentação de armas.
- ▶ Retirar armas de comunidades que já as têm em excesso e reduzir a disponibilidade de armas e a probabilidade de que venham a ser mal utilizadas.

Parem o fluxo de armas

Controlar a entrada de armas num país é um passo crucial. O direito dos Estados de armarem-se em auto-defesa vem acompanhado da responsabilidade internacional, jurídica e moral de controlar as armas e assegurar que elas serão usadas adequadamente. De maneira semelhante, o dever dos Estados de regulamentar a venda de armas deve ser levado a sério.

É vital que os governos não autorizem a transferência de armas se houver razões para crer que existe risco de que sejam usadas para cometer graves violações de direitos humanos e da legislação humanitária internacional ou onde a proliferação de armas mina o desenvolvimento sustentável.

Os governos também devem tornar mais rígidos os controles para acabar com o fluxo de armas ilegais. Isto significa assegurar que embargos não sejam desrespeitados, que intermediários sejam regulamentados e que o contrabando de armas seja impedido.

A principal responsabilidade quanto ao fluxo de armas para dentro de um país pertence aos governos – *todos* os governos que exportam, re-exportam ou importam armas.

Precisamos fechar o fornecimento irresponsável de armas...



...e drenar a poça das armas sem controle já existentes

Controles rígidos sobre armas são necessários para reduzir as probabilidades de guerra, crime e repressão, para diminuir seu alcance e impacto caso ocorram, e para reduzir os custos políticos e econômicos da violência armada.²⁹¹ Tais controles já têm uma sólida fundamentação nas normas e no direito internacional existentes – a legislação de direitos humanos, a legislação humanitária internacional e as normas sobre desenvolvimento sustentável. Oxfam e Amnesty International apelam para que estes controles sejam aplicados direta e claramente à transferência e ao uso de armas.

Entretanto, essas medidas cruciais, isoladamente, terão pouco impacto. Mesmo que todas as transferências irresponsáveis acabassem amanhã, muitas forças de Estados e comunidades já possuem grandes quantidades de armas, sob um controle tão mínimo que o risco de abusos ainda continuaria alto por muitos anos.

Drenem a poça de armas

A violência armada não é inevitável. As armas devem ser estritamente limitadas e controladas, estabelecendo um rigoroso sistema de responsabilidade pelos atos e treinamento, e retirando armas ilegais e excedentes das comunidades gravemente afetadas pela violência armada. Este é um conceito simples, mas as armas só podem ser estritamente controladas e recolhidas eficazmente quando é criado um ambiente que propicia a resolução pacífica de conflitos, o uso responsável e legítimo de armas, e a confiança na perspectiva de segurança não-armada. Governos, serviços de segurança, poder judiciário, líderes comunitários e usuários civis de armas devem trabalhar em conjunto e agir para reduzir os meios e os motivos para a violência armada.

Isto significa, acima de tudo, que todos os Estados atuantes com direito ao uso de armas devem seguir estritamente as 26 disposições dos Princípios Básicos da ONU sobre o Uso de Força e de Armas de Fogo e, quando necessário, as disposições dos Tratados de Genebra e outras leis humanitárias relevantes. Todas essas disposições têm que ser incorporadas às leis domésticas de todo país e garantidas através de treinamento e monitoração rigorosos.

Embora complexa e desafiadora, a tarefa de controlar a proliferação e o mau uso de armas de pequeno porte não é impossível, e modelos de boas práticas já existem:

- ▶ Programas de coleta e destruição de armas se desenvolveram significativamente ao longo dos últimos 10 anos. Eles agora incorporam incentivos relacionados ao desenvolvimento, pelos quais recompensas pelas armas entregues ajudam na reconstrução das comunidades.
- ▶ A sociedade civil sul-africana liderou a alternativa de designar escolas, hospitais, instalações públicas e até mesmo cidades como “Gun Free Zones” (Zonas Livres de Armas”, reduzindo assim o medo e a violência armada.
- ▶ O governo de Serra Leoa envolveu a sociedade civil nos planos para reconstituir as forças armadas e incorporar treinamento e educação sobre princípios de governo democrático e direitos humanos, e legislação humanitária internacional.²⁹³

*“Se pelo menos o inimigo
ouvisse, seria maravilhoso,
os tiros parariam e nós
ouviríamos uns aos outros,
apenas conversaríamos e
tentaríamos não usar armas.
Eu queria que pudéssemos
acabar com toda essa
violência e desenvolver
nosso país.”*

Menina-soldado, Filipinas, 2001²⁹²

Uma iniciativa internacional: o Tratado de Comércio de Armas

Produtores de armas têm o direito de vender e outros têm o direito de comprar, mas os direitos também trazem responsabilidades e obrigações legais.

O fato de que uma transferência de armas é “autorizada” por agentes dos Estados não significa que ela seja, necessariamente, um ato legítimo. Uma transferência “legal” de armas é freqüentemente interpretada por governos como “legítima de acordo com as leis nacionais”. No entanto, para ser plenamente legal, uma transferência também precisa ser legítima sob o direito internacional. A Comissão de Desarmamento da ONU reconhece claramente esta distinção e definiu transferências ilícitas como “o comércio internacional de armas convencionais que fere as leis dos Estados e/ou a legislação internacional”. Isto foi endossado em julho de 2001 pela Conferência da ONU sobre armas de pequeno porte.

Mas quais são essas obrigações perante o direito internacional? O tratado de Comércio de Armas (TCA) proposto estabelece princípios baseados nas responsabilidades existentes dos Estados sob as normas internacionais.²⁹⁶ Ele reúne leis e normas internacionais relevantes que se aplicam à transferência de armas – como os Tratados de Genebra, o Tratado de Proibição de Minas Terrestres e a Convenção contra Genocídio. É um documento simples e claro, que define os critérios pelos quais qualquer transferência de armas proposta deve ser permitida. Seria necessário que os Estados incorporassem esses critérios em suas legislações nacionais e relatassem, pública e regularmente, todas as armas transferidas para um registro internacional. (Ver Apêndice 1 para mais detalhes sobre direito internacional e armas.)

O Tratado de Comércio de Armas codifica o princípio de que as exportações de armas ferem a legislação internacional se o exportador souber, ou se for razoável presumir que deveria saber, que as armas serão usadas para cometer violações dos direitos humanos e da legislação humanitária internacional.²⁹⁶ O conhecimento por agentes relevantes dos Estados de que as armas serão provavelmente utilizadas para cometer tais graves violações acarreta a responsabilidade de impedir tal transferência, especialmente do próprio território ou jurisdição daquele Estado.²⁹⁷ Portanto, qualquer Estado que exporta armamentos – não apenas armas recém-fabricadas, mas também armas re-exportadas, de segunda mão – tem responsabilidades claras de garantir que essas armas sejam usadas de maneira coerente com as normas já consensuais sob o direito internacional. Seria solicitado que o Estado exportador monitorasse de perto o que acontece depois que as armas passassem por suas fronteiras, uma vez que a maneira como o receptor as usa pode afetar a legitimidade da transferência.

O Tratado de Comércio de Armas seria um meio **internacional** de controle para garantir que todas as nações trabalhem segundo as mesmas normas. Sistemas nacionais e regionais são extremamente importantes no combate às transferências ilícitas; eles proporcionam um controle crucial e são a principal salvaguarda contra

“A disponibilidade e o mau uso de armas [de pequeno porte e leves] têm um impacto inquestionável sobre a quantidade, o tipo e a gravidade das violações dos direitos humanos e da legislação humanitária internacional cometidas por atuantes dos Estados ou não.”

Barbara Frey, Relatora Especial da ONU para Armas de Pequeno Porte, 2002²⁹⁴

O Tratado de Comércio de Armas – se amplamente aceito – estabelecerá um mecanismo firme e inequívoco para proibir a venda de armas onde houver um claro risco de que essas armas serão usadas para cometer graves abusos.

“Estivemos trabalhando nas questões de armas em comunidades há anos, e há três anos a idéia de um Tratado do Comércio de Armas parecia muito distante de nosso trabalho. Mas agora percebemos que nosso trabalho com armas nas comunidades não será bem sucedido sem tratar do fluxo de entrada de armas.”

Fred Lubang, Gaston Z. Ortigas Peace Institute, Filipinas, 2003²⁹⁸

transferências irresponsáveis. Entretanto, não são mutuamente coerentes, e alguns contêm ambigüidades e falhas que tornam fácil para os negociantes ilegais realizar seu comércio. Por exemplo, houve inúmeros casos de transferências duvidosas de armas através da Eslováquia, porque não há controles em funcionamento para armas em trânsito;²⁹⁹ na Holanda, onde há pequena produção, mas são enviados grandes carregamentos de armas, mercadorias de países “amigos” são desobrigados de certas licenças obrigatórias e produtos em “trânsito rápido” não requerem licença.³⁰⁰ O Tratado de Comércio de Armas também ajudaria a garantir que transações rejeitadas por um fornecedor não serão assumidas por outro, evitando assim uma situação parecida com a que ocorreu no final de 2002, quando a Alemanha se recusou a vender fuzis para o governo do Nepal por questões de direitos humanos, mas a Bélgica os forneceu.

O que seria legal e ilegal segundo o Tratado de Comércio de Armas



transferência legal

Armas de pequeno porte vendidas para uma força policial, quando forem usadas de acordo com os Princípios Básicos para o Uso de Força e de Armas de Fogo



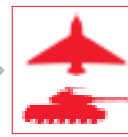
transferência ilegal

As mesmas armas vendidas para uma força policial que as utiliza para cometer execuções extrajudiciais e tortura generalizadas



transferência legal

Aeronaves militares e veículos blindados para transporte de tropas vendidos a um governo para uso em um exército que cumpre integralmente a legislação humanitária internacional



transferência ilegal

Os mesmos armamentos vendidos a um governo que os utiliza para atingir alvos civis em vez de militares

O Tratado de Comércio de Armas teria força de legislação em vigor. Os instrumentos regionais que obrigam politicamente o seu cumprimento já existentes atualmente não vigoram legalmente. No final das contas, decisões difíceis são tomadas com base no mero julgamento de representantes políticos ou funcionários civis. O Tratado de Comércio de Armas, porém, propicia uma cultura de concordância ao criar um vínculo judicial permanente entre armas e abusos; e alinha as normas de exportações de armas com as responsabilidades existentes perante o direito internacional.

Ainda que alguns países se oponham a um TCA, isso não deve impedir outros Estados de prosseguir com a idéia. Embora nem todos os países tenham assinado o Tratado de Proibição de Minas Terrestres (proibindo minas antipessoais), uma nova norma internacional foi criada através da pressão e de campanhas internacionais. Desde que esse tratado começou a vigorar, nem um único país comerciou abertamente minas terrestres antipessoais, um número bem menor de governos está usando minas terrestres antipessoais e até alguns países não-signatários estão cumprindo amplamente seus princípios.³⁰¹

Princípios Fundamentais do Tratado de Comércio de Armas

Artigo 1: Princípio – Todas as transferências internacionais de armas devem ser autorizadas pela autoridade apropriada do Estado.

Artigo 2: Limitações expressas – Os governos têm a responsabilidade de garantir que as transferências não violarão diretamente suas obrigações perante o direito internacional. Isto inclui:

- a. transferência de tipos particulares de armas – se forem indiscriminadas ou de uma natureza tal que causem lesões ou sofrimento desnecessários.
- b. transferência para países específicos – se estiverem sob embargos.

Artigo 3: Limitações baseadas em uso antecipado – Os governos têm a responsabilidade de garantir que as armas que transferem não serão usadas ilegalmente. A transferência não deve concretizar-se se houver conhecimento de que as armas serão:

- a. usadas para violar a Carta das Nações Unidas; especialmente no que se refere ao uso de força em relações internacionais;
- b. usadas para cometer graves violações de direitos humanos, da legislação humanitária internacional, genocídios, crimes contra a humanidade; ou
- c. desviadas e usadas para cometer qualquer ato acima citado.

Artigo 4: Outras considerações – Os governos têm a responsabilidade de não transferir armas se houver probabilidade delas:

- a. serem usadas para facilitar a realização de crimes violentos;
- b. afetarem negativamente a estabilidade política ou a segurança regional;
- c. afetarem negativamente o desenvolvimento sustentável; ou
- d. serem desviadas e usadas para cometer qualquer ato acima citado.

A forma atual do tratado lida apenas com transferências autorizadas pelos Estados, mas também serão produzidos protocolos para intermediação e produção licenciada. Aqui serão aplicados os mesmos princípios, garantindo que a autorização de um governo para intermediação e produção licenciada seja baseada nos critérios para transferência de armas acima citados.

O consenso ao redor do Tratado de Comércio de Armas já está crescendo:

- ▶ Ele tem fortes **fundamentos legais**: O texto proposto baseia-se nas obrigações existentes e emergentes dos Estados perante o direito internacional.
- ▶ Há uma forte **justificativa moral** para recusar algumas transações de armas. Nunca é correto fornecer armas que serão usadas para cometer atrocidades, mesmo que outros países menos responsáveis estejam dispostos a fazê-lo. Estabelecer internacionalmente este princípio obrigaria os exportadores de armas não-sinatários a justificar seus atos.

“Obter um comprometimento através da legislação internacional fez uma diferença real no caso das minas terrestres. Fez com que os governos fossem responsáveis pela mudança.”

Comentário de um participante em workshop de ONG sobre armas de pequeno porte em Nairóbi, 2001³⁰²

“À medida que piora a segurança dos Estados, a proliferação de armas de pequeno porte aumenta, e à medida que aumenta a proliferação de armas de pequeno porte, os conflitos se expandem para além das fronteiras. O impacto da proliferação de armas, portanto, transcende as fronteiras políticas. É com este pano de fundo que a Moratória da ECOWAS [contra transferências internacionais de armas na África Ocidental] precisa ser mantida pelos governos, pelas organizações da sociedade civil e todos os outros envolvidos.”

Alfred Fawundu, UNDP,
Representante Residente, Gana³⁰⁴

- ▶ Há um claro **mandato político**. Segundo o Programa de Ação da Conferência da ONU sobre armas de pequeno porte, os Estados concordaram em “avaliar as solicitações de autorização para exportar de acordo com regulamentações e procedimentos nacionais estritos que incluam todas as categorias de armas de pequeno porte e armas leves, e sejam *coerentes com as responsabilidades existentes dos Estados perante o direito internacional...*”.³⁰³

Iniciativas regionais: alicerces essenciais

Embora poucos progressos tenham sido obtidos no controle de armas pesadas em níveis regionais, o problema das armas de pequeno porte foi debatido em fóruns regionais por todo o mundo. Há um consenso emergindo e todos concordam que é necessária uma ação mais eficaz. Ações regionais estão variando amplamente de instrumentos legislativos a um maior comprometimento com ações futuras.

Mecanismos diferentes têm forças diferentes. Por exemplo:

- ▶ **União Européia: O Código de Conduta para Exportação de Armas (1998)** impede a exportação de armas convencionais para destinos onde possam levar à repressão interna e agressão externa. Um dos pontos mais fortes é seu mecanismo para impedir que um país concorde em fornecer armas se a solicitação já foi rejeitada por outro. Embora não seja perfeito, este é um mecanismo poderoso, pois encoraja a transparência entre fornecedores e consegue até certo ponto assegurar a aquiescência.
- ▶ **Américas: A Convenção Interamericana contra Fabricação e Tráfico Ilícitos e os Modelos de Regulamentação para o Controle do Movimento Internacional de Armas de Fogo (1997/98)** são dois instrumentos que englobam armas de fogo, munição e explosivos dentro do contexto da aplicação da lei e do controle do crime. Uma vez em vigor, a Convenção será o único acordo sobre armas de pequeno porte com força de lei; até maio de 2003, 19 dos 34 Estados haviam-na ratificado.³⁰⁵ Entretanto, ela não requer que os Estados avaliem as solicitações de exportação de armas com critérios normativos, como princípios de direitos humanos ou da legislação humanitária internacional.
- ▶ **África Ocidental: A Moratória para Importação, Exportação e Fabricação de Armas de Pequeno Porte e Armas Leves (1998)** é a primeira moratória regional para armas de pequeno porte no mundo. A importação de novas armas é proibida sem a aprovação de outros Estados-membros. Esta proibição é apoiada pelo maior grupo de Estados que exportam armas (o Acordo de Wassenaar). Embora seja forte em princípio, esse compromisso político já foi violado por vários países, incluindo a Libéria e a Costa do Marfim.

- ▶ **Grandes Lagos e o Chifre da África: A Declaração de Nairóbi sobre o Problema da Proliferação de Armas de Pequeno Porte e Armas Leves Ilícitas (2000)** inclui uma solicitação para que os países desenvolvam planos nacionais de ação para tratar de questões relacionadas às armas. (O da Tanzânia foi concluído, os de Uganda e Quênia estão sendo desenvolvidos.) Ela também reconhece o papel da sociedade civil.

Estes e outros acordos semelhantes são um importante passo inicial no desenvolvimento de uma abordagem regional para solucionar a proliferação de armas, encorajar a cooperação, a confiança e a troca de informações entre os governos. Embora alguns não estejam bem implementados, principalmente por falta de vontade política, eles continuam sendo os principais estímulos para novas iniciativas para reduzir a transferência de armas internamente e entre países vizinhos.

Entretanto, a eficácia dos atuais controles regionais de armas é limitada por quatro fraquezas evidentes:

- ▶ Eles não incluem disposições expressas para obrigar legalmente o cumprimento das responsabilidades existentes sob o direito internacional.
- ▶ A maioria traz apenas obrigação política e não jurídica, e como resultado são mais difíceis de aplicar.
- ▶ Muitos aplicam-se somente às armas ilícitas para uso em operações criminosas e ignoram as transferências de armas sancionadas pelos Estados.
- ▶ Eles geralmente não tratam das principais falhas que estão sendo exploradas por negociantes inescrupulosos de armas, ou seja, a falta de controle sobre intermediadores e transportadores de armas, e sobre a produção licenciada estrangeira.

Existe, portanto, um escopo significativo para fortalecer os controles de armas, reunindo a melhor prática dos acordos já existentes e referindo-se explicitamente às responsabilidades existentes relativas aos direitos humanos e à legislação humanitária internacional. ONGs nas Américas, por exemplo, já estão trabalhando para promover um instrumento regional com base em direitos humanos e legislação humanitária internacional. Processos semelhantes estão sendo iniciados em outras regiões.

Iniciativas nacionais: o dever do Estado de proteger seus cidadãos

O direito inerente à vida e à segurança é algo especial. É a base da Carta das Nações Unidas, está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e transformado em lei no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O papel do Estado é fornecer segurança, proteger seus cidadãos e salvaguardar este direito através do governo e de instituições nacionais.

“Esta crença no desarmamento não é fruto de idealismo ou ingenuidade. A melhor estratégia para impedir conflitos armados é eliminar os meios de cometer violência.”

Alpha Oumar Konaré, ex-presidente de Mali³⁰⁶

“Se os comerciantes estão vendendo essas armas aos rebeldes, eles também têm responsabilidade pelas balas que foram disparadas e me colocaram neste hospital.”

Bacary Biaye levou tiros e perdeu o uso de suas pernas, Casamance, Senegal, 2000³⁰⁷

Como demonstra este relatório, quando o assunto é controle de armas, essa proteção deixa de ser fornecida com frequência excessiva. Se um Estado não tem um controle eficaz de armas, isso pode resultar em ameaça direta, com uso da força de armas contra a segurança de uma pessoa, ou ameaça aos seus meios de sobrevivência ou segurança. Uma mudança na política e na prática dos Estados para controlar o fluxo e o uso de armas é vital para que esta ameaça seja removida.

Transferências de armas

Os governos devem liderar a implementação de controles nacionais de exportação baseados em direitos humanos e na legislação humanitária. Os critérios definidos pelo Tratado de Comércio de Armas fornecem o parâmetro para tais controles. Além dos controles de exportação, medidas devem ser tomadas em conjunto para solucionar duas das maiores falhas internacionais exploradas por fabricantes, negociantes, intermediários e traficantes de armas.

- ▶ Deve haver um rígido registro de cada fabricante, intermediário, transportador e financiador de armas, mesmo que operem apenas através de “países atravessadores”. Os condenados por delitos criminais que envolvem lavagem de dinheiro, tráfico e violência relacionada a armas de fogo, devem ser retirados do registro.³⁰⁸
- ▶ As licenças para exportação, trânsito e importação devem ser controladas caso a caso, e devem incluir detalhes completos dos intermediários, transportadores e financiadores envolvidos. Elas devem ser emitidas pelos governos que fazem a exportação, o trânsito e a importação, depois de efetuarem consultas diretas entre si e com os governos de origem de quaisquer intermediários, transportadores ou financiadores envolvidos, e devem ser emitidas apenas se a transferência de armas proposta não for recebida por ninguém com probabilidades de violar os direitos humanos e o direito humanitário internacional.

A posse civil de armas e os crimes violentos

A ONU manifestou sua preocupação sobre a grande incidência de crimes, acidentes e suicídios envolvendo o mau uso civil de armas de fogo, observando a falta de regulamentações adequadas em muitos países para sua posse e guarda e a falta de treinamento no uso de armas de fogo.³⁰⁹ Entre os países identificados pela ONU como tendo um número muito alto de mortes causadas por armas de fogo a cada 100.000 pessoas, estavam; Colômbia (55,85), Brasil (26,97), Jamaica (18,72) e EUA (14,05). Estes contrastam com os índices muito mais baixos de Japão (0,07), Reino Unido (0,46), Espanha (0,70), Holanda (0,74) e Dinamarca (0,80).³¹⁰

Há uma crescente pressão para responsabilizar Estados por crimes violentos e para punir a omissão de qualquer Estado em estabelecer regulamentação razoável para a posse particular de armas de pequeno porte, fracasso ao proteger indivíduos de violência doméstica e fracasso ao proteger indivíduos do crime organizado, incluindo seqüestro por resgate.³¹¹

Perante a legislação internacional de direitos humanos, todo indivíduo tem o dever de respeitar o direito à vida de outro indivíduo.³¹² Mais importante, os Estados têm o dever de tomar providências positivas para impedir atos de violência e assassinatos ilegais, incluindo os cometidos por indivíduos particulares.³¹³ Há um crescente reconhecimento de que os deveres dos Estados sob a legislação internacional de direitos humanos incluem o exercício de *due diligence* para garantir que não haja abuso contra direitos básicos – certamente o direito à vida e à segurança da pessoa – cometidos por indivíduos particulares.³¹⁴ Quando a consequência previsível de uma omissão em exercer o controle adequado sobre a posse e o uso por civis de armas for a continuação ou o aumento da violência, então os Estados poderão ser responsabilizados por essa omissão sob a legislação internacional de direitos humanos.

Em situações onde o controle da posse e do abuso de armas de fogo por parte de civis é pouco ou inexistente, policiais manifestaram preocupação sobre a dificuldade de proteger o público.³¹⁵ De acordo com as normas internacionais, agentes de aplicação da lei devem “na medida do possível, usar meios não-violentos antes de recorrer ao uso da força e de armas de fogo”, e isso “somente se os outros meios se demonstrarem ineficazes”. Essa tarefa torna-se cada vez mais difícil à medida que a posse e o uso de armas estão saindo de controle.³¹⁶ Os Princípios Básicos da ONU também exigem que os Estados estabeleçam uma estrutura jurídica e um sistema eficaz para regulamentar o controle, o estoque e a entrega de armas de fogo e munição para agentes que aplicam a lei.

Além disso, os Princípios Básicos requerem que os Estados “proibam o uso de armas de fogo e munição que possam causar lesões desnecessárias ou representar riscos desnecessários”, o que em muitos países significa que as armas de especificações militares não devem ser usadas para policiamento. Pareceria lógico concluir que tais armas certamente não deveriam estar nas mãos de civis.³¹⁷

Mesmo governos com pouquíssimos recursos começaram a agir em conjunto para combater o crime violento, inclusive tomando medidas para controlar estritamente a posse civil de armas de fogo. Em Malawi, por exemplo, a Câmara de Comércio e outras organizações da sociedade civil criticaram publicamente o governo em 1999 por não ter feito o bastante para conter o aumento do crime armado. Desde então, o governo, com a ajuda do Reino Unido, ampliou seu programa nacional de reforma da polícia e envolveu organizações comunitárias em Fóruns de Policiamento Comunitário para ajudar a combater o crime violento e a posse ilegal de armas de fogo.³¹⁸

“Em suas deliberações, queiram lembrar-se de meu filho Matthew e de todas as crianças e jovens que morreram ou foram feridos e traumatizados em todo este mundo. Lembrem-se de que foi negado a eles o direito básico de viver suas vidas.”

Mary Leigh Blek, presidente da Million Mom March (Marcha das Mil Mães), EUA, discurso na Conferência da ONU sobre armas de pequeno porte, 2001

“Eu sou uma vítima. Meu gado foi roubado. Não tivemos escolha, a não ser conseguir armas para proteger nosso rebanho e nossas famílias dos atacantes... Entregar as armas não é problema, contanto que você me garanta que nossos vizinhos também estão se desarmando e que você possa garantir minha proteção.”

Habitante de vilarejo em Kina, Isiolo, norte do Quênia, 2002²¹⁹

Iniciativas locais: construindo comunidades mais seguras

O aumento da segurança em um nível comunitário não pode ser separado das razões pelas quais as pessoas portam e recorrem às armas. As principais razões para os habitantes de vilarejos no Afeganistão, no Iêmen e na Suíça portarem armas serão radicalmente diferentes: respectivamente, para se protegerem contra grupos armados, como símbolo cultural e expressão de seu direito constitucional ou para proteger seu país de um ataque armado. Mas outros aspectos vão surgir também – e estes múltiplos e interligados motivos para portar armas precisam ser plenamente compreendidos.

Fortalecendo a capacidade do governo de proteger cidadãos no Quênia

No Quênia, especialmente no norte do país, a violência armada é generalizada. Esse problema não pode ser resolvido sem profundas mudanças na política e na prática governistas, com o apoio de ação e defesa comunitárias. A coleta de armas e o desarmamento duradouro têm poucas chances de sucesso quando as comunidades sentem a necessidade de se armarem para preservar a própria segurança.

Muitas ONGs, incluindo a Oxfam e a Amnesty International, fazem campanhas nacionais para promover um processo de reforma do setor de segurança que seja abrangente, inclusiva e participativa. A capacidade do Estado de proteger seus cidadãos com base nas normas internacionais de direitos humanos deve ser desenvolvida; entre as medidas imediatas deve-se incluir:

- ▶ o desenvolvimento de policiamento baseado na comunidade, com consultas locais quanto à natureza e a qualidade do policiamento e da segurança, e supervisão da comunidade de estruturas existentes;
- ▶ uma revisão das estruturas locais existentes de segurança, como reservistas de polícia e outras milícias, para avaliar se são adequadas, eficazes e até que ponto respondem por seus atos;
- ▶ um fator crucial, remuneração e benefícios razoáveis para a polícia e outras forças de segurança, bem como treinamento eficaz, responsabilidade por seus atos e supervisão civil para diminuir a corrupção e aumentar o profissionalismo.

Assim, as medidas para tratar da segurança da comunidade não podem ser generalizadas. Elas podem tratar menos das armas em si e mais da complexa teia de condições sociais, políticas e econômicas que configuram a sua demanda e o seu uso. O trabalho local precisa incluir programas específicos para aumentar a segurança da comunidade das seguintes maneiras:

1. Reconstruindo a confiança na possibilidade de uma segurança não-armada, através:
 - ▶ da redução da quantidade de armas em circulação, com programas de coleta e destruição de armas, estabelecimento de áreas livres de armas e remoção de armas ilegais que poderiam possibilitar violações dos direitos humanos e da lei humanitária;
 - ▶ da construção de relacionamentos e confiança entre comunidades diferentes, e entre as comunidades e a polícia;
 - ▶ da criação de programas de educação cívica e de conscientização;
 - ▶ da introdução da cultura e das ferramentas para a resolução pacífica de conflitos; um modelo foi criado pela ONG Viva Rio, no Rio de Janeiro, Brasil, que em conjunto com o Departamento de Justiça implementou os “Balcões de Direitos Civis”, que oferecem assistência jurídica gratuita e mediação de conflitos.
2. Oferecendo assistência às vítimas da violência armada. Não existe um sistema de apoio para as vítimas de violência armada, como ocorre com as vítimas de minas terrestres; no entanto, ferimentos e mortes causados por armas prejudicam a economia e o bem estar de famílias inteiras.
3. Desenvolvendo meios sustentáveis de vida como alternativas para a violência armada. Com excessiva frequência, a posse de armas é encarada como meio de sobrevivência econômica.

Embora seja impossível prescrever soluções para aumentar a segurança comunitária, a experiência revela alguns **princípios de orientação para trabalhar no nível comunitário**.

1. *Análise detalhada e compreensão* da comunidade e da forma como ela é governada são essenciais para identificar as principais razões pelas quais as pessoas portam armas. As pesquisas devem incluir todos os envolvidos, especialmente aqueles que estão no poder e têm autoridade, como a polícia.
2. É necessária uma *visão holística* da situação, que provavelmente incluirá todas as questões de direitos humanos, como a miséria, a justiça e o problema da impunidade para os infratores. Reformas ou pelo menos a colaboração com sistemas de policiamento e justiça penal com base em normas internacionais de direitos humanos são necessárias. Alternativas para o uso de armas ao estabelecer meios de vida precisam ser consideradas.
3. O *envolvimento genuíno da comunidade* é fundamental. As pessoas locais devem tomar iniciativas para garantir a relevância, propriedade, participação, responsabilidade compartilhada e compreensão. Representantes políticos e a polícia devem ser representativos, responder pelos seus atos e estar atentos à comunidade como um todo.

“O policiamento durante o apartheid destruiu a confiança da comunidade no Estado. Sob o novo governo democrático, o crime aumentou – assistimos batalhas armadas entre quadrilhas – até que o policiamento baseado na comunidade se firmasse. Depois de quatro anos, solucionamos mais de 500 casos de assassinato, recuperamos veículos roubados e confiscamos armas ilegais – AK-47, pistolas, revólveres, fuzis e carabinas caseiras. Os policiais estão atendendo rapidamente às denúncias da comunidade, tentando evitar o uso de armas de fogo.”

Capitão Pillay, Police Special Investigations Task Team, Edendale, África do Sul, 2002¹²⁰

4. As necessidades, perspectivas e talentos de *todos os membros da comunidade* precisam ser incluídos. Isto inclui homens, mulheres, meninas, meninos, idosos, portadores de deficiências e pessoas de diferentes etnias e religiões. Por exemplo, ex-combatentes e membros de quadrilhas de lados opostos podem ter muito em comum e juntos terão mais força para mudar quando desafiarem os valores “machistas” e a cultura de armas, enquanto para os jovens será preciso encontrar alternativas para substituir os benefícios de pertencer a uma quadrilha, como o senso de identidade, o de propósito, o apoio de um grupo e segurança.
5. A *parceria entre a sociedade civil e o governo* é um fator crucial. A sociedade civil é essencial para conseguir mudanças estruturais, mas a mudança sustentável de políticas e práticas também requerem o envolvimento do governo. Os governos podem ser fortes aliados – endossando, fortalecendo e sustentando o movimento pela reforma – mas a sociedade civil deve ser cautelosa para evitar que seja coagida ou induzida a legitimar políticas governistas inadequadas. A troca eficaz de informações é crucial para garantir a cooperação eficaz.

Construindo relacionamentos entre comunidades do Sri Lanka

O Sri Lanka passou por uma proliferação de armas impossível de administrar – inclusive com a venda de armas sofisticadas por baixos preços – em suas comunidades. A violência armada, deflagrada por armas facilmente disponíveis, resultou em deslocamento forçado e em uma drástica redução de status sócio-econômico, fontes de renda, padrões de gastos e atendimento de saúde. Um dos principais impactos é o medo – medo de ataques cometidos pelas forças de segurança ou grupos armados de oposição.

O atual cessar-fogo entre as forças do governo e os grupos rebeldes criou novas oportunidades e desafios para a construção da paz. A Oxfam está trabalhando com comunidades vizinhas para reconstruir relacionamentos comunitários. Um espaço seguro deve ser oferecido, no qual as pessoas possam interagir pacificamente, construindo confiança e compreensão e debatendo questões sem recorrer à violência armada. Há uma necessidade especial de concentrar as atenções nos jovens, que até agora foram expostos quase exclusivamente a ideologias e aspirações militares; isto pode ser conseguido através de programas sociais inovadores, construindo relacionamentos entre jovens de diferentes etnias.

Melhor administração de armas no Camboja

(baseada na experiência do Grupo de Trabalho para Redução de Armas, Phnom Penh)

As armas vêm sendo difundidas nas comunidades do Camboja durante quase 30 anos de conflito armado interno. Revólveres e fuzis automáticos militares são comuns, tanto em áreas rurais, quanto urbanas: estima-se que existam ao todo entre 500.000 e um milhão. Segundo uma pesquisa de 1998, pelo menos dois terços das residências em Phnom Penh possuíam armas ilícitas. A proliferação de armas contribuiu para o medo e a insegurança generalizados, e a cultura de violência é cada vez mais evidente à medida em que armas são usadas com impunidade em disputas domésticas, incidentes no trânsito e tentativas de auto-proteção.

Uma das maiores prioridades é a administração de armas. Armas de coletas anteriores foram estocadas em depósitos do Estado com pouca segurança, de onde foram ilegalmente vendidas e voltaram a circular. Devem ser providenciados depósitos mais eficazes para guardar armas e uma monitoração mais rigorosa para que todas as armas coletadas e as que se encontram nas mãos da polícia sejam estocadas de maneira segura e responsável. Em segundo lugar, o registro e o controle de armas policiais deve melhorar para impedir “vazamentos” das forças de segurança para mãos civis. O processo de emissão de licenças, pelo Ministério do Interior e especialmente pela polícia, também deve ser restrito.

No entanto, todas essas iniciativas locais têm probabilidade muito maior de sucesso se o fluxo de armas que chega de outros países for substituído por um fornecimento eficientemente controlado de armas genuinamente necessárias e que não fomentem novos abusos. Em outras palavras, as ações em todos os níveis – do local ao global – devem reforçar-se mutuamente. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU devem controlar seus próprios fornecimentos; os países do extinto Bloco Soviético devem controlar a dispersão de suas armas excedentes; e todos os países devem acatar o TCA como o novo parâmetro global para controlar todas as transferências de armas.

6. A hora de agir é agora

Todos os governos devem se responsabilizar e agir em conjunto para controlar a proliferação, a posse e o mau uso de armas em consonância com a legislação internacional. O uso e a transferência irresponsáveis de armas não são inevitáveis, nem do interesse dos Estados. A falta de controles nacionais e internacionais de armas levou a uma proliferação catastrófica de fornecimentos, que por sua vez está fomentando conflitos, repressão dos Estados e crime, solapando o desenvolvimento e os esforços para resolução de conflitos, e aumentando a qualidade letal das disputas. Estes impactos estão gerando miséria e sofrimento e não é possível permitir que continuem. Algo terá que mudar.

Os governos têm a autoridade e a obrigação de garantir a segurança e os direitos de seus cidadãos e de administrar transferências de armas de modo que não aconteçam abusos contra os direitos dos povos de outros países. Portanto, é principalmente sua responsabilidade solucionar este problema. Isso tem que ser feito em estreita colaboração com a sociedade civil – desenvolvendo estratégias, implementando programas e compartilhando informações – e, quando necessário, em colaboração com doadores e peritos externos.

Tal ação não apenas salvaria vidas e melhoraria as condições da existência diária de milhões, como também demonstraria que as nações têm fé na capacidade de órgãos multilaterais de agir com vigor nos interesses das pessoas comuns, especialmente os homens, mulheres e crianças mais pobres ao redor do mundo.

Ação internacional

Em um nível internacional, os governos devem:

1. **Adotar o Tratado de Comércio de Armas** até a conferência de revisão sobre armas de pequeno porte da ONU em 2006. Governos progressistas devem defender o Tratado de Comércio de Armas em fóruns internacionais e regionais e fazer seu lobby com outros governos, pressionando por ações à parte do processo da ONU se necessário. Uma vez em vigor, este novo tratado com força de lei irá garantir que todos os Estados trabalhem com o mesmo padrão para impedir a transferência irresponsável de armas para onde elas contribuem para violações de direitos humanos e da legislação humanitária internacional.
2. **Criar novos instrumentos internacionais para impedir intermediação, transporte e financiamento irresponsáveis de armas, bem como produção licenciada estrangeira**, usando os critérios do Tratado de Comércio de Armas para definir e impedir transferências irresponsáveis.
3. **Fornecer mais financiamento para assistência prática** às comunidades afetadas por armas – especialmente de órgãos doadores em países produtores de armas.

Ação regional

No nível regional, os governos vizinhos devem trabalhar em conjunto para:

1. **Criar ou fortalecer controles regionais de armas**, com base nos direitos humanos e na legislação humanitária internacional, construindo a partir de trabalhos no nível nacional, além de servir de inspiração para os mesmos. Tais controles devem lidar com o fluxo de armas, instituindo medidas eficazes para limitar o fornecimento e diminuir a demanda de armas, e também reduzir a disponibilidade generalizada de armas, em um esforço para aumentar a segurança das comunidades. A colaboração regional oferece oportunidades para compartilhar informações e experiências, bem como para fortalecer o consenso sobre políticas e programas regionais.

Ação nacional

No nível nacional, cada governo deve agir de maneira responsável para impedir o mau uso de armas:

1. Garantindo o **uso responsável de armas por suas forças de segurança**, baseando-se firmemente nas normas internacionais de direitos humanos e princípios do direito humanitário existentes, requerendo um nível mínimo de treinamento, disciplina e controle. Todos os Estados devem cumprir os Princípios Básicos da ONU para o Uso da Força e de Armas de Fogo por Agentes que Aplicam a Lei, o Código de Conduta da ONU para Agentes de Aplicação da Lei, os Tratados de Genebra e outras normas internacionais relevantes, incorporando suas disposições à lei doméstica em todos os países.
2. **Agindo rapidamente quando acabar um conflito**, para trabalhar com órgãos internacionais na implementação de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de alta qualidade.
3. **Estabelecendo mecanismos independentes para trazer à justiça**, sem demora, os que cometem graves violações de direitos humanos ou do direito humanitário internacional, assegurando que tais violações sejam adequadamente punidas e que outros passos sejam tomados para acabar com a impunidade.
4. **Colocando em vigor a legislação existente ou criando nova legislação** para controlar a importação, produção, exportação, trânsito, administração e uso de todas as armas. As normas delineadas no Tratado de Comércio de Armas devem ser usadas ao tomar decisões sobre exportações nacionais de armas, garantindo que os direitos humanos, o direito humanitário internacional e o desenvolvimento sustentável não venham a sofrer sob pressões comerciais.
5. **Garantindo a transparência e a supervisão** através do fornecimento de informações constantes e relevantes ao público sobre a produção, a posse e a transferência de armas. Estes relatórios devem ser submetidos a revisões constantes por legislaturas e parlamentos.

6. **Desenvolvendo e implementando, com a sociedade civil, um plano de ação para o controle estrito de todas as armas.** Um primeiro passo é realizar uma ampla revisão para avaliar problemas de proteção, disponibilidade de armas e mau uso de armas; depois desenvolver soluções e implementar um plano de ação eficaz. Cada estágio deve envolver estreita colaboração com a sociedade civil.

Ação local

A segurança das comunidades deve ser aumentada das seguintes maneiras:

1. Reconstruindo a confiança na possibilidade da segurança não-armada,

- ▶ **reduzindo a quantidade de armas excedentes e ilegais em circulação** – através do estabelecimento de áreas livres de armas, da remoção de armas ilegais que poderiam contribuir para violações de direitos humanos e direito humanitário internacional, e da destruição de armas excedentes;
- ▶ **construindo relacionamentos e confiança** entre comunidades que se opõem, e entre comunidades e a polícia; esse trabalho deve ser baseado nas normas internacionais de direitos humanos e do direito humanitário;
- ▶ **oferecendo educação cívica sobre segurança comunitária** para combater culturas de violência, incluindo o vínculo destrutivo entre as armas e as idéias convencionais de masculinidade;
- ▶ **introduzindo e usando ferramentas de resolução pacífica de conflitos.**

2. **Fornecendo assistência** às vítimas da violência armada.

3. **Desenvolvendo meios sustentáveis de vida como alternativa** para os que dependem da violência armada para sobreviver.

Até hoje, tem havido uma trágica falta de urgência da parte da maioria dos governos do mundo ao tratar do problema da proliferação de armas. As palavras são muitas, os progressos reais são mínimos. A hora de agir é agora.

A sociedade civil e os governos precisam trabalhar ativamente e eficientemente juntos para lidar com o problema das armas em cada um dos níveis – acabando com a origem do fornecimento e solucionando na raiz as causas pelas quais as pessoas possuem armas em ambientes inseguros.

Oxfam, Amnesty International e IANSA, a Rede Internacional para Armas de Pequeno Porte, ou International Network on Small Arms (que representa mais de 500 organizações não-governamentais em todo o mundo) estão empenhadas na campanha por um futuro mais seguro para todos nós através de uma ação vigorosa para reverter os abusos cometidos com armas. Alguns importantes governos já manifestaram seu apoio a este trabalho e apelamos a outros para que se unam a nós em nossos esforços.

Apendice 1 – Os fundamentos legais para trabalhar com a regulamentação de armamentos

A **Carta das Nações Unidas** contém dois artigos muito importantes relativos a armas:

- ▶ Artigo 26: “A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, desviando para armamentos o mínimo possível dos recursos humanos e econômicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de elaborar, com a assistência da Comissão de Estado-Maior a que se refere o Artigo 47, os planos a serem submetidos aos membros das Nações Unidas, tendo em vista estabelecer um sistema de regulamentação de armamentos”.
- ▶ Artigo 51: “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais (...)”.

A **legislação internacional de direitos humanos** busca proteger direitos e liberdades individuais. A Declaração Universal de Direitos Humanos contém uma série de artigos diretamente relevantes para limitar o uso de armas e que são agora consideradas como obrigatórias no direito internacional consuetudinário.³²¹ Os princípios-chave são: “Toda pessoa tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante”. Mesmo quando pessoas não são mortas ou feridas diretamente por tiros, a presença de uma ameaça armada de agentes do Estado pode facilitar outras formas de violência, constituindo graves violações de direitos humanos.

Há inúmeros tratados internacionais de direitos humanos que criam obrigações legais para seus Estados signatários. Um dos mais importantes tratados ratificados por cerca de dois terços de todos os Estados, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, determina que “Ninguém será arbitrariamente privado de sua vida”. Os governos devem garantir que todos os agentes do Estado respeitem o direito à vida e punir aqueles que não o fazem, bem como agir para assegurar que o direito será protegido contra ameaças de terceiros, incluindo indivíduos particulares. Eles devem exercer *due diligence* para impedir atos de violência, inclusive através de policiamento eficiente. Certos direitos podem ser limitados em épocas de emergência pública, mas o direito de não ser arbitrariamente privado da vida é “não derogável”: os Estados estão obrigados a respeitá-lo plenamente em todas as circunstâncias.³²²

Além dos tratados, a legislação internacional de direitos humanos inclui muitas “soft laws” (regras sem obrigatoriedade legal) que os Estados devem cumprir. Os Princípios Básicos para o Uso de Força e de Armas de Fogo por Agentes de Aplicação da Lei da ONU determinam claramente que armas de fogo só devem ser usadas em certas circunstâncias limitadas e somente quando meios não tão extremos não forem o suficiente. O mais importante, determina o Princípio Básico 9: “De qualquer maneira, o uso letal intencional de armas de fogo só poder ocorrer quando for estritamente inevitável para proteger a vida”.³²³

O Direito Humanitário Internacional (DHI) busca limitar e impedir o sofrimento humano em tempos de conflito armado. Até mesmo as guerras têm regras. Ele se aplica a todas as partes de um conflito, inclusive em guerras civis para grupos armados operando sem controle do Estado. O DHI procura aplicar limites para as escolhas das partes quanto aos métodos de combate, e objetiva equilibrar a necessidade militar com princípios humanitários. O direito humanitário internacional proíbe ataques deliberados contra qualquer um que não esteja participando ativamente do conflito armado, quer seja civil, prisioneiro ou combatente ferido, e proíbe ataques excessivamente indiscriminados ou desproporcionais. Embora os exatos artigos dos Tratados de Genebra que se aplicam dependam do conflito ser internacional ou não, os princípios mais importantes geralmente se aplicam em todos os tipos de conflito armado: deve ser feita uma distinção entre combatentes e não-combatentes; o uso da força deve ser sempre *proporcional* à vantagem militar pretendida; e é essencial tomar as devidas *precauções* para minimizar danos incidentais a civis, bens civis e não-combatentes, antes e durante qualquer ataque militar.³²⁴

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional novamente estabelece normas internacionais consuetudinárias de direitos humanos, proibindo crimes de lesa-humanidade em tempos de paz ou de guerra (Artigo 7), além dos crimes de guerra em conflitos internacionais e internos (Artigo 8).

Fontes selecionadas de direitos humanos e do direito humanitário internacional que limitam as transferências e o mau uso de armas de pequeno porte e armas leves

Situação	Exemplos de violações	Lei aplicável
1. Mau uso de armas de pequeno porte por agentes do Estado	Genocídio Assassinatos intencionais cometidos por forças de segurança Uso de força excessiva na aplicação da lei Reação desproporcionalmente violenta de um governo a distúrbios Estupro sistemático Tortura Deslocamento forçado Privação de necessidades humanas básicas	Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 3 Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), Art. 4 (2) PIDCP, Art. 6 Convenção da Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (“Convenção do Genocídio”) Código de Conduta para Agentes de Aplicação da Lei, Art. 3 Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo por Agentes de Aplicação da Lei
2. Mau uso de armas de pequeno porte por indivíduos particulares quando o Estado não exerce due diligence	Massacres ou assassinatos étnicos, religiosos ou políticos Omissão ao não impedir assassinatos criminosos Omissão ao não impedir violência doméstica Omissão ao não impedir crimes cometidos após conflitos por indivíduos proprietários de armas de pequeno porte	Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 3 PIDCP, Art. 6 Padrão de due diligence, Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, Tribunal Europeu de Direitos Humanos Declaração dos Direitos e Responsabilidades de Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade para Promover e Proteger Direitos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos, Art. 2 (1), Art. 2 (2)
3. Mau uso de armas de pequeno porte por agentes do Estado em conflito armado	Genocídio Execuções extrajudiciais ou tortura de não-combatentes e prisioneiros de guerra Ataques contra pacifistas e trabalhadores humanitários Punições coletivas contra populações civis em situações de ocupação Relocação forçada de populações civis Uso de armas que causam sofrimento desnecessário Execuções sumárias de combatentes capturados Exploração de crianças como soldados Uso indiscriminado de armas Crimes contra a humanidade e crimes de guerra	Tratados proibindo armas específicas: Declaração de São Petersburgo (1869) (projéteis explosivos); Declaração de Haia (1899) (balas dum-dum) Tratados de Genebra de 1949, Artigo Comum 3 Protocolo Adicional II aos Tratados de Genebra, e relativo à Proteção de Vítimas de Conflitos Armados Não-Internacionais Convenção do Genocídio Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional PIDCP, Art. 6, Art. 7 Convenção sobre os Direitos da Criança, Art. 38 Protocolo Opcional da Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados
4. Mau uso de armas de pequeno porte por grupos armados de oposição em conflito armado	Genocídio Assassinatos em massa Estupro sistemático Ataques contra civis, pacifistas e trabalhadores humanitários Exploração de crianças como soldados Deslocamento forçado de populações Tomada de reféns	Tratados de Genebra de 1949, Artigo Comum 3 Protocolo Adicional II aos Tratados de Genebra, e relativo à Proteção de Vítimas de Conflitos Armados Não-Internacionais Convenção do Genocídio Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
5. Transferência de armas com o conhecimento de que as armas serão provavelmente usadas para cometer graves violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional	Violação dos embargos de armas do Conselho de Segurança da ONU Transferência para grupo insurgente em outro Estado Transferência para um Estado identificado como tendo histórico consistente de violações sérias e confiavelmente atestadas de direitos humanos e liberdades fundamentais Transferência para um Estado que faz uso de crianças-soldado Transferência para um Estado incapaz de controlar a violência pós-conflito Transferência para um Estado conhecido por violar as normas do direito humanitário internacional em situações de conflito armado	Carta das Nações Unidas, Capítulo VII (embargos de armas) Tratados de Genebra de 1949, Artigo Comum 1 Declaração da ONU sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Domésticos de Estados e na Proteção de sua Independência e Soberania Declaração da Melhoria da Eficácia do Princípio de Não-Ameaça do Uso de Força em Relações Internacionais Comissão de Direito Internacional, Minutas de artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Errôneos

Adaptado de *The question of the trade, carrying and use of small arms and light weapons in the context of human rights and humanitarian norms*, publicação acadêmica de Barbara Frey, de acordo com decisão da Sub-Comissão 2001/120, E/CN.4/Sub.2/2002/39, 30 de maio de 2002

Observações

- ¹ Este relatório adota a definição de armas de pequeno porte e armas leves usadas no relatório de 1997 do Painel de Peritos Governamentais em Armas de Pequeno Porte da ONU (A/52/298, anexo).
- ² Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *Arms Availability and the Situation of Civilians in Armed Conflict (ICRC Arms Availability Report)*, Genebra, 1999, p.13.
- ³ *Going to the Source of the Illness*, Dr. Olive Kobusingye, apresentação em *Small Arms and the Humanitarian Community: Developing A Strategy for Action*, Nairóbi, Quênia, 18 a 20 de novembro de 2001.
- ⁴ Definidas pelos governos do mundo em um encontro de cúpula em 2000, as Metas de Desenvolvimento do Milênio comprometem os governos a estabelecer um conjunto de metas claras para conseguir a redução da miséria e a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres do mundo.
- ⁵ US\$87 bilhões foram gastos por essas regiões nos últimos quatro anos para os quais há dados disponíveis. Proposta de *International Finance Facility*, janeiro de 2003, HM Treasury, disponível em www.hm-treasury.gov.uk/documents/international_issues/global_new_deal/int_gnd_iff2003.cfm.
- ⁶ *We the Peoples: the role of the UN in the 21st Century*, page 52, Relatório do Milênio para a Assembleia Geral das Nações Unidas.
- ⁷ Discurso ao povo do Afeganistão pela rádio afegã, relatado pela BBC, 9 de janeiro de 2002 http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/monitoring/media_reports/1752038.stm.
- ⁸ *SIPRI Yearbook 2002: Armaments, Disarmament and International Security*, Stockholm International Peace Research Institute (Instituto de Pesquisas Internacionais pela Paz de Estocolmo), Oxford University Press, 2002.
- ⁹ *Cost of the War – Economic, Social and Human Cost of the War in Sri Lanka*, janeiro de 2001, Conselho Nacional de Paz do Sri Lanka.
- ¹⁰ *Terror Trade Times*, volume no. 3 (Índice AI: ACT 31/001/2002), Amnesty International.
- ¹¹ *Hidden Scandal, Secret Shame – the Torture and Ill-treatment of Children* (Índice AI: ACT 76/005/2000), Amnesty International.
- ¹² Denúncias recebidas pela Amnesty International de 1995 em diante. Fornecedores de armas para a RDC também foram associados à exploração de recursos naturais – ver o Painel de Peritos em Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Outras Formas de Riqueza da República Democrática do Congo, 16 de outubro de 2002 (S/2002/1146).
- ¹³ Missão da Amnesty International em Kisangani, novembro de 2001.
- ¹⁴ *Atti Parlamentari, Doc CVIII, Roma, Camera dei Deputati – Senato della Repubblica anni 1991–2001*, www.irestoscana.it.
- ¹⁵ *Rival Afghan commanders talk disarmament in restive north*, Chris Otton, AFP, 20 de julho de 2002 – de www.reliefweb.int.
- ¹⁶ *The global menace of local strife*, The Economist, 24 de maio de 2003.
- ¹⁷ *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, Francine Pickup com Suzanne Williams e Caroline Sweetman, Oxford, Oxfam Reino Unido, 2001.
- ¹⁸ *Development Held Hostage: Assessing the effects of small arms on human development*, Robert Muggah, Peter Batchelor, abril de 2002, UN Development Programme (UNDP).
- ¹⁹ *Violence and Crime in Cross-national Perspective 1900–1974*, Dane Archer, Rosemary Gartner, Ann Arbor, EUA, 1994.
- ²⁰ *Stray Bullets: the Impact of Small Arms Misuse in Central America*, op. cit., p. 22.
- ²¹ Informações fornecidas pela Polícia Civil Nacional da Guatemala.
- ²² *ICRC Arms Availability Report*, op.cit.
- ²³ *Justice and force in postwar Iraq*, Simon Apiku, World Press Review, 16 de junho de 2003, www.worldpress.org/Mideast/1200.cfm.
- ²⁴ Oxfam, fevereiro de 2001.
- ²⁵ *Small Arms Survey 2002*, op. cit., p. 99.
- ²⁶ Amnesty International, *The Wire*, março de 2003, Vol. 33 no. 02 (Índice AI: NWS 21/002/2003) e informações de pesquisa não-publicada da Amnesty International, fevereiro de 2003; *New World for Police Chief*, Alex Spillius, 13 de julho de 2003, www.smh.com.au.
- ²⁷ *Small Arms in the Pacific*, Philip Alpers e Conor Twyford, março de 2003, Small Arms Survey Occasional Paper no. 8.
- ²⁸ Crianças-soldado na Violência Armada Organizada, Viva Rio, Brasil.
- ²⁹ SIM/DATASUS, IBGE, publicado em *The Map of Violence*, III, Jacobo Waiselfisz, UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, Brasília, 2002.
- ³⁰ Informações cedidas pelo Viva Rio/ISER de um trabalho com as autoridades do Rio de Janeiro.
- ³¹ Oxfam, abril de 1997.
- ³² *Small Arms Survey 2002: Counting the Human Cost*, um projeto do Graduate Institute of International Studies de Genebra, Oxford University Press, 2002, pp. 63, 70, 82; *Colombian rebels trade drugs for arms*, Financial Times, Andrew Bounds e James Wilson, 8 de maio de 2002.
- ³³ Pesquisa não-publicada da Amnesty International.
- ³⁴ Oxfam, março de 2002.
- ³⁵ *Angola's War Economy*, Institute for Security Studies, África do Sul, 2000.
- ³⁶ Oxfam; *The Dunblane father who simply wants to stop the senseless killing in Africa*, Anna Pukas, Daily Express, 21 de março de 2001.
- ³⁷ *Breaking God's commands: the destruction of childhood by the Lord's Resistance Army*, Amnesty International (Índice AI: AFR 59/001/1997).
- ³⁸ Em um caso bastante típico, no porto de Trieste, a polícia italiana confiscou 40 rifles de fabricação austríaca que haviam sido vendidos por um negociante suíço de armas a quatro cidadãos iugoslavos residentes na Suíça. Ver *Die Presse*, 20 de maio de 1999, p. 4.
- ³⁹ Dimevski, Sasko: *Macedonia – an illegal UCK arms depot?*, Skopje Utrinski Vesnik, 13 de setembro de 1999, p. 5.
- ⁴⁰ *Israel and the Occupied Territories: Surviving under siege: The impact of movement restrictions on the right to work*, setembro de 2003, Amnesty International, Índice AI: MDE 15/001/2003.
- ⁴¹ *Israel's history of bomb blasts*, site da BBC, 11 de junho de 2003, http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_east/1197051.stm.
- ⁴² *Terror Trade Times*, Amnesty International, junho de 2001.
- ⁴³ Estatísticas da Alfândega dos EUA sobre exportação de armas, 1995–1999.
- ⁴⁴ Entrevista à Oxfam, fevereiro de 2003.

- ⁴⁵ *Explosive Remnants of War – unexploded ordnance and post conflict communities*, Landmine Action, abril de 2002.
- ⁴⁶ Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIC), 2002, Conflict Barometer 2002, www.hiik.de/en/main.htm.
- ⁴⁷ Para um resumo dessa regulamentação, consulte o documento da Amnesty International, *10 Basic Human Rights Standards for Law Enforcement Officials* (Índice AI: POL 30/004/1998).
- ⁴⁸ *Policing to protect human rights – A survey of police practice in the countries of the Southern African Development Community 1997–2002*, Amnesty International (Índice AI: AFR 03/004/2002).
- ⁴⁹ *Terror Trade Times*, vol. 4, Amnesty International, maio de 2003.
- ⁵⁰ *Diagnóstico sobre la situación actual de las armas ligeras y violencia en Guatemala*, Mario Rodríguez, 2000.
- ⁵¹ *Stray Bullets: the Impact of Small Arms Misuse in Central America*, William Godnick, Robert Muggah, Camilla Waszink, outubro de 2002; *Small Arms Survey*, occasional paper no. 5, p.15.
- ⁵² *Small Arms Survey 2001: Profiling the Problem*, um projeto do Graduate Institute of International Studies Geneva, Oxford University Press, 2001, pp.17, 62.
- ⁵³ *Kalashnikov: 'I wish I'd made a lawnmower*, *Guardian* (Reino Unido), 30 de julho de 2002. www.guardian.co.uk/international/story/0,3604,765355,00.html.
- ⁵⁴ *Reconsidering the Tools of War: Small Arms and Humanitarian Action*, Robert Muggah, Martin Griffiths, Humanitarian Practice Network Paper 39, julho de 2002.
- ⁵⁵ *Small Arms Survey 2002*, op. cit., p. 79.
- ⁵⁶ *Ibid.*, p. 14.
- ⁵⁷ *Small Arms Survey 2001*, op. cit., p. 102, mais estatísticas atuais da população.
- ⁵⁸ *Annan keeps pressure on US for Liberia role*, David Clarke, Reuters, 30 de junho de 2003, http://story.news.yahoo.com/news?tmpl=story&cid=578&ncid=578&e=9&u=/nm/20030630/ts_nm/liberia_dc.
- ⁵⁹ *Small Arms Survey 2001*, op. cit., p. 208.
- ⁶⁰ Dr. Joseph P. Smaldone, *Arms and Conflict in Africa: Links and Levers, 2001*; e Cassidy Craft, *Weapons for Peace, Weapons for War: The effect of arms transfers on War Outbreak, Involvement and Outcomes, 1999*.
- ⁶¹ *Rwanda: Arming the Perpetrators of the Genocide* (Índice AI: AFR 02/014/1995), Amnesty International; *Rwanda/Zaire: Rearming with Impunity: International Support for the Perpetrators of the Rwandan Genocide*, Human Rights Watch, maio de 1995; *Arming Rwanda: The Arms Trade and Human Rights Abuses in the Rwandan War*, Human Rights Watch Short Report, vol. 6, no. 1, janeiro de 1994. Uma análise detalhada das provas está em: *The Arms Fixers*, capítulo 3, Brian Wood e Johan Peleman (NISAT, 1999), incluindo documentos do arquivo do ex-Ministro da Defesa de Ruanda encontrados no leste do Zaire em novembro de 1996; os seis relatórios publicados pela Comissão Internacional de Inquérito da ONU estabelecida de acordo com a Resolução 1013 (1995) do Conselho de Segurança da ONU, para “investigar, *inter alia*, denúncias referentes à venda ou ao fornecimento de armas e materiais relacionados às forças do ex-governo de Ruanda na região dos Grandes Lagos em violação às Resoluções 918, 997 e 1011 do Conselho”; e o Relatório da comissão parlamentar de inquérito da França sobre o papel da França antes e durante o genocídio em Ruanda, 15 de dezembro de 1998.
- ⁶² Ed Cairns, Oxfam: documento internacional sobre resolução de conflitos.
- ⁶³ *A Catalogue of Failures* op. cit.
- ⁶⁴ *The Key to Peace: Unlocking the Human Potential of Sudan*, Interagency paper, Save the Children, Christian Aid, Oxfam, CARE, IRC, Tearfund, maio de 2002.
- ⁶⁵ *Hail of cluster bombs leaves a trail of death*, Robert Fisk, *The Independent*, 3 de abril de 2003.
- ⁶⁶ *Small Arms Survey 2001*, op. cit., e Wendy Cukier, *Firearms regulation: Canada in the international context*, *Chronic Diseases in Canada*, abril de 1998, www.hc-sc.gc.ca/pphb-dgspssp/publicat/cdic-mcc/19-1/d_e.html. Ver também M. Miller, D. Azrael e D. Hemenway, *Rates of household firearm ownership and homicide across US regions and states, 1988–1997*, *American Journal of Public Health*, 10. de dezembro de 2002, Vol. 92, Issue 12.
- ⁶⁷ Peter Cummings, Thomas D. Koepsell, *Does owning a firearm increase or decrease the risk of death?*, *Controversies*, 5 de agosto de 1998, *JAMA*; e Matthew Miller, David Hemenway, *Firearm prevalence and the risk of suicide: a review*, *Harvard Health Policy Review*, Vol. 2, no. 2, outono de 2001; e *Rates of homicide, suicide, and firearm-related death among children – 26 industrialized countries*, *MMWR (Morbidity and Mortality Weekly Report)*, Vol. 46, No. 5, 7 de fevereiro de 1997, pp. 101–5; e Matthew Miller, Deborah Azrael, David Hemenway, *Firearm availability and unintentional firearm deaths, suicide, and homicide among 5–14 year olds*, *The Journal of Trauma*, Vol. 52, no. 2, 2002.
- ⁶⁸ *Brasil: Voto para proteger os direitos humanos no Brasil – Agisandro da Costa Pereira* (Índice AI: AMR 19/019/2002), Amnesty International.
- ⁶⁹ Robert Muggah e Peter Batchelor, *Development Held Hostage: Assessing the effects of small arms on human development*, UNDP, abril de 2002.
- ⁷⁰ *Forgotten victims; the full human cost of US air strikes will never be known, but many more died than those killed directly by bombs*, Jonathan Steele, *The Guardian*, 20 de maio 2002.
- ⁷¹ *Child Combatants in Organized Armed Violence: a study of children and adolescents involved in territorial drug faction disputes in Rio de Janeiro*, Luke Dowdney, ISER e Viva Rio, primeira edição para seminário, 9 de setembro de 2002.
- ⁷² Magdalene Hsien Chen Pua (ed.), *The Devastating Impact of Small Arms and Light Weapons on the Lives of Women; a collection of testimonies*, IANSA, <http://peacewomen.org/campaigns/international/iansawomen/testimoniesiansa.pdf>; e *The Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellín: A Case Study*, Oxfam, janeiro de 2000.
- ⁷³ Memorando da Amnesty International ao Conselho de Segurança da ONU: Apelo para que uma comissão de inquérito investigasse denúncias de atrocidades no leste do Zaire, 24 de março de 1997 (Índice AI: 62/011/1997).
- ⁷⁴ *Murdered with impunity, the street children who live and die like vermin*, *Guardian Newspapers*, 28 de maio 2003, www.buzzle.com/editorials/5-28-2003-40914.asp.
- ⁷⁵ Richard Horton, *Croatia and Bosnia: the imprints of war – I: consequences*, *Lancet* 1999, 353: 2139–44.
- ⁷⁶ Paul B Spiegel e Peter Salama, *War and mortality in Kosovo, 1998–99: an epidemiological testimony*, *Lancet* 2000, 355: 2204–9.

- ⁷⁷ Michael Fleshman, *Small arms in Africa, Counting the cost of gun violence*, www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol15no4/154arms.htm.
- ⁷⁸ *Child Combatants in Organized Armed Violence: a study of children and adolescents involved in territorial drug faction disputes in Rio de Janeiro*, op.cit.
- ⁷⁹ *Burundi: Poverty, isolation and ill-treatment – Juvenile Justice in Burundi* (Índice AI: AFR 16/011/2002), Amnesty International.
- ⁸⁰ *Take a Step to Stamp Out Torture* (Índice AI: ACT 40/013/2000), Amnesty International.
- ⁸¹ *Combating Torture: a manual for action* (Índice AI: ACT 40/001/2003), Amnesty International.
- ⁸² Meredith Turshen, *The political economy of rape: Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*, Caroline O.N. Moser e Fiona C. Clark (eds.), London: Zed Books, 2001.
- ⁸³ Consta que a incidência de estupro em Ruanda é muito mais alta, mas estes são os números fornecidos pela OMS em 2000. *The political economy of rape*, op. cit. Ver também *Croatia and Bosnia: the imprints of war – I. Consequences*, op. cit.
- ⁸⁴ *Soldiers score own goal in war on AIDS*, Africa Health, 14 de novembro de 2002.
- ⁸⁵ *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, op. cit.
- ⁸⁶ *Gender and Small Arms*, Wendy Cukier, Small Arms Firearms Education and Research Network (SAFER-Net), www.ryerson.ca/SAFER-Net/.
- ⁸⁷ *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, op. cit. e Cathy Zimmerman, *Plates in a Basket will Rattle: Domestic Violence in Cambodia*, Phnom Penh: Project Against Domestic Violence, p. 131, citado em Yem Sam Oeun e Rebecca F. Catalla, “I Live in Fear”: *Consequences of Small Arms and Light Weapons on Women and Children in Cambodia*, Working Group for Weapons Reduction (WGWR), Phnom Penh, Camboja, junho de 2001.
- ⁸⁸ Os exemplos neste parágrafo foram retirados de Wendy Cukier, *Gender and Small Arms*, op. cit.
- ⁸⁹ *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, op. cit.
- ⁹⁰ *Croatia and Bosnia: the imprints of war – I. Consequences*, op. cit.
- ⁹¹ Elisabeth Rehn e Ellen Johnson Sirleaf, Women, *War and Peace*, UNIFEM, 2002.
- ⁹² *Croatia and Bosnia: the imprints of war – I. Consequences*, op. cit.
- ⁹³ *Ibid.*
- ⁹⁴ Pesquisa realizada pelo Ministério Palestino de Assuntos Sociais. Retirado de *The lost children of Rafah*, revista Observer, 9 de fevereiro de 2003.
- ⁹⁵ Equipe da Oxfam nas Filipinas, 2003.
- ⁹⁶ *World Refugee Survey 2003*, US Committee for Refugees, maio de 2003.
- ⁹⁷ Para estatísticas relacionadas ao sexo e à idade, veja UNHCR *Statistical Yearbook 2001*, outubro de 2002.
- ⁹⁸ *World Refugee Survey 2003*, op. cit.
- ⁹⁹ *The Key to Peace: Unlocking the Human Potential of Sudan*, op. cit.
- ¹⁰⁰ Comunicado aos governos do Reino Unido e da Irlanda para o 59º Comitê de Direitos Humanos da ONU, da ABColômbia, do Reino Unido, e de ONGs irlandesas trabalhando na Colômbia (CAFOD, Christian Aid, Oxfam, Save the Children UK, SCIAF, Trocaire), fevereiro de 2003.
- ¹⁰¹ *Guinea and Sierra Leone: No place of refuge*, Amnesty International, outubro de 2001, Índice AI: AFR 05/06/2001.
- ¹⁰² Depoimento à Amnesty International em campos de trânsito nos arredores de Freetown em março de 2001.
- ¹⁰³ *Asylum Applications Lodged in Industrialized Countries: Levels and Trends, 2000–2002*, UNHCR, março de 2003.
- ¹⁰⁴ Ver *Afghanistan: International responsibility for human rights disaster* (Índice AI: ASA 11/009/1995), Amnesty International; *A Catalogue of Failures: G8 arms exports and human rights violations*, op. cit.; e *Turkey: no security without human rights* (Índice AI: EUR 44/084/1996), Amnesty International; e *The Arms Fixers*, op. cit., capítulo 2.
- ¹⁰⁵ Oxfam, junho de 2000.
- ¹⁰⁶ *Combat AIDS: HIV and the world's armed forces*, Healthlink Worldwide, 2002.
- ¹⁰⁷ *Report says civilians targeted by government and affiliated militias*, relatório IRIN, 11 de fevereiro de 2003.
- ¹⁰⁸ *Relatório Anual da Amnesty International, 2003* (Índice AI: POL 10/003/2003).
- ¹⁰⁹ Amelia Gentleman, *Kremlin admits hundreds missing in Chechnya*, *Guardian*, 5 de junho de 2001; *Last Seen ... : Continued 'Disappearances' in Chechnya*, Human Rights Watch, abril de 2002; *The Russian Federation: Denial of justice* (Índice AI: EUR 46/027/2002), Amnesty International.
- ¹¹⁰ *Human rights crisis in Kosovo Province: 'Disappeared' and 'missing' persons*, op. cit.
- ¹¹¹ Relatório do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, 24 de fevereiro de 2003, E/CN.4/2003/13, p. 30.
- ¹¹² Veja *website* da Amnesty International <http://web.amnesty.org/ai.nsf/countries/zimbabwe?OpenView&Start=1&Count=30&Expandall>.
- ¹¹³ International Herald Tribune, 10 de outubro de 2002, p. 6.
- ¹¹⁴ *Cost of the War – Economic, Social and Human Cost of the War in Sri Lanka*, op. cit.
- ¹¹⁵ Dados de 2000 – ODA – *Overseas development assistance* (Programas de Assistência ao Desenvolvimento) bruto US\$1.731 milhões; o exército gasta US\$1.686 milhões. Este valor para os gastos do exército é menor que o valor real, porque boa parte dos gastos do exército não é incluída nas estatísticas oficiais.
- ¹¹⁶ *Paying the Ultimate Price: Analysis of the deaths of humanitarian aid workers (1997–2001)*, Dennis King, consultor, Gabinete da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários, 15 de Janeiro de 2002; Sheik Mani *et al.*, *Deaths among humanitarian workers*, British Medical Journal, Vol. 321, pp. 166–8, 15 de julho de 2000.
- ¹¹⁷ *Time is Running Out: the Humanitarian Situation in Afghanistan*, Comunicado à Imprensa da Oxfam, 17 de outubro de 2001.
- ¹¹⁸ *Under Fire: the Human Cost of Small Arms in North-east Democratic Republic of the Congo: A Case Study*, Oxfam, janeiro de 2001.
- ¹¹⁹ *Stray Bullets: the Impact of Small Arms Misuse in Central America*, op. cit., p. 31.

- ¹²⁰ Debate com Benedict Peter Chacha, Foundation Help, em *workshop* em Nairóbi, outubro de 2002.
- ¹²¹ *Human Development Report 2002*, UNDP, www.hdr.undp.org/reports/global/2002/en/.
- ¹²² *The Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellin: a Case Study*, Oxfam, janeiro de 2003.
- ¹²³ *Going to the Source of the Illness*, Dr. Olive Kobusingye, apresentação em *Small Arms and the Humanitarian Community: Developing a Strategy for Action*, Nairóbi, Quênia, 18–20 de novembro de 2001.
- ¹²⁴ *Under Fire: the Human Cost of Small Arms in North-east Democratic Republic of the Congo: A Case Study*, op. cit.
- ¹²⁵ *Iraqis loot, create chaos*, The Associated Press, 12 de abril de 2003. www.thehollandsentinel.net/stories/041203/new_041203026.shtm.
- ¹²⁶ *Women, War and Peace*, op. cit.
- ¹²⁷ *Going to the Source of the Illness*, op. cit.
- ¹²⁸ *Croatia and Bosnia: the imprints of war – I. Consequences*, op. cit.
- ¹²⁹ Miriam Abramovay e Maria das Graças, *Violência nas escolas*, Brasília, UNESCO, 2002.
- ¹³⁰ Robert Muggah e Peter Batchelor, *Development Held Hostage: Assessing the Effects of Small Arms on Human Development*, UNDP, abril de 2002, p. 30.
- ¹³¹ *Violência nas escolas*, op.cit.
- ¹³² Oxfam, novembro de 2002.
- ¹³³ US\$87 bilhões foram gastos por essas regiões nos últimos quatro anos para os quais há dados disponíveis. Estima-se que a meta para a educação precise de mais US\$10 bilhões por ano e a meta de mortalidade materna, mais US\$12 bilhões por ano. Ver proposta de *International Finance Facility*, janeiro de 2003, HM Treasury, disponível em www.hm-treasury.gov.uk/documents/international_issues/global_new_deal/int_gnd_iff2003.cfm.
- ¹³⁴ *Website* das Metas de Desenvolvimento do Milênio: www.developmentgoals.org/index.html.
- ¹³⁵ Dan Smith, *Atlas of War and Peace*, Earthscan, London, 2003.
- ¹³⁶ *Foreign Report*, Jane's Information Group, publicado em website, 13 de agosto de 2002.
- ¹³⁷ Hannah Galvin, *The impact of defence spending on the economic growth of developing countries: a cross-section study*, Defence and Peace Economics, Vol. 14, no. 1/2003; Carlos P. Barros, *Development and conflict in the Balkans: catchup and military expenditure*, Defence and Peace Economics, Vol. 13, no. 5/2002.
- ¹³⁸ Nos EUA, isso não foi comprovado: Michael P. Gerace, *US military expenditures and economic growth: some evidence from spectral methods*, Defence and Peace Economics, Vol. 13, no. 1/2002. Na Grécia, o aumento de gastos militares foi relacionado à diminuição de lucros: Christos Kollias, Thanasis Maniatis, *Military expenditure and the profit rate in Greece*, *Defence and Peace Economics*, Vol. 14, no. 2/2003. Na Turquia, os gastos militares estão ligados ao desemprego: Julide Yildirim, Selami Sezgin, *Military expenditure and employment in Turkey*, Defence and Peace Economics, Vol. 14, no. 2/2003.
- ¹³⁹ Paul Dunne, Sam Perlo Freeman, *The Impact of a Responsible Arms Control Policy on the UK Economy*, novembro de 2002, encomendado pela Oxfam, a ser publicado.
- ¹⁴⁰ *The global menace of local strife*, The Economist, 24 de maio de 2003.
- ¹⁴¹ Dos 12 países com altos gastos em defesa, dedicando mais de 5% de seu produto interno bruto aos gastos militares, cinco, incluindo os dois primeiros, são definidos pelo UNDP como países de baixo desenvolvimento humano, segundo os "Indicadores de Desenvolvimento Humano, 2002", do *website* do UNDP, verificado pelos autores em janeiro de 2003. http://stone.undp.org/hdr/reports/global/2002/en/indicador/indicador.cfm?File=index_indicators.html.
- ¹⁴² Ver www.ecaar.org/Newsletter/May03/ellis.htm e outros trabalhos de Terry Crawford-Browne.
- ¹⁴³ Na África do Sul, uma estimativa atual realista para o custo de um tratamento genérico para HIV/AIDS com terapia combinada gira em torno de US\$600,00 por ano. Segundo o UNAIDS 2002, há cinco milhões de portadores do HIV na África do Sul.
- ¹⁴⁴ Um relatório da Organização Internacional de Aviação Civil, encomendado pelo Banco Mundial, informou que um sistema mais apropriado poderia ser comprado por um décimo do preço.
- ¹⁴⁵ *World Report on Violence and Health 2002*. Editado por Etienne G. Krug, Linda Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi e Rafael Lozano.
- ¹⁴⁶ *Cost of the War – Economic, Social and Human Cost of the War in Sri Lanka*, op. cit.
- ¹⁴⁷ Conselheiro Regional para Ações de Emergência e Humanitárias, no Escritório Regional da OMS para a África, Dr. Komla Siamevi, discursando em uma reunião em Brazzaville, citado por IRIN, Africa: Wars costing US\$15 billion per year, 13 de março de 2003.
- ¹⁴⁸ Macartan Humphreys, *Economics and Violent Conflict*, Harvard University, agosto de 2002. www.preventconflict.org/portal/economics/Essay.pdf.
- ¹⁴⁹ Comunicado interno da Oxfam sobre o Iraque, 2002.
- ¹⁵⁰ Peter Chalk, *Light arms trading in SE Asia*, Jane's Intelligence Review, 1º de março de 2001.
- ¹⁵¹ *The Dunblane father who simply wants to stop the senseless killing in Africa*, op. cit.
- ¹⁵² Palavras do presidente Bush na cerimônia da Casa Branca em homenagem às vítimas dos ataques de 11 de setembro de 2001, The White House, Washington, DC, 11 de março de 2002. <http://usinfo.state.gov/products/pubs/sixmonths/bushremarks.htm>.
- ¹⁵³ *Stop arms to human rights abusers! Defend the Leahy Law*, *website* da Amnesty International dos EUA, www.amnestyusa.org/stoparms/history.html.
- ¹⁵⁴ *SIPRI Yearbook 2002: Armaments, Disarmament and International Security*, op. cit. Segundo um estudo do *International Institute for Strategic Studies* (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos), os gastos totais do governo da Arábia Saudita somente em 1997 com a defesa foi estimado em US\$18,2 bilhões.
- ¹⁵⁵ Relatório 2002 da Amnesty International (Índice AI: POL 10/001/2002), referência ao Uzbequistão, pp. 261–2. A Amnesty International recebeu durante todo o ano de 2001 denúncias de que prisioneiros muçulmanos estavam sendo alvo de tratamento especialmente cruel, desumano ou degradante em locais de detenção.
- ¹⁵⁶ Relatórios 2001, 2003 e 2003 da Amnesty International. Sobre abusos cometidos durante a crise do Timor-Leste, ver *Indonesia: Paying the price for "stability"* (Índice AI: ASA 21/001/1998), Amnesty International.

- ¹⁵⁷ *Ministers back 20-fold rise in arms sales to Indonésia*, *Guardian*, 1°. de julho de 2003.
- ¹⁵⁸ Relatório do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, 24 de fevereiro de 2003, E/CN.4/2003/13.
- ¹⁵⁹ Tamar Gabelnick, *New Supplemental Bill will make the world safe for oil, but not safe for US*, *Foreign Policy in Focus*, 18 de junho de 2002.
- ¹⁶⁰ *Sweeping military aid under the anti-terrorism rug: security assistance post September 11th*, *Arms Sales Monitor*, no. 48, Federation of American Scientists, <http://fas.org/asmp/library/asm/asm48.html>. *United States: Dangerous Dealings: Changes to US military assistance after September 11th*, Human Rights Watch, fevereiro de 2002.
- ¹⁶¹ *Legitimacy and Legality, Key Issues in the Fight against Terrorism*, Loretta Bondi, 9 de novembro de 2002, Fund for Peace.
- ¹⁶² *Uzbekistan: US Rubber Stamps Human Rights*, Human Rights Watch, 9 de setembro de 2002, <http://hrw.org/press/2002/09/uzbek0909.htm>.
- ¹⁶³ Jean-Marc Mojon, *Israel's arms industry cashes in on new markets, new technologies*, *Agence France-Presse*, 22 de maio de 2003.
- ¹⁶⁴ Inclui transações com Omã, Turquia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Kuwait. Peter Baker, *Iraq's neighborhood thick with US arms; weapons and technology traded for support*, *Washington Post*, 5 de fevereiro de 2003.
- ¹⁶⁵ *Transfers of major conventional weapons to Iraq 1973–2002*, SIPRI, http://projects.sipri.se/armstrade/Trnd_Ind_IRQ_Imps_73-02.pdf.
- ¹⁶⁶ Michael Dobbs, *US had key role in Iraq buildup*, *Washington Post*, 30 de dezembro de 2002. Ver também *A Catalogue of Failures: G8 Arms Exports and Human Rights Violations*, op. cit.
- ¹⁶⁷ Calvin Woodward, *A market where demand is high – many nations are competing to sell military hardware*, *Associated Press*, 12 de dezembro de 2002.
- ¹⁶⁸ Chris Brummitt, *Indonesia resumes war with Aceh rebels, but at what cost?*, *Associated Press*, 26 de maio de 2003.
- ¹⁶⁹ Lesões são mensuradas em "DALYs", *disability-adjusted life-years* (anos de vida portando deficiência). Um "DALY" é um ano perdido de vida saudável. C. Murray e A. Lopez, eds., *The global burden of disease: a comprehensive assessment of mortality and disability from diseases, injuries, and risk factors in 1990 and projected to 2020*, Harvard School of Public Health para a OMS e o Banco Mundial, 1996 (*Global Burden of Disease and Injury Series*, vol. I).
- ¹⁷⁰ Declaração do Conselho de Segurança, 17 de março de 2003, <http://www.un.org/News/Press/docs/2003/sc7686.doc.htm>.
- ¹⁷¹ *War and mortality in Kosovo, 1998–99: an epidemiological testimony*, op. cit.
- ¹⁷² Relatório do Painel de Peritos da ONU para a Libéria, outubro de 2001.
- ¹⁷³ *Ibid.*
- ¹⁷⁴ Autoridades da Aviação Civil de Uganda: outros dados fornecidos pelo *International Peace Information Service*, Antuérpia, 2002.
- ¹⁷⁵ Relatório do Painel de Peritos da ONU relativo à resolução 1343 (2001) do Conselho de Segurança, parágrafo 19, referente à Libéria, outubro de 2001.
- ¹⁷⁶ *The Terror Trade Times*, volume no. 4, op. cit. Segundo investigadores da ONU, no momento em que este relatório foi escrito o julgamento de Sanjivan Ruprah ainda estava em andamento.
- ¹⁷⁷ Oxfam, abril de 2001.
- ¹⁷⁸ *Arming Rwanda: The Arms Trade and Human Rights Abuses in the Rwandan War*, op. cit.
- ¹⁷⁹ *The Arms Fixers*, op. cit., Capítulo 3.
- ¹⁸⁰ Michael Renner, *The Anatomy of Resource Wars*, *Journal Worldwatch* 162, outubro de 2002. Os autores também ressaltam que mais de 5 milhões de pessoas foram mortas na década de 90, quase 6 milhões fugiram para países vizinhos e entre 11 e 15 milhões foram deslocados internamente.
- ¹⁸¹ *Les Suspects Habituels: les Armes et les Mercenaires du Liberia en Côte d'Ivoire et en Sierra Leone*, *Global Witness*, março de 2003.
- ¹⁸² *Marketing the New "Dogs of War"*, International Consortium of Investigative Journalists, publicado na Internet pelo Centre for Public Integrity, novembro de 2002, www.publicintegrity.org/dtaweb/ijcij_bow.asp.
- ¹⁸³ Deborah Avant, *The Market for Force*, capítulo 2 de manuscrito, livro a ser publicado, 2003.
- ¹⁸⁴ *Unmatched Power, Unmet Principles: the Human Rights Dimensions of US Training of Foreign Military and Police Forces*, op.cit.
- ¹⁸⁵ *Cost of the War – Economic, Social and Human Cost of the War in Sri Lanka*, op. cit.
- ¹⁸⁶ *Shooting enforces Midlands fear factor*, BBC website, 4 January 2003, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/england/2627331.stm>.
- ¹⁸⁷ *Small Arms Survey 2001*, op. cit.
- ¹⁸⁸ Comunicado pessoal de Jessica Galeria, Viva Rio, Brasil.
- ¹⁸⁹ Neil MacFarquhar, *Yemen turns to tribes to aid hunt for Qaeda*, *New York Times*, 27 de outubro de 2002.
- ¹⁹⁰ BICC Conversion Survey 2002: *Global Disarmament, Demilitarisation and Demobilization*, Bonn International Center for Conversion, Baden-Baden. *Traditional Cultural Practices and Small Arms in the Middle East: Problems and Solutions*, relatório para workshop, novembro de 2002, Jordan Institute of Diplomacy.
- ¹⁹¹ *The Dunblane father who simply wants to stop the senseless killing in Africa*, op. cit.
- ¹⁹² *Small Arms Global Reach Uproots Tribal Traditions*, Karl Vick, *Washington Post*, 8 de julho de 2001.
- ¹⁹³ F. Mohamed F., em discurso para o *workshop Beyond Working in Conflict*, CODEP, na Universidade Oxford Brookes, 4 a 6 de novembro de 1996, citado por Judith Large, *Disintegration conflicts and the restructuring of masculinity, Men and Masculinity*, Caroline Sweetman (ed.), Oxfam, Oxford, 1997, p. 23.
- ¹⁹⁴ *The Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellín: A Case Study*, op. cit.
- ¹⁹⁵ Suzanne Williams, citada por Francine Pickup com Suzanne Williams e Caroline Sweetman, *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, op. cit., p. 146.
- ¹⁹⁶ Pesquisa realizada por Tsuma William em 2001, comunicado pessoal de 2002.
- ¹⁹⁷ *The State of the World's Children*, UNICEF, 2002, p. 42.

- ¹⁹⁸ A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU considera como criança qualquer um com menos de 18 anos.
- ¹⁹⁹ Amy Kazmin, *Burma “forcing children into army”*, Financial Times (Londres), 16 de outubro de 2002.
- ²⁰⁰ Sandra Jordan, *El Salvador’s teenage beauty queens live and die by gang law: the abandoned children who find power, glory – and death – in violent street culture*, Observer (London), 10 de novembro de 2002.
- ²⁰¹ *Child Combatants in Organized Armed Violence: a study of children and adolescents involved in territorial drug faction disputes in Rio de Janeiro*, op. cit.
- ²⁰² Alberto Concha-Eastman, conselheiro regional sobre violência para a Organização Panamericana de Saúde, em sua reunião: *Violence in the Americas, Alarming but Preventable*, Washington DC, 12 de junho de 2003.
- ²⁰³ *Small Arms Survey 2002*, op. cit. p. 104.
- ²⁰⁴ Citação em *Small Arms in the Pacific*, Philip Alpers e Conor Twyford, março de 2003, Small Arms Survey Occasional Paper No 8.
- ²⁰⁵ Comunicado pessoal de Jessica Galeria, *Viva Rio*, Brasil, dezembro de 2002.
- ²⁰⁶ *Small Arms Survey 2002*, op. cit., pp. 104 e 97.
- ²⁰⁷ Spyros Demetriou, *Politics from the Barrel of a Gun: small arms proliferation and conflict in the Republic of Georgia (1989–2001)*, Small Arms Survey Occasional Paper No. 6, p. 16, novembro de 2002.
- ²⁰⁸ *Justice and force in postwar Iraq*, op. cit. www.worldpress.org/Mideast/1200.cfm.
- ²⁰⁹ Oxfam, outubro de 2002.
- ²¹⁰ A atividade pastoril pode ser definida como meio de vida e cultura que dependem da criação de gado em regiões onde a chuva é muito incerta para o cultivo da terra. Os *pokot* e os *marakwet* combinam as atividades pastoris e agrícolas.
- ²¹¹ Joseph Ngala, *Women key to disarmament*, MS-Kenya, *Partner NEWS*, Vol. 4, no. 2, 2001, <http://kenya.ms.dk/partnernews/visartikel.asp?id=188>.
- ²¹² Anna Leer, *Making sense of war zone Isiolo*, MS-Kenya, *Partner NEWS*, Vol. 4, no. 2, 2001.
- ²¹³ *Small Arms Survey, 2002*, op. cit.
- ²¹⁴ *First quarterly statistics update shows crime rate remains stable as fear of crime drops*, comunicado à imprensa do Home Office do Reino Unido, 9 de janeiro de 2003, http://213.121.214.245/n_story.asp?item_id=330.
- ²¹⁵ Fiona Brookman e Mike Maguire, *Reducing Homicide: Summary of a Review of the Possibilities*, RDS Occasional Paper no. 84, janeiro de 2003.
- ²¹⁶ Informações fornecidas pela polícia britânica, maio de 2003.
- ²¹⁷ Do *website* da Gun Free South Africa, atualizado em maio de 2002, verificado pelos autores em janeiro de 2003, www.gca.org.za/facts/statistics.htm, e do Crime Information Analysis Centre – South African Police Service, verificado em janeiro de 2003, www.saps.org.za/8_crimeinfo/200111/crime/illpos.htm.
- ²¹⁸ Dick Dahl, *Hike in Gang Gun Violence Raises Old Concerns Anew*, 24 de janeiro de 2003, www.jointogether.org/gvl/news/features/reader/0,2061,556232,00.html.
- ²¹⁹ Domitilla Sagramoso, *The Proliferation of Illegal Small Arms and Light Weapons in and around the European Union*, Saferworld and Center for Defence Studies, julho de 2001.
- ²²⁰ *Stray Bullets: the Impact of Small Arms Misuse in Central America*, op. cit., p. vii.
- ²²¹ *Child Combatants in Organized Armed Violence: a study of children and adolescents involved in territorial drug faction disputes in Rio de Janeiro*, Luke Dowdney, ISER e Viva Rio, primeira edição para seminário, 9 de setembro de 2002.
- ²²² Discurso no *Third Caribbean-United Kingdom Forum*, Georgetown, abril de 2002.
- ²²³ American National Center for Health Statistics, 1981–1999.
- ²²⁴ *The global menace of local strife*, The Economist, 24 de maio de 2003.
- ²²⁵ *Thai police seize arms cache destined for Indonesian rebels*, Agence France-Presse, 15 de julho de 2002; Edward Tang, *Golden Triangle now a haven for terror arms*, The Straits Times (Cingapura), 9 de abril de 2002.
- ²²⁶ *Thailand: Extrajudicial killing is not the way to suppress drug trafficking* (Índice AI: ASA 39/001/2003), Amnesty International.
- ²²⁷ *Hike in Gang Gun Violence Raises Old Concerns Anew*, op. cit.
- ²²⁸ *Conventional arms transfers to developing nations, 1994–2001*, op. cit., declara que o valor médio das vendas de armas para países em desenvolvimento no período entre 1998 e 2001 foi US\$21,7 bilhões; *website* da OECD, www.oecd.org/xls/M00037000/M00037874.xls; para o mesmo período, declara que o ODA líquido foi US\$18,8 bilhões. Entretanto, em 2001 a exportação de armas representou aproximadamente a metade do volume total em assistência.
- ²²⁹ Oxfam, abril de 2001.
- ²³⁰ *Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1994–2001*, op. cit.
- ²³¹ T. J. Milling, *Guns in America Part II; Killers, gang bangers and drug dealers go for their guns*, Houston Chronicle, 1997, www.chron.com/content/chronicle/nation/guns/part2/gunscime.html.
- ²³² *Corruption in the Official Arms Trade*, Policy Research Paper 001, abril de 2002, Catherine Courtney, Transparency International (Reino Unido).
- ²³³ Isso é declarado explicitamente na Política de Defesa Industrial de 2002 do Departamento de Comércio e Indústria, que também argumenta veementemente a favor do apoio à indústria, ajudando-a a exportar, www.dti.gov.uk/aerospace/policy.htm.
- ²³⁴ Chalmers, M., Davies, N.V., Hartley, K. e Wilkinson, C. (2002): *The economic costs and benefits of UK defence exports*, Fiscal Studies, Vol. 23, no. 3, setembro, pp 305–342.
- ²³⁵ Também é preciso observar que os custos a curto prazo podem ser minimizados e os benefícios a longo prazo maximizados através de esforços do governo para re-treinar funcionários redundantes da defesa e apoiar a demanda e o investimento em regiões afetadas.
- ²³⁶ Dunne, P., e Perlo Freeman, S., *The Impact of a Responsible Arms Control Policy on the UK Economy*, relatório preparado para a Oxfam, março de 2003.
- ²³⁷ *The Terror Trade Times*, issue no. 4, op. cit.
- ²³⁸ Marco Garrido, *Small Arms Availability in the Philippines*, dezembro de 2002.
- ²³⁹ *A Catalogue of Failures: G8 arms exports and human rights violations*, op. cit.
- ²⁴⁰ Ampla análise de tendências sobre dados disponíveis para as quatro décadas entre 1960 e 1999, realizada pela Omega Foundation do Reino Unido.

- ²⁴¹ Mahamadou Nimaga, *Study on the Problem of Small Arms in Mali – examples of Bamako, Gao and Nioro du Sahel*, relatório encomendado pela Oxfam, a ser publicado em 2003.
- ²⁴² *Stray Bullets: the Impact of Small Arms Misuse in Central America*, op. cit. Dr. W James Arputharaj, *Crisis in South Asia: humanity's number one killer – small arms*, SAP (South Asia Partnership) International, 11 de fevereiro de 2003.
- ²⁴³ Scott Wilson, *State of emergency, new taxes are set by Colombia's leader: campaign against guerrillas to intensify*, Washington Post, 13 de agosto de 2002.
- ²⁴⁴ Steve Rodan, *Hamas deploys anti-tank rocket*, Jane's Defence Weekly, 10 de julho de 2002.
- ²⁴⁵ *The Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellín: a Case Study*, op. cit.
- ²⁴⁶ Karl Penhaul, *Colombia rebels wheel out secret weapon in war: home-made tanks*, Reuters, 1º de abril de 1998; e Pete Abel, *Manufacturing trends – globalising the source*, *Running Guns, the Global Black Market in Small Arms*, Lora Lumpe (ed.), Zed Books, 2000.
- ²⁴⁷ Afi Yakubu, *Country Study: Craft production of small arms in Ghana*, FOSDA, 2002.
- ²⁴⁸ Discurso do Dr. Oscar Arias durante a assinatura pública dos vencedores do Prêmio Nobel da Paz do Código Internacional de Conduta sobre Transferência de Armas, cidade de Nova York, 29 de maio de 1997, Catedral Saint John the Divine.
- ²⁴⁹ *Small Arms Survey 2001*, op. cit., p.145.
- ²⁵⁰ Em *The Presidential Campaign, 1976, Part I: Jimmy Carter*, citado em *The Role of US Arms Transfers in Human Rights Violations: Rhetoric Versus Reality*, depoimento de William D. Hartung, Diretor, Arms Trade Resource Center, perante o Subcommittee on International Operations and Human Rights, House International Relations Committee, 7 de março de 2001.
- ²⁵¹ A legislação internacional inclui a proibição do uso, estoque, produção e transferência de minas terrestres antipessoais e o controle de quatro tipos de armas que “considera-se causar lesões excessivas ou efeitos indiscriminados” na Convenção sobre Certas Armas Convencionais de 1980.
- ²⁵² Entre eles, o Acordo Wassenaar Arrangement, as orientações OSCE e os únicos controles sobre a proliferação de certas armas convencionais de grande porte (Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa e Acordo de Florença).
- ²⁵³ Depoimento Perante o Comitê de Serviços Armados do Senado: Revisão da Estratégia de Defesa, pelo Secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas General Hugh Shelton, Washington DC, 21 de junho de 2001, website do Departamento de Defesa dos EUA. www.defenselink.mil/speeches/2001/s20010621-secdef2.html.
- ²⁵⁴ *India drops arms export blacklist*, website da BBC, 28 de outubro de 2002, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/2367431.stm>.
- ²⁵⁵ *Arms Trade, Human Rights, and European Union Enlargement: The Record of Candidate Countries*, Human Rights Watch, 8 de outubro de 2002, www.hrw.org/background/arms/eu_briefing.htm.
- ²⁵⁶ *A Catalogue of Failures: G8 arms exports and human rights violations*, op. cit.
- ²⁵⁷ *Ibid.*
- ²⁵⁸ *Britain tightens arms exports to Israel*, Ewen MacAskill em Jerusalém e Richard Norton-Taylor, *Guardian*, 23 de agosto de 2002.
- ²⁵⁹ Nigel Morris, *Government accused of hypocrisy over arms sales to African states*, *Independent*, 27 de maio de 2003.
- ²⁶⁰ *Running Guns*, the Global Black Market in Small Arms, op. cit.
- ²⁶¹ Em entrevista gravada, 2000.
- ²⁶² Mark Stevenson, *Nicaraguan rifles find their way from police into hands of Latin American terrorist group*, The Associated Press, 7 de julho de 2002; *Panama-Colombia cooperating in OAS probe of 3 nation arms scam*, EFE News Service, 10 de agosto de 2002; Andrew Bounds e James Wilson, *Colombian rebels trade drugs for arms*, *Financial Times*, 8 de maio de 2002; Kathia Martinez, *OAS report blames Nicaragua for deal that allowed guns to end up with Colombian paramilitaries*, The Associated Press, 21 de janeiro de 2003; Hugh Dellois, *Latin war surplus feeds deadly trade*, *Chicago Tribune*, 24 de janeiro de 2003.
- ²⁶³ Dados da Omega Foundation – originalmente citados no St Petersburg Times, 16 de abril de 1999.
- ²⁶⁴ Pesquisa realizada pela Omega Foundation.
- ²⁶⁵ *Out of Control, the Loopholes in UK Controls of the Arms Trade*, Oxfam Reino Unido, dezembro de 1998.
- ²⁶⁶ Caroline Iooty de Paiva Dias, *MERCOSUR: Harmonizing Laws for the Prevention of Illicit Firearms Transfers*, Publicação Viva Rio, no. 1, janeiro de 2003.
- ²⁶⁷ Pesquisa conjunta, Amnesty Internacional e Oxfam, 2003.
- ²⁶⁸ Brian Wood e Johan Peleman, *The Arms Fixers: Controlling the Brokers and Shipping Agents* (Norwegian Initiative on Small Arms, Oslo, e British-American Security Information Council, London), novembro de 1999.
- ²⁶⁹ Ver *Eastern Europe's Arsenal on the Loose: Managing Light Weapons Flows to Conflict Zones*, BASIC Papers, British-American Security Information Council, no. 26, maio de 1998. www.basicint.org/bpaper26.htm.
- ²⁷⁰ Conferência de imprensa do Primeiro Ministro, 10 Downing Street, 25 de julho de 2002, ver www.number-10.gov.uk/output/Page3000.asp.
- ²⁷¹ *A Catalogue of Failures: G8 arms exports and human rights violations*, op. cit., Capítulos 4 e 6.
- ²⁷² Dados sobre armas de pequeno porte brasileiras e produzidas no exterior, apreendidas pela polícia e guardadas em DFAE entre 1950 e 2001, *Viva Rio* e Governo do Estado do Rio, julho de 2002.
- ²⁷³ Lora Lumpe, trabalho para *Small Arms and the Humanitarian Community: Developing A Strategy for Action*, Nairóbi, Quênia, 18–20 de novembro de 2001.
- ²⁷⁴ *Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellín: A Case Study*, op. cit.
- ²⁷⁵ Oxfam, Zugdidi, Geórgia, 2000.
- ²⁷⁶ *Impact of Small Arms on Health, Human Rights and Development in Medellín: A Case Study*, op.cit.
- ²⁷⁷ *Politics from the Barrel of a Gun: small arms proliferation and conflict in the Republic of Georgia (1989–2001)*, op. cit.
- ²⁷⁸ Adele Kirsten, *Gun Free South Africa*, discurso na conferência da ONU, Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilegal de Armas de Pequeno Porte e Armas Leves em todos os seus Aspectos, Nova York, julho de 2001.
- ²⁷⁹ *Small Arms in the Pacific*, op. cit., p. 39; e *Solomon Islands: A Forgotten Conflict* (Índice AI: ASA 43/005/2000), Amnesty International.

- ²⁸⁰ *US military stops giving confiscated arms to Afghan warlords*, The Associated Press, 26 e outubro de 2002, Chris Hawley.
- ²⁸¹ Tanja Subotic, *Seven years after the war, Bosnians still cling to their weapons*, Agence France-Presse, 19 de agosto de 2002, www.reliefweb.int/w/rwb.nsf/s/39BAD28B5B1C0B6C85256C1A00637C2F.
- ²⁸² Alban Bala, *Balkan weapons roundup*, Radio Free Europe/Radio Liberty, 15 de abril de 2002, em www.reliefweb.int.
- ²⁸³ *Arming Saddam: The Yugoslav Connection*, International Crisis Group report, 3 de dezembro de 2002; *Eastern Europe arms Saddam*, Ian Traynor em Zagreb e Nicholas Wood em Belgrade, 25 de novembro de 2002, *Guardian*; *Illegal weapons deals threaten Balkan status in NATO*, Deutsche Presse-Agentur, 13 de novembro de 2002; *The former Soviet republics are accused of supplying weapons to rogue states in defiance of United Nation or US embargoes*, *Financial Times* (Londres), 21 de outubro de 2002, Robert Anderson, Stephen Fidler, Andrew Jack, Stefan Wagstyle, Tom Warner; *Report: 3 Firms Sold Arms To Iraq*, *The Moscow Times*, 20 de dezembro de 2002, Alex Nicholson e Simon Saradzhyan; Bulgarian arms exports investigated, Elizabeth Konstantinova, Jane's Intelligence Review, 1º de fevereiro de 2003.
- ²⁸⁴ *Alarm at illegal weapon sales to rogue states*, South China Morning Post, 21 de outubro de 2002.
- ²⁸⁵ *A Catalogue of Failures: G8 arms exports and human rights violations*, op. cit.; Jack Anderson e Joseph Spear, Greece sells US, Israeli arms to Iraq, *Newsday* (Nova York), 17 de maio de 1988.
- ²⁸⁶ *The OSCE Draft Best Practice Guide on Small Arms and Light Weapons*, Viena, 9 de janeiro de 2003. Ver também, do Acordo Wassenaar, *Best Practice Guidelines for the Exports of Small Arms and Light Weapons*, adotado 11–12 de dezembro de 2002. O Acordo Wassenaar inclui a maioria dos principais exportadores de armas convencionais e produtos de “uso duplo”.
- ²⁸⁷ Do prefácio de *Small Arms Survey 2002*, op. cit.
- ²⁸⁸ Para informações mais atualizadas, consulte <http://untreaty.un.org/English/TreatyEvent2003/index.htm>.
- ²⁸⁹ Ver documento da ONU, A/Conf.192/15.
- ²⁹⁰ *Guns in America Part II; Killers, gang bangers and drug dealers go for their guns*, op. cit.
- ²⁹¹ Adaptado de uma definição clássica de controle de armas de Thomas Schelling e Morton Halperin em 1961, citados em *SIPRI Yearbook 2002*, op. cit.
- ²⁹² Yvonne E. Keairns, *The Voices of Girl Child Soldiers, Summary*, Quaker UN Office, outubro de 2002, www.afsc.org/quono/Resources/QUNOchildsoldiers.pdf.
- ²⁹³ *Human Development Report 2002*, UNDP.
- ²⁹⁴ Trabalho acadêmico de Barbara Frey, conforme decisão da Sub-Comissão 2001/120, E/CN.4/Sub.2/2002/39, 30 de maio de 2002.
- ²⁹⁵ A primeira minuta dos princípios centrais foi realizada por um grupo de vencedores do Prêmio Nobel da Paz, liderados por Oscar Arias, e com assistência jurídica e técnica foi convertida no Tratado de Comércio de Armas (TCA). Os vencedores do Nobel da Paz que originaram o TCA: American Friends Service Committee, Amnesty International, Oscar Arias, Norman Borlaug, Sua Santidade o Dalai Lama, John Hume, International Physicians for the Prevention of Nuclear War, Mairead Maguire, Rigoberta Menchu, Adolfo Perez Esquivel, Jose Ramos Horta, Joseph Rotblat, Aung San Suu Kyi, Reverendo Desmond Tutu, Lech Walesa, Elie Wiesel, Betty Williams e Jody Williams.
- ²⁹⁶ Emanuela Gillard, *What is Legal? What is Illegal? Limitations on Transfers of Small Arms under International Law*, Lauterpacht Research Centre for International Law, Cambridge, março de 2001. O princípio é declarado no Artigo 16 dos Artigos da Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Errôneos, da Comissão de Direito Internacional, adotados em 2001, que determinam: “Um Estado que ajuda ou assiste outro Estado a realizar um ato internacionalmente errôneo é internacionalmente responsável pelo mesmo se: (a) o Estado o fizer com conhecimento das circunstâncias do ato internacionalmente errôneo; (b) quando cometido por aquele mesmo Estado, o ato seria considerado internacionalmente errôneo”.
- ²⁹⁷ Ver Tabela no Apêndice.
- ²⁹⁸ Conferência sobre o Tratado de Comércio de Armas na Oxfam Reino Unido, Oxford, janeiro de 2003.
- ²⁹⁹ Comunicado pessoal, Lisa Misol, Human Rights Watch, janeiro de 2003.
- ³⁰⁰ Relatório Anual: *The Netherlands Arms Export Policy in 2001*, Ministério de Assuntos Econômicos da Holanda, www.ez.nl/beleid/home_ond/handelspolitiek/pdf/Jaarrapport_2001_ENG.pdf.
- ³⁰¹ Consulte a Campanha Internacional para Proibir Minas Terrestres: www.icbl.org.
- ³⁰² *Small Arms and the Humanitarian Community: Developing A Strategy for Action*, Nairóbi, Quênia, 18–20 de novembro de 2001.
- ³⁰³ Seção II, parágrafo 11.
- ³⁰⁴ Consulta à Sociedade Civil sobre a Moratória ECOWAS: Além da Conferência da ONU em 2001, Relatório do Relator, www.ecowas.int.
- ³⁰⁵ Os Estados que ratificaram até o momento são Antigua e Barbuda (2003), Argentina (2001), Bahamas (1998), Belize (1997), Bolívia (1999), Brasil (1999), Colômbia (2003), Costa Rica (2000), Equador (1999), El Salvador (1999), Granada (2002), Guatemala (2003), México (1998), Nicarágua (1999), Panamá (1999), Paraguai (2000), Peru (1999), Uruguai (2001) e Venezuela (2002).
- ³⁰⁶ Esta declaração foi dada no contexto do desarmamento de Mali, como prelúdio para a volta da estabilidade política e uma renovação dos projetos de desenvolvimento econômico.
- ³⁰⁷ Oxfam, novembro de 2000.
- ³⁰⁸ O controle da intermediação de armas é mencionado em vários acordos políticos sobre armas de pequeno porte, notadamente o Programa de Ação da ONU, o Protocolo de Armas de fogo da ONU e o Protocolo de Armas de Fogo do SADC. Em maio de 2003, os Estados-Membros da UE também concordaram em adotar uma posição conjunta para controlar a intermediação de armas.
- ³⁰⁹ *Ibid.*, p. 1.
- ³¹⁰ Estudos das Nações Unidas sobre Regulamentação de Armas de Fogo, United Nations Publications, Sales No. E.98.XIV.2, pp. 108–9.
- ³¹¹ Ver trabalho acadêmico de Barbara Frey, op. cit.
- ³¹² Artigo 3 da Declaração Universal de Direitos Humanos.
- ³¹³ Artigo 6 do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos. Ver relatório do Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias, que inclui uma solicitação aos Estados para que “tomem providências positivas de natureza preventiva e protetora necessárias para garantir o direito à vida de qualquer pessoa sob sua jurisdição” (E/CN.4/2001/9, para. 7).

- ³¹⁴ Por exemplo, o Relator Especial da ONU para a Violência contra Mulheres afirmou que “um Estado pode ser considerado cúmplice quando fracassa sistematicamente na proteção contra indivíduos particulares que privam qualquer pessoa de seus direitos humanos . . . Para evitar tal cumplicidade, os Estados devem demonstrar sua devida diligência tomando providências ativas para proteger, processar e punir indivíduos particulares que cometem abusos”. Relatório do Relator Especial da ONU para a Violência contra Mulheres, E/CN.4/1996/53, parágrafos 32 e 33.
- ³¹⁵ Entrevistas de Brian Wood com as polícias do Reino Unido, da África do Sul e de Malawi, entre 2000 e 2002.
- ³¹⁶ Os Princípios Básicos da ONU para o uso de força e de armas de fogo pelos agentes de aplicação da lei.
- ³¹⁷ Por exemplo, a polícia no Reino Unido normalmente não recebe fuzis de alta velocidade e a posse civil de armas de fogo é estritamente limitada.
- ³¹⁸ Brian Wood, com Undule Mwakasungura e Robert Phiri, *Report of the Malawi Community Safety and Firearms Control Project*, Lilongwe, agosto de 2001.
- ³¹⁹ Oxfam, outubro de 2002.
- ³²⁰ Capitão Pillay, Police Special Investigations Task Team, em palestra para 30 representantes da Amnesty International e de ONGs locais, Edendale, África do Sul, abril de 2002.
- ³²¹ Declaração Universal de Direitos Humanos adotada pela resolução 217A (111) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.
- ³²² Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, Artigo 6 (1): “Todo ser humano tem o direito inerente à vida. Esse direito será protegido por lei. Ninguém será arbitrariamente privado de sua vida”. www.unhchr.ch/html/menu3/b/a_ccpr.htm.
- ³²³ Código da ONU de Conduta para Agentes de Aplicação da Lei, Princípios Básicos da ONU sobre o Uso de Força e de Armas de Fogo para Agentes de Aplicação da Lei. Para um resumo, consulte *10 Basic Human Rights Standards for Law Enforcement Officials* (Índice AI: POL 30/004/1998), Amnesty International.
- ³²⁴ Os quatro Tratados de Genebra de 1949 e seus dois Protocolos Adicionais de 1977 são os principais instrumentos do direito humanitário internacional; os documentos relativos ao Tribunal Penal Internacional reafirmam a proibição e definem atos particulares.

A **Amnesty International** é um movimento independente mundial de ativistas voluntários que trabalham pelos direitos humanos, com mais de 1,5 milhões de membros, simpatizantes e colaboradores em mais de 150 países e territórios. A organização tem seções nacionais em 54 países, em todas as regiões do mundo.

Para entrar em contato com a seção da Amnesty International mais perto de você, consulte www.amnesty.org ou contate:

Amnesty International
International Secretariat
Peter Benenson House
1 Easton Street
London WC1X 0DW
Reino Unido

A **Oxfam International** é uma confederação de doze órgãos de desenvolvimento que trabalham em 120 países em desenvolvimento no mundo: Oxfam América, Oxfam Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Community Aid Abroad (Austrália), Oxfam Alemanha, Oxfam Reino Unido, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Novib Oxfam (Holanda), Oxfam Nova Zelândia e Oxfam Quebec.

Oxfam Alemanha	E-mail: info@oxfam.de	www.oxfam.de
Oxfam América	E-mail: info@oxfamamerica.org	www.oxfamamerica.org
Oxfam Bélgica	E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be	www.oxfamsol.be
Oxfam Canadá	Email: enquire@oxfam.ca	www.oxfam.ca
Oxfam Community Aid Abroad (Austrália)	E-mail: enquire@caa.org.au	www.caa.org.au
Oxfam Hong Kong	E-Mail: info@oxfam.org.hk	www.oxfam.org.hk
Oxfam Reino Unido	E-mail: oxfam@oxfam.org.uk	www.oxfam.org.uk
Oxfam Quebec	E-mail: info@oxfam.qc.ca	www.oxfam.qc.ca
Oxfam Nova Zelândia	E-mail: oxfam@oxfam.org.nz	www.oxfam.org.nz
Oxfam Irlanda	E-mail: oxireland@oxfam.ie	www.oxfamireland.org
	E-mail: oxfam@oxfamni.org.uk	www.oxfamireland.org
Intermón Oxfam (Espanha)	E-mail: intermon@intermon.org	www.intermon.org
Novib Oxfam (Holanda)	E-mail: info@novib.nl	www.novib.nl

Escritórios de Defesa de Oxfam International em Washington, Nova York, Bruxelas, Genebra, Paris e Japão
Email: advocacy@oxfaminternational.org, www.oxfam.org